



Normas Internacionais  
de Relatório Financeiro  
Modelo de demonstrações  
financeiras para 2009



# International GAAP Holdings Limited

## Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

As demonstrações financeiras, modelo da International GAAP Holdings Limited, têm como finalidade ilustrar as exigências de apresentação e divulgação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS, de International Financial Reporting Standards). Essas demonstrações financeiras também contêm divulgações adicionais que são consideradas as melhores práticas, particularmente quando essas divulgações estão incluídas nos exemplos ilustrativos fornecidos com uma norma específica.

O modelo considera que a International GAAP Holdings Limited tenha apresentado demonstrações financeiras de acordo com o IFRS em exercícios anteriores. Portanto, não se trata de uma entidade que esteja adotando o IFRS pela primeira vez. Os leitores devem consultar o IFRS 1 (Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro) sobre exigências específicas relacionadas às primeiras demonstrações financeiras de acordo com o IFRS e à seção IFRS 1 do “Checklist” de Apresentação e Divulgação da Deloitte sobre detalhes de exigências de divulgação aplicáveis às entidades que adotam o IFRS pela primeira vez.

Este modelo de demonstrações financeiras está sendo apresentado sem referência a leis ou regulamentos locais. Os responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras deverão assegurar que as opções selecionadas de acordo com o IFRS não conflitam com as leis ou os regulamentos aplicáveis (por exemplo, a reavaliação de ativos não é permitida em certas jurisdições; no entanto, esse modelo ilustra a apresentação e as divulgações exigidas quando uma entidade adota o modelo de reavaliação de acordo com o IAS 16 – Imobilizado). Adicionalmente, as leis locais ou regulamentações do mercado de valores mobiliários podem especificar divulgações além daquelas exigidas pelo IFRS (por exemplo, sobre a remuneração da Administração). Consequentemente, os responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras deverão adaptar o modelo para cumprir com os regulamentos locais adicionais.

As demonstrações financeiras modelo não incluem demonstrações financeiras separadas para a controladora, que podem ser exigidas pelas leis locais ou serem preparadas voluntariamente. Quando uma entidade apresentar demonstrações financeiras separadas que estejam de acordo com o IFRS, as exigências do IAS 27 (Demonstrações

Financeiras Individuais e Consolidadas) serão aplicáveis. As demonstrações separadas do resultado abrangente, da posição financeira, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da controladora são geralmente requeridos com as notas explicativas.

Nas divulgações sugeridas são feitas referências às respectivas exigências que constam das Normas e Interpretações. As referências são geralmente efetuadas pela versão mais recente da Norma ou Interpretação aplicável (a menos que de outra forma especificado), quando a Norma ou Interpretação tenha sido adotada pela International GAAP Holdings Limited. Portanto, as referências ao IFRS 3, IAS 1 e IAS 27 são IFRS 3 (revisada em 2008), IAS 1 (revisada em 2007) e IAS 27 (revisada em 2008), respectivamente.

Nesse modelo de demonstrações financeiras de 2009, está demonstrado o impacto da adoção de algumas Normas e Interpretações novas e revisadas (vide detalhes na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras).

O IAS 1 (Apresentação de Demonstrações Financeiras – revisada em 2007) introduziu mudanças de terminologias, incluindo os títulos revisados das demonstrações financeiras (por exemplo, demonstração da posição financeira em vez de balanço patrimonial). As terminologias revisadas foram adotadas no modelo de demonstrações financeiras. Os responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras devem estar cientes, no entanto, de que os novos títulos para as demonstrações financeiras não são mandatórios.

Para fins de apresentação das demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, estão sendo apresentadas nesse modelo as alternativas permitidas pelo IFRS para essas demonstrações. Os responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras devem selecionar as alternativas mais apropriadas às suas circunstâncias.

Note que nesse modelo de demonstrações financeiras frequentemente são divulgados itens que não apresentam saldo por não serem aplicáveis à International GAAP Holdings Limited, mas são usualmente encontrados na prática. Isso não quer dizer que tenhamos ilustrado todas as possíveis divulgações, nem que, na prática, as empresas devam apresentar tais itens quando não houver saldo.

<b>Conteúdo</b>	<b>Página</b>
<b>Demonstração consolidada do resultado abrangente</b>	
Alternativa 1 – Apresentação de uma única demonstração com as despesas analisadas por função	6
Alternativa 2 – Apresentação de duas demonstrações com as despesas analisadas por natureza	8
<b>Demonstração consolidada da posição financeira</b>	10
<b>Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido</b>	12
<b>Demonstração consolidada dos fluxos de caixa</b>	
Alternativa 1 – Apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método direto	14
Alternativa 2 – Apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto	16
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas</b>	18
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	122

1. Informações gerais.....	18
2. Adoção de Normas Internacionais de Relatório Financeiro novas e revisadas.....	18
3. Principais políticas contábeis.....	25
4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas.....	41
5. Receita.....	42
6. Segmentos operacionais.....	43
7. Receita de investimentos.....	48
8. Outros ganhos e perdas.....	49
9. Custos de financiamento.....	50
10. Impostos sobre a Renda.....	51
11. Operações descontinuadas.....	56
12. Ativos classificados como mantidos para venda.....	57
13. Lucro do exercício de operações continuadas.....	58
14. Lucro por ação.....	59
15. Imobilizado.....	61
16. Propriedades para investimento.....	65
17. Ágio.....	65
18. Outros ativos intangíveis.....	68
19. Controladas.....	69
20. Investimentos em coligadas.....	70
21. Empreendimentos em conjunto (“Joint Ventures”).....	71
22. Outros ativos financeiros.....	72
23. Outros ativos.....	73
24. Estoques.....	73
25. Contas a receber de clientes e outras.....	74
26. Valores a receber de arrendamento financeiro.....	75
27. Contratos de construção.....	76
28. Capital emitido.....	77
29. Reservas.....	79
30. Lucros acumulados e dividendos.....	83
31. Participações não controladoras.....	83
32. Empréstimos.....	84
33. Notas conversíveis.....	85
34. Outros passivos financeiros.....	86
35. Provisões.....	87
36. Outros passivos.....	88
37. Contas a pagar a fornecedores e outras.....	88
38. Obrigações assumidas por meio de arrendamento financeiro.....	88
39. Planos de benefícios de aposentadoria.....	89
40. Instrumentos financeiros.....	92
41. Receita diferida.....	109
42. Pagamentos baseados em ações.....	110
43. Transações com partes relacionadas.....	112
44. Combinações de negócios.....	114
45. Alienação de controladas.....	117
46. Caixa e equivalentes de caixa.....	118
47. Transações não envolvendo caixa.....	118
48. Contratos de arrendamento operacional.....	119
49. Compromissos.....	120
50. Passivos contingentes e ativos contingentes.....	121
51. Eventos subsequentes ao período de relatório.....	121
52. Aprovação das demonstrações financeiras.....	121

Fonte		International GAAP Holdings Limited		
IAS 1.10 (b), 51 (b) e (c)	<b>Demonstração consolidada do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009</b>			<b>[Alternativa 1]</b>
IAS 1.113		Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
IAS 1.51 (d) e (e)			R\$ mil	R\$ mil
	<b>Operações continuadas</b>			
IAS 1.82 (a)	Receita	5	140.918	151.840
IAS 1.99	Custo das vendas		(87.897)	(91.840)
IAS 1.85	Lucro bruto		53.021	60.000
IAS 1.85	Receita de investimentos	7	3.608	2.351
IAS 1.85	Outros ganhos e perdas	8	647	1.005
IAS 1.99	Despesas de distribuição		(5.087)	(4.600)
IAS 1.99	Despesas de comercialização		(3.305)	(2.254)
IAS 1.99	Despesas de aluguel		(2.128)	(2.201)
IAS 1.99	Despesas administrativas		(11.001)	(15.124)
IAS 1.82 (b)	Custos de financiamento	9	(4.418)	(6.023)
IAS 1.99	Outras despesas		(2.801)	(2.612)
IAS 1.82 (c)	Participação nos lucros de coligadas	20	1.186	1.589
IAS 1.85	Ganho reconhecido na alienação de participação em coligada	20	581	–
IAS 1.85	Lucro antes de impostos		30.303	32.131
IAS 1.82 (d)	Despesa de imposto sobre a renda	10	(11.564)	(11.799)
IAS 1.85	Lucro do exercício proveniente de operações continuadas	13	18.739	20.332
	<b>Operações descontinuadas</b>			
IAS 1.82 (e)	Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	11	8.310	9.995
IAS 1.82 (f)	<b>Lucro do exercício</b>		27.049	30.327
	<b>Outros resultados abrangentes</b>			
IAS 1.82 (g)	Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior		(39)	85
IAS 1.82 (g)	Ganho líquido sobre ativos financeiros disponíveis para venda		66	57
IAS 1.82 (g)	Ganho líquido sobre “hedge” de fluxo de caixa		39	20
IAS 1.82 (g)	Ganho sobre reavaliação de propriedades		–	1.150
IAS 1.82 (h)	Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		–	–
IAS 1.85	Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		66	1.312
IAS 1.82 (i)	<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		27.115	31.639
	Lucro atribuível a:			
IAS 1.83 (a)	Proprietários da controladora		23.049	27.564
IAS 1.83 (a)	Participações não controladoras		4.000	2.763
			27.049	30.327
	Resultado abrangente total atribuído a:			
IAS 1.83 (b)	Proprietários da controladora		23.115	28.876
IAS 1.83 (b)	Participações não controladoras		4.000	2.763
			27.115	31.639

**Demonstração consolidada do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

		Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
	<b>Lucro por ação</b>	14		
	<b>Proveniente de operações continuadas e descontinuadas:</b>			
IAS 33.66	Básico (centavos por ação)		132,2	137,0
IAS 33.66	Diluído (centavos por ação)		115,5	130,5
	<b>Proveniente de operações continuadas:</b>			
IAS 33.66	Básico (centavos por ação)		84,5	87,3
IAS 33.66	Diluído (centavos por ação)		74,0	83,2

Nota: A alternativa 1 ilustra a apresentação do resultado abrangente em uma demonstração. A alternativa 2 (próximas páginas) ilustra a apresentação do resultado abrangente em duas demonstrações.

Seja qual for a apresentação escolhida, mantém-se a diferenciação entre itens reconhecidos no resultado e itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. A única diferença entre a demonstração única e a apresentação em duas demonstrações é que nesta um total é apresentado em uma demonstração do resultado separada como "lucro do exercício" (o mesmo valor que é apresentado como subtotal na demonstração única). Esse "lucro do exercício" é, portanto, o ponto de partida da demonstração do resultado abrangente, que deve ser apresentada logo após a demonstração do resultado. Na apresentação em duas demonstrações, a análise do "lucro do exercício" entre valor atribuível aos proprietários da controladora e o atribuível às participações não controladoras é apresentada no final da demonstração do resultado separada.

Independentemente da alternativa usada, existem opções de apresentação adicional para os componentes dos outros resultados abrangentes, como segue.

- IAS 1.90 • Os componentes individuais podem ser apresentados líquidos de imposto na demonstração do resultado abrangente (conforme ilustrado na página anterior) ou podem ser apresentados brutos, com uma rubrica única para dedução do imposto (vide página 9). Seja qual for a opção selecionada, deve ser divulgado o imposto sobre a renda relacionado a cada componente do resultado abrangente, seja na demonstração do resultado abrangente ou em notas (vide nota explicativa nº 29).
  - IAS 1.93 • Para os ajustes de reclassificação, pode ser adotada a apresentação de forma agregada, com a divulgação em separado do ganho ou a perda do exercício corrente e os ajustes de reclassificação em notas (vide página anterior e nota explicativa nº 29). Alternativamente, em uma apresentação desmembrada o ganho ou a perda do exercício corrente e os ajustes de reclassificação são apresentados em separado na demonstração do resultado abrangente (vide página 9).
- A alternativa 1 agrega as despesas de acordo com a função.

Fonte		International GAAP Holdings Limited		
IAS 1.10 (b), 81 (b), 51 (b) e (c)		<b>Demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>[Alternativa 2]</b>
IAS 1.113		Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
IAS 1.51 (d) e (e)			R\$ mil	R\$ mil
<b>Operações continuadas</b>				
IAS 1.82 (a)	Receita	5	140.918	151.840
IAS 1.85	Receita de investimentos	7	3.608	2.351
IAS 1.85	Outros ganhos e perdas	8	647	1.005
IAS 1.99	Mudanças nos estoques de produtos acabados e trabalho em progresso		(7.134)	2.118
IAS 1.99	Matérias-primas e materiais de consumo utilizados		(70.391)	(85.413)
IAS 1.99	Despesa de depreciação e amortização	13	(11.193)	(13.878)
IAS 1.99	Despesa com benefícios aos empregados	13	(9.803)	(11.655)
IAS 1.82 (b)	Custos de financiamento	9	(4.418)	(6.023)
IAS 1.99	Despesas com consultoria		(3.120)	(1.926)
IAS 1.99	Outras despesas		(10.578)	(7.877)
IAS 1.82 (c)	Participação nos lucros de coligadas	20	1.186	1.589
IAS 1.85	Ganho reconhecido na alienação de participação em coligada	20	581	–
IAS 1.85	Lucro antes de impostos		30.303	32.131
IAS 1.82 (d)	Despesa de imposto sobre a renda	10	(11.564)	(11.799)
IAS 1.85	Lucro do exercício proveniente de operações continuadas	13	18.739	20.332
<b>Operações descontinuadas</b>				
IAS 1.82 (e)	Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	11	8.310	9.995
IAS 1.82 (f)	<b>Lucro do exercício</b>		27.049	30.327
Lucro atribuível a:				
IAS 1.83 (a)	Proprietários da controladora		23.049	27.564
IAS 1.83 (a)	Participações não controladoras		4.000	2.763
			27.049	30.327
<b>Lucro por ação</b>				
		14		
Proveniente de operações continuadas e descontinuadas:				
IAS 33.66 e 67A	Básico (centavos por ação)		132,2	137,0
IAS 33.66 e 67A	Diluído (centavos por ação)		115,5	130,5
<b>Proveniente de operações continuadas:</b>				
IAS 33.66 e 67A	Básico (centavos por ação)		84,5	87,3
IAS 33.66 e 67A	Diluído (centavos por ação)		74,0	83,2

Nota: O formato apresentado sumaria as despesas por natureza.

Veja na página anterior discussão do formato da demonstração do resultado abrangente. Note que se o enfoque de duas demonstrações for adotado (acima e na próxima página), como requerido pela IAS 1.12, a demonstração do resultado deve ser apresentada imediatamente antes da demonstração do resultado abrangente

Fonte		International GAAP Holdings Limited	
IAS 1.10 (b), 81 (b), 51 (b) e (c)	<b>Demonstração consolidada do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b>		
IAS 1.113		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
IAS 1.51 (d) e (e)		R\$ mil	R\$ mil
IAS 1.82 (f)	<b>Lucro do exercício</b>	<u>27.049</u>	<u>30.327</u>
	<b>Outros resultados abrangentes</b>		
IAS 1.82 (g)	Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior		
	Diferenças de câmbio originadas no exercício	75	121
	Diferenças de câmbio originadas sobre "hedging" de operações no exterior	(12)	–
	Ajustes de reclassificação referente à operação no exterior alienada no exercício	(166)	–
	Ajustes de reclassificação referente a "hedges" de operações no exterior alienadas no exercício	46	–
		<u>(57)</u>	<u>121</u>
IAS 1.82 (g)	Ativos financeiros disponíveis para venda:		
	Ganho líquido originado de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	94	81
	Ajustes de reclassificação referente a ativos financeiros disponíveis para venda alienados no exercício	–	–
		<u>94</u>	<u>81</u>
IAS 1.82 (g)	"Hedges" de fluxo de caixa:		
	Ganhos originados no exercício	436	316
	Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no resultado	(123)	(86)
	Ajustes de reclassificação para valores transferidos para o saldo inicial de itens objeto de "hedge"	(257)	(201)
		<u>56</u>	<u>29</u>
IAS 1.82 (g)	Ganhos originados da reavaliação de propriedades	–	1.643
IAS 1.82 (h)	Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	–	–
	Imposto sobre a renda relacionado a componentes de outros resultados abrangentes	(27)	(562)
IAS 1.82 (i)	<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u>27.115</u>	<u>31.639</u>
IAS 1.83 (b)	Resultado abrangente total atribuído a:		
	Proprietários da controladora	23.115	28.876
IAS 1.83 (b)	Participações não controladoras	4.000	2.763
		<u>27.115</u>	<u>31.639</u>

Fonte		International GAAP Holdings Limited			
IAS 1.10 (a) e (f), 51 (b) e (c)		<b>Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2009</b>			
IAS 1.113		Nota			
IAS 1.51 (d) e (e)		explicativa	31/12/09	31/12/08	01/01/08
			R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
		<b>Ativos</b>			
IAS 1.60		<b>Ativos não correntes</b>			
IAS 1.54 (a)	Imobilizado	15	109.783	135.721	161.058
IAS 1.54 (b)	Propriedades para investimento	16	1.936	132	170
IAS 1.55	Ágio	17	20.285	24.060	23.920
IAS 1.54 (c)	Outros ativos intangíveis	18	9.739	11.325	12.523
IAS 1.54 (e)	Investimentos em coligadas	20	7.402	7.270	5.706
IAS 1.54 (o)	Impostos diferidos ativos	10	–	–	–
IAS 1.55	Valores a receber de arrendamento financeiro	26	830	717	739
IAS 1.54 (d)	Outros ativos financeiros	22	10.771	9.655	7.850
IAS 1.55	Outros ativos	23	–	–	–
	Total dos ativos não correntes		160.746	188.880	211.966
IAS 1.60		<b>Ativos correntes</b>			
IAS 1.54 (g)	Estoques	24	31.213	28.982	29.688
IAS 1.54 (h)	Contas a receber de clientes e outras	25	19.735	16.292	14.002
IAS 1.55	Valores a receber de arrendamento financeiro	26	198	188	182
IAS 1.54 (d)	Outros ativos financeiros	22	8.757	6.949	5.528
IAS 1.54 (n)	Impostos correntes ativo	10	125	60	81
IAS 1.55	Outros ativos	23	–	–	–
IAS 1.54 (i)	Caixa e bancos		23.446	19.778	9.082
			83.474	72.249	58.563
IAS 1.54 (j)	Ativos classificados como mantidos para venda	12	22.336	–	–
	Total dos ativos correntes		105.810	72.249	58.563
	<b>Total dos ativos</b>		266.556	261.129	270.529

Nota: Conforme requerido pela IAS 1.10 (f), a demonstração da posição financeira é apresentado no início do período comparativo mais antigo apresentado. Esta demonstração adicional é requerida em virtude de a entidade ter aplicado novas políticas contábeis retrospectivas no exercício (vide nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras).

Fonte		International GAAP Holdings Limited			
		Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2009 (continuação)			
		Nota explicativa	31/12/09	31/12/08	01/01/08
			R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Patrimônio líquido e passivos</b>					
<b>Capital e reservas</b>					
IAS 1.55	Capital social	28	32.439	48.672	48.672
IAS 1.55	Reservas	29	4.237	3.376	1.726
IAS 1.55	Lucros acumulados	30	110.805	94.909	73.824
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
			147.481	146.957	124.222
IAS 1.55	Valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido relativo a ativos classificados como mantidos para venda	12	–	–	–
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
IAS 1.54 (r)	Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		147.481	146.957	124.222
IAS 1.54 (q)	Participações não controladoras	31	24.316	20.005	17.242
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total do patrimônio líquido			171.797	166.962	141.464
<b>Passivos não correntes</b>					
IAS 1.60					
IAS 1.55	Empréstimos	32	20.221	31.478	28.014
IAS 1.54 (m)	Outros passivos financeiros	34	15.001	–	–
IAS 1.55	Obrigações de benefícios de aposentadoria	39	508	352	739
IAS 1.54 (o)	Impostos diferidos passivos	10	4.646	3.693	2.593
IAS 1.54 (l)	Provisões	35	2.294	2.231	4.102
IAS 1.55	Receita diferida	41	219	95	41
IAS 1.55	Outros passivos	36	180	270	–
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total dos passivos não correntes			43.069	38.119	35.489
<b>Passivos correntes</b>					
IAS 1.60					
IAS 1.54 (k)	Contas a pagar a fornecedores e outras	37	16.373	21.220	52.750
IAS 1.55	Empréstimos	32	22.446	25.600	33.618
IAS 1.54 (m)	Outros passivos financeiros	34	116	18	–
IAS 1.54 (n)	Impostos correntes a pagar	10	5.270	5.868	4.910
IAS 1.54 (l)	Provisões	35	3.356	3.195	2.235
IAS 1.55	Receita diferida	41	355	52	63
IAS 1.55	Outros passivos	36	90	95	–
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
			48.006	56.048	93.576
IAS 1.54 (p)	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	12	3.684	–	–
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total dos passivos correntes			51.690	56.048	93.576
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total dos passivos			94.759	94.167	129.065
			<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Total do patrimônio líquido e passivos</b>			<b>266.556</b>	<b>261.129</b>	<b>270.529</b>

## Fonte

## International GAAP Holdings Limited

IAS 1.10 (c) e 51 (b) e  
(c) IAS 1.106**Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido  
para o exercício findo 31 de dezembro de 2009**

IAS 1.51 (d) e (e)

	Capital social	Prêmio na emissão de ações	Reserva geral	Reserva de reavaliação de propriedades
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2008	23.005	25.667	807	51
Efeito da mudança na política contábil para programa de fidelidade de clientes (nota explicativa nº 2.1)	-	-	-	-
Efeito da mudança na política contábil de catálogo de vendas pelo correio (nota explicativa nº 2.1)	-	-	-	-
<b>Conforme reapresentado</b>	<b>23.005</b>	<b>25.667</b>	<b>807</b>	<b>51</b>
Pagamento de dividendos	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	1.150
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.150</b>
Reconhecimento de pagamentos baseados em ações	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>23.005</b>	<b>25.667</b>	<b>807</b>	<b>1.201</b>
Pagamento de dividendos	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participações não controladoras adicionais originadas na aquisição da Subsix Limited (nota explicativa nº 44)	-	-	-	-
Participações não controladoras adicionais originadas na alienação de participação na Subone Limited (nota explicativa nº 19)	-	-	-	-
Diferença originada na alienação de participação na Subone Limited (nota explicativa nº 19)	-	-	-	-
Reconhecimento de pagamentos baseados em ações	-	-	-	-
Emissão de ações ordinárias conforme plano de opções de compra de ações de empregados	314	-	-	-
Emissão de ações ordinárias por serviços de consultoria efetuados	3	5	-	-
Emissão de ações preferenciais conversíveis e não participativas	100	-	-	-
Emissão de notas conversíveis	-	-	-	-
Custos na emissão de ações	-	(6)	-	-
Recompra de ações ordinárias	(5.603)	(10.853)	-	-
Custos na recompra de ações	-	(277)	-	-
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	(3)
Imposto sobre a renda relacionado a transações com acionistas	-	84	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>17.819</b>	<b>14.620</b>	<b>807</b>	<b>1.198</b>

Nota: Vide nota que antecede a nota explicativa nº 28 referente ao nível de detalhes apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O formato adotado nesta página demonstra uma única linha para o "Resultado abrangente total do exercício". Devido à preocupação que esta apresentação aparenta estar inconsistente com os requerimentos atuais da IAS 1.106, o International Accounting Standards Board esclareceu que a intenção original era permitir a apresentação desse total, tendo emitido recentemente uma proposta para esclarecer a redação da IAS 1.106. Este modelo foi preparado levando-se em consideração o esclarecimento recentemente emitido. As entidades devem levar em consideração quaisquer requerimentos específicos exigidos pelos reguladores locais.

Reserva de reavaliação de investimentos	Reserva de benefícios a liquidados com instrumentos de patrimônio	Reserva de "hedge" de fluxo de caixa	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Prêmio na opção sobre notas conversíveis	Lucros acumulados	Atribuível à proprietários da controladora	Participações não controladoras	Total
R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
470	-	258	140	-	73.977	124.375	17.242	141.617
-	-	-	-	-	(61)	(61)	-	(61)
-	-	-	-	-	(92)	(92)	-	(92)
470	-	258	140	-	73.824	124.222	17.242	141.464
-	-	-	-	-	(6.479)	(6.479)	-	(6.479)
-	-	-	-	-	27.564	27.564	2.763	30.327
57	-	20	85	-	-	1.312	-	1.312
57	-	20	85	-	27.564	28.876	2.763	31.639
-	338	-	-	-	-	338	-	338
527	338	278	225	-	94.909	146.957	20.005	166.962
-	-	-	-	-	(6.635)	(6.635)	-	(6.635)
-	-	-	-	-	23.049	23.049	4.000	27.049
66	-	39	(39)	-	-	66	-	66
66	-	39	(39)	-	23.049	23.115	4.000	27.115
-	-	-	-	-	-	-	132	132
-	-	-	-	-	-	-	179	179
-	-	-	-	-	34	34	-	34
-	206	-	-	-	-	206	-	206
-	-	-	-	-	-	314	-	314
-	-	-	-	-	-	8	-	8
-	-	-	-	-	-	100	-	100
-	-	-	-	834	-	834	-	834
-	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
-	-	-	-	-	(555)	(17.011)	-	(17.011)
-	-	-	-	-	-	(277)	-	(277)
-	-	-	-	-	3	-	-	-
-	-	-	-	(242)	-	(158)	-	(158)
593	544	317	186	592	110.805	147.481	24.316	171.797

Fonte		International GAAP Holdings Limited		
IAS 1.10 (d) e 51. (b) e (c)	<b>Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009</b>			<b>[Alternativa 1]</b>
IAS 1.113		Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
IAS 1.51(d) e (e)			R\$ mil	R\$ mil
IAS 7.10	<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
IAS 7.18 (b)	Lucro do exercício		27.049	30.327
	Despesa de imposto sobre a renda reconhecida no resultado do exercício		14.724	14.797
	Participação nos lucros de coligadas		(1.186)	(1.589)
	Custos de financiamento reconhecidos no resultado		4.418	6.023
	Receita de investimento reconhecida no resultado		(3.608)	(2.351)
	Ganho na alienação de imobilizado		(6)	(67)
	Ganho na reavaliação de propriedades para investimento		(297)	(8)
	Ganho na alienação de controlada		(1.940)	–
	Ganho na alienação de participação em coligada		(581)	–
	Perda líquida originada de passivos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado		488	–
	Perda líquida originada de ativos financeiros classificados como mantido para negociação		129	–
	Inefetividade em “hedge” de fluxo de caixa		(89)	(68)
	(Ganho) perda reclassificado do patrimônio líquido sobre ativos financeiros disponíveis para venda		–	–
	(Ganho) perda reclassificado do patrimônio líquido sobre ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda		–	–
	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes		63	430
	Reversão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes		(103)	–
	Depreciação e amortização de ativos não correntes		14.179	17.350
	Redução ao valor recuperável de ativos não correntes		1.439	–
	(Ganho) perda com variação cambial, líquida		(101)	117
	Despesa reconhecida referente a pagamentos baseados em ações liquidados com instrumentos de patrimônio		206	338
	Despesa reconhecida referente ações emitidas na troca por serviços de consultoria		8	–
	Amortização de contratos de garantia financeira		6	18
	Ganho originado do efetivo término da ação judicial contra a Subseven Limited		(40)	–
			<hr/>	<hr/>
			54.758	65.317
	Varição no capital circulante:			
	Aumento de contas a receber de clientes e outras		(3.012)	(1.880)
	(Aumento) redução de estoques		(5.900)	204
	Aumento de outros ativos		(34)	(20)
	Redução de contas a pagar a fornecedores e outras		(929)	(29.979)
	Aumento (redução) de provisões		151	(941)
	Aumento de receita diferida		427	43
	(Redução) aumento de outros passivos		(95)	365
			<hr/>	<hr/>
	Caixa gerado nas operações		45.366	33.109
IAS 7.31	Juros pagos		(4.493)	(6.106)
IAS 7.35	Imposto sobre a renda pago		(13.848)	(13.340)
			<hr/>	<hr/>
	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>27.025</b>	<b>13.663</b>
			<hr/>	<hr/>

Fonte		International GAAP Holdings Limited		
<b>Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b>				
		Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 7.10	<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>			
	Pagamentos para aquisição de ativos financeiros		(3.163)	(2.163)
	Recebimentos relativos à venda de ativos financeiros		938	1.712
IAS 7.31	Juros recebidos		2.315	1.313
	"Royalties" e outras receitas de investimentos recebidas		1.137	884
IAS 24.17 (a)	Dividendos recebidos de coligadas		30	25
IAS 7.31	Outros dividendos recebidos		156	154
	Adiantamentos a partes relacionadas		(738)	(4.311)
	Recebimentos de partes relacionadas		189	1.578
	Pagamentos na aquisição de imobilizado		(22.932)	(11.875)
	Valores recebidos na alienação de imobilizado		11.462	21.245
	Pagamentos na aquisição de propriedades para investimento		(10)	(12)
	Valores recebidos na alienação de propriedades para investimento		–	58
	Pagamentos relacionados a ativos intangíveis		(6)	(358)
IAS 7.39	Fluxo de caixa líquido na aquisição de controladas	44	(477)	–
IAS 7.39	Fluxo de caixa líquido na alienação de controlada	45	7.566	–
	Fluxo de caixa líquido na alienação de coligada		360	–
	<b>Caixa líquido (aplicado em) gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>(3.173)</b>	<b>8.250</b>
IAS 7.10	<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
	Valores recebidos na emissão de ações		414	–
	Valores recebidos na emissão de notas conversíveis		4.950	–
	Custos na emissão de ações		(6)	–
	Pagamento pela recompra de ações		(17.011)	–
	Custos pela recompra de ações		(277)	–
	Valores recebidos na emissão de ações preferenciais resgatáveis		15.000	–
	Valores recebidos na emissão de notas perpétuas		2.500	–
	Custos para emissão de dívida		(595)	–
	Valores recebidos de empréstimos		17.122	26.798
	Amortização de empréstimos		(37.761)	(23.209)
	Valores recebidos de empréstimos governamentais		2.610	–
	Valores recebidos na alienação parcial de participação em controlada		213	–
IAS 7.31	Dividendos pagos às ações preferenciais resgatáveis		(613)	–
IAS 7.31	Dividendos pagos aos proprietários da Companhia		(6.635)	(6.479)
	<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento</b>		<b>(20.089)</b>	<b>(2.890)</b>
	<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.763</b>	<b>19.023</b>
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.400	561
IAS 7.28	Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moedas estrangeiras		(80)	(184)
	<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	46	<b>23.083</b>	<b>19.400</b>

Nota: Anteriormente estão sendo apresentados os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto.

Fonte		International GAAP Holdings Limited		
IAS 1.10 (d) e 51 (b) e (c)	<b>Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009</b>			<b>[Alternativa 2]</b>
IAS 1.113		Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
IAS 1.51 (d) e (e)			R\$ mil	R\$ mil
IAS 7.10	<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
IAS 7.18 (a)	Recebimentos de clientes		211.032	214.487
	Pagamentos a fornecedores e empregados		(165.666)	(181.378)
	Caixa gerado nas operações		45.366	33.109
IAS 7.31	Juros pagos		(4.493)	(6.106)
IAS 7.35	Imposto sobre a renda pago		(13.848)	(13.340)
	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>27.025</b>	<b>13.663</b>
IAS 7.10	<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>			
	Pagamentos para aquisição de ativos financeiros		(3.163)	(2.163)
	Recebimentos relativos à venda de ativos financeiros		938	1.712
IAS 7.31	Juros recebidos		2.315	1.313
	"Royalties" e outras receitas de investimentos recebidas		1.137	884
IAS 24.17 (a)	Dividendos recebidos de coligadas		30	25
IAS 7.31	Outros dividendos recebidos		156	154
	Adiantamentos a partes relacionadas		(738)	(4.311)
	Recebimentos de partes relacionadas		189	1.578
	Pagamentos na aquisição de imobilizado		(22.932)	(11.875)
	Valores recebidos na alienação de imobilizado		11.462	21.245
	Pagamentos na aquisição de propriedades para investimento		(10)	(12)
	Valores recebidos na alienação de propriedades para investimento		–	58
	Pagamentos relacionados a ativos intangíveis		(6)	(358)
IAS 7.39	Fluxo de caixa líquido na aquisição de controlada	44	(477)	–
IAS 7.39	Fluxo de caixa líquido na alienação de controlada	45	7.566	–
	Fluxo de caixa líquido na alienação de coligada		360	–
	<b>Caixa líquido (aplicado em) gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>(3.173)</b>	<b>8.250</b>

**Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

	Nota explicativa	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 7.10			
	<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
	Valores recebidos na emissão de ações	414	–
	Valores recebidos na emissão de notas conversíveis	4.950	–
	Custos na emissão de ações	(6)	–
	Pagamento pela recompra de ações	(17.011)	–
	Custos pela recompra de ações	(277)	–
	Valores recebidos na emissão de ações preferenciais resgatáveis	15.000	–
	Valores recebidos na emissão de notas perpétuas	2.500	–
	Custos para emissão de dívida	(595)	–
	Valores recebidos de empréstimos	17.122	26.798
	Amortização de empréstimos	(37.761)	(23.209)
	Valores recebidos de empréstimos governamentais	2.610	–
	Valores recebidos na alienação parcial de participação em controlada	213	–
IAS 7.31	Dividendos pagos às ações preferenciais resgatáveis	(613)	–
IAS 7.31	Dividendos pagos aos proprietários da Companhia	(6.635)	(6.479)
	<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento</b>	<b>(20.089)</b>	<b>(2.890)</b>
	<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.763</b>	<b>19.023</b>
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.400	561
IAS 7.28	Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moedas estrangeiras	(80)	(184)
	<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>23.083</b>	<b>19.400</b>

Nota: Anteriormente estão sendo apresentados os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método direto.

Fonte	International GAAP Holdings Limited	
IAS 1.10 (e) e 51(b) e (c)	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009</b>	
	<b>1. Informações gerais</b>	
IAS 1.138 (a)	A International GAAP Holdings Limited (“Companhia”) é uma sociedade limitada estabelecida no País A. Os endereços de sua sede e principal local de negócios estão descritos na introdução ao relatório anual. As principais atividades da Companhia e de suas controladas (“Grupo”) estão descritas na nota explicativa nº 6.	
	<b>2. Adoção de Normas Internacionais de Relatório Financeiro novas e revisadas</b>	
	<b>2.1. Normas e interpretações que afetam os saldos reportados no exercício corrente (e/ou exercícios anteriores)</b>	
IAS 8.28	As seguintes Normas e Interpretações, novas e revisadas, foram adotadas no exercício atual e tiveram efeitos sobre os valores apresentados nessas demonstrações financeiras. Os detalhes de outras Normas e Interpretações adotadas nessas demonstrações financeiras, e que não tiveram efeitos sobre os valores apresentados estão definidos na nota explicativa nº 2.2.	
	<b>Normas que afetam apresentação e divulgação</b>	
	IAS 1 (revisada em 2007) – Apresentação de Demonstrações Financeiras	A IAS 1 (2007) introduziu mudanças nas terminologias (inclusive revisão de títulos de demonstrações financeiras), no formato e no conteúdo das demonstrações financeiras. Além disso, a norma revisada exigiu a apresentação da demonstração da posição financeira com saldos em 1º de janeiro de 2008, uma vez que o Grupo aplicou duas novas práticas contábeis retroativamente (conforme descrito a seguir).
	IFRS 8 – Segmentos Operacionais	O IFRS 8 é uma norma que resultou na redefinição dos segmentos divulgáveis do Grupo (vide nota explicativa nº 6).
	Melhoria às Divulgações de Instrumentos Financeiros (Modificações ao IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros)	As modificações ao IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação sobre mensurações ao valor justo e risco de liquidez. O Grupo optou por não fornecer informações comparativas dessas divulgações adicionais requeridas no exercício corrente, conforme facultado por essas modificações.
IFRS 5.44E	Modificações ao IFRS 5 – Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (adotadas antes da data obrigatória de 1º de janeiro de 2010)	A divulgação dessas demonstrações financeiras foi modificada para refletir os esclarecimentos do IASB (como parte do documento Melhorias aos IFRSs (2009)) de que os requerimentos de divulgação de outras normas que não o IFRS 5 normalmente não se aplicam aos ativos não correntes classificados como “disponíveis para venda” e operações descontinuadas.
IAS 7.56	Modificações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (adotadas antes da data obrigatória de 1º de janeiro de 2010)	Essas modificações (parte do documento Melhorias aos IFRSs (2009)) especificam que somente as despesas que resultarem no reconhecimento de um ativo podem ser classificadas como atividades de investimento na demonstração dos fluxos de caixa. Consequentemente, os fluxos de caixa relativos aos custos de desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização definidos na IAS 38 – Ativos Intangíveis para integrar um ativo intangível gerado internamente (e, portanto, reconhecidos no resultado à medida que incorrem) foram reclassificados das “Atividades de investimento” para “Atividades operacionais”, na demonstração dos fluxos de caixa. Valores do ano anterior foram reapresentados para apresentação consistente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**Normas e interpretações que afetam apresentação e divulgação**

Nota: Os efeitos das mudanças descritas nesta seção sobre os lucros básico e diluído por ação estão divulgados na nota explicativa nº 14.

IAS 8.28 (a)	<b>IFRS 3 – Combinação de Negócios (revisada em 2008)</b>	
IFRS 3.64	O IFRS 3 (2008) foi adotado no exercício corrente antecipadamente à data de sua entrada em vigor (combinação de negócios cuja data de aquisição é no ou após o início do primeiro período anual iniciado em ou após 1º de julho de 2009). Sua adoção afetou a contabilidade da combinação de negócios ocorrida no exercício corrente.	
IAS 8.28 (b) e (d)	De acordo com as disposições transitórias relevantes, o IFRS 3 (2008) foi aplicado prospectivamente às combinações de negócios cuja data de aquisição tenha sido em ou após 1º de janeiro de 2009. O impacto da adoção do IFRS 3 (2008) – Combinação de Negócios foi:	
IAS 8.28 (c)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• permitir escolher a forma de mensuração das participações não controladoras (anteriormente denominada “participação minoritária”) pelo valor justo ou com a participação dos acionistas não controladores no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. No exercício corrente, ao contabilizar a aquisição da Subsix Limited, o Grupo optou por mensurar a participação dos acionistas não controladores ao valor justo na data da aquisição. Consequentemente, o reconhecimento do ágio relativo a essa aquisição reflete o impacto da diferença entre o valor justo da participação dos acionistas não controladores e sua participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da adquirida;</li> <li>• alterar o reconhecimento e os requerimentos para contabilização subsequentes de contrapartidas contingentes. Na versão anterior da Norma, a contrapartida contingente era reconhecida na data de aquisição somente se o pagamento da contrapartida contingente fosse provável e pudesse ser mensurada de modo confiável; quaisquer ajustes posteriores à contrapartida contingente eram reconhecidos contra o ágio. Na Norma revisada, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição; os ajustes posteriores à contrapartida são reconhecidos contra o ágio somente na medida em que forem resultantes de melhores informações sobre o valor justo na data de aquisição e ocorrerem dentro do “período de mensuração” (máximo de 12 meses a partir da data de aquisição). Todos os outros ajustes posteriores são reconhecidos no resultado;</li> <li>• quando a combinação de negócios em questão estabelecer um relacionamento preexistente entre o Grupo e a adquirida, para exigir o reconhecimento de ganho ou perda na liquidação; e</li> <li>• exigir que os custos relacionados à aquisição fossem contabilizados separadamente da combinação de negócios, geralmente para que esses custos sejam reconhecidos como despesa no resultado à medida que são incorridos, pois anteriormente eram contabilizados como parte do custo de aquisição.</li> </ul>	
IAS 8.28 (f) e (i)	No exercício corrente, essas alterações nas políticas afetaram a contabilização da aquisição da Subsix Limited e da Subseven Limited conforme demonstrado a seguir:	
	<b>Demonstração da Posição Financeira</b>	31/12/09
		R\$ mil
	Excedente do valor justo das participações não controladoras na Subsix Limited em relação à sua participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis (refletidos nas participações não controladoras)	62
	Passivo reconhecido em relação ao valor justo das contrapartidas contingentes que não teria sido reconhecido de acordo com a versão anterior da Norma (refletido em “Outros passivos financeiros”)	75
	Ajuste da contraprestação da compra para refletir a liquidação efetiva do processo judicial movido pelo Grupo contra a Subseven Limited (resultado)	40
	Custos relacionados à aquisição lançados ao resultado conforme incorridos (resultado)	(145)
	Ágio adicional reconhecido devido à adoção do IFRS 3 (2008)	32

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercício findo  
31/12/09  
R\$ mil

Ganho reconhecido para refletir a liquidação efetiva do processo judicial movido pelo Grupo contra a Subseven Limited (incluído em "Outras receitas e despesas")

40

Custo dos prêmios de pagamentos baseados em ações alocados ao serviço após a combinação

–

Custos relacionados à aquisição lançados ao resultado conforme incorridos (incluídos em "Outras despesas")

(145)

Redução do lucro do exercício em decorrência da adoção do IFRS 3 (2008)

(105)

O IFRS 3 (2008) também exigiu divulgações adicionais em relação à combinação de negócios no período (vide nota explicativa nº 44).

Os resultados de períodos futuros podem ser afetados por perdas no valor recuperável relativas ao aumento do ágio e por mudanças no valor justo da contrapartida contingente reconhecido como um passivo.

IAS 8.28 (a)

**IAS 27 (revisada em 2008) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas**

IAS 27.45

A IAS 27 (2008) foi adotada antes de entrar em vigor (períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2009). As revisões da IAS 27 afetam principalmente a contabilização de transações ou eventos que resultam em mudança nas participações do Grupo em suas controladas. A adoção da Norma revisada afetou a contabilização da alienação de parte da participação do Grupo na Subone Limited no exercício (ver a seguir).

IAS 8.28 (b) e (d)  
IAS 8.28 (c)

A IAS 27 (2008) foi adotada para períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2009 e foi aplicado retrospectivamente (sujeito às exceções especificadas) de acordo com as disposições transitórias pertinentes. A Norma revisada afetou as práticas contábeis do Grupo em relação às mudanças nas participações não controladoras que não resultaram em mudança de controle. Nos exercícios anteriores, na ausência de exigências específicas do IFRS, os aumentos das participações nas controladas existentes foram tratados da mesma forma da aquisição de uma controlada com o ágio ou ganho de uma compra vantajosa reconhecido apropriadamente; para as reduções em participação de controladas existentes que não envolveram perda de controle, a diferença entre a contrapartida recebida e o valor contábil da parcela dos ativos líquidos alienados foi reconhecida no resultado. De acordo com a IAS 27 (2008), todos esses aumentos e reduções são registrados no patrimônio, sem impacto sobre o ágio ou o resultado.

Quando o Grupo deixa ter o controle sobre uma controlada como resultado de uma transação, evento ou outras circunstâncias, a Norma revisada exige que o Grupo proceda à baixa de todos os ativos, passivos e participações não controladoras pelo seu valor contábil. Qualquer participação retida na antiga controlada é reconhecida pelo valor justo na data da perda do controle, com ganho ou perda resultante reconhecido no resultado.

IAS 8.28 (f)(i)

Durante o exercício houve alienação de uma parcela da participação do Grupo na Subone Limited, e a mudança na prática contábil resultou em uma diferença de R\$34.000 entre a contrapartida recebida e as participações minoritárias reconhecidas diretamente no patrimônio, em vez do resultado. Portanto, a mudança na prática contábil resultou em uma redução no lucro do exercício de R\$34.000.

IAS 8.28 (a)

**IAS 28 (revisada em 2008) – Investimentos em Coligadas**

A IAS 28 (2008) foi adotada antes da data de adoção obrigatória (para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2009). O princípio adotado de acordo com a IAS 27 (2008) (ver anterior), de que a perda de controle seja reconhecida ao valor justo como alienação e reaquisição de qualquer participação retida, é estendido pela alteração da IAS 28; portanto, quando se perde a influência significativa, o investidor mensura o investimento retido na antiga afiliada ao valor justo, em contrapartida ao resultado do exercício.

IAS 8.28 (b) a  
(f)(i)

A IAS 28 (2008) foi adotada para os períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2009 prospectivamente de acordo com as disposições de transição pertinentes. As mudanças afetaram a contabilização da alienação parcial da participação do Grupo na E Plus Limited no exercício. A diferença de R\$104.000 entre o valor contábil da participação retida na E Plus Limited e seu valor justo foi reconhecida no resultado do período, líquida da despesa de impostos diferidos no valor de R\$32.000. Se a prática contábil anterior do Grupo tivesse sido aplicada, o valor contábil do investimento retido teria sido considerado como custo para fins da contabilização subsequente como um investimento disponível para venda de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e a mudança no valor justo (e nos respectivos impostos diferidos) teria sido reconhecida em outros resultados abrangentes.

O lucro divulgado em 2009 sofreu, portanto, aumento de R\$72.000 em decorrência da mudança na prática contábil. Esse aumento será compensado pela redução nos lucros por um valor equivalente, quando, e se, o investimento for baixado no futuro.

Fonte	International GAAP Holdings Limited
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b>	
IAS 8.28 (a)	<b>IFRIC 13 – Programas de Fidelidade de Clientes</b>
IAS 8.28 (c)	A adoção da IFRIC 13 resultou em uma mudança na prática contábil do Grupo para o programa de fidelidade de clientes. O Programa Maxi-Points do Grupo, operado para beneficiar clientes “online”, está dentro do escopo desta Interpretação. No Programa Maxi-Points, clientes “online” que compram equipamentos eletrônicos do Grupo recebem pontos de fidelidade de acordo com o nível de compras; esses pontos podem ser utilizados para obter descontos nas próximas compras. Anteriormente, o Grupo contabilizava o Programa Maxi-Points reconhecendo o total dos recebimentos referentes às vendas “online” como receita e os custos estimados dos descontos posteriores eram registrados separadamente como um passivo. No entanto, a IFRIC 13 exige que essas transações sejam contabilizadas como “Receita de contratos com vários produtos finais” e que o valor recebido pela primeira transação de venda seja alocado entre a venda do equipamento e os direitos de desconto obtidos pelo cliente nessa venda.
IAS 8.28 (b), (d), (f)(i) e (g)	Essa mudança de prática contábil foi aplicada retrospectivamente, de acordo com as disposições de transição da IFRIC 13. O impacto da mudança dessa prática contábil no início do período comparativo foi a redução das provisões no valor de R\$23.000, o aumento da receita diferida em R\$104.000 e a redução dos passivos tributários diferidos em R\$20.000, com um ajuste pelo efeito líquido de R\$61.000 registrado nos saldos de abertura em “Lucros acumulados”. A receita para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está diminuída em R\$47.000 (R\$75.000 em 2008), [custo das vendas/outras despesas], aumentada em R\$10.000 (redução de R\$48.000 em 2008) e a despesa de imposto sobre a renda para o exercício diminuiu em R\$10.000 (R\$12.000 em 2008). Assim, o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está diminuído em R\$47.000 como resultado da nova prática contábil (R\$15.000 em 2008). Em 31 de dezembro de 2009, a receita diferida em relação ao programa de fidelidade monta a R\$184.000.
IAS 8.28 (a)	<b>Alterações à IAS 38 – Ativos Intangíveis</b>
IAS 8.28 (c)	Como parte do documento Melhorias aos IFRSs (2008), a IAS 38 foi alterada para estabelecer que seja permitido reconhecer como um ativo o pagamento antecipado referente a despesa com publicidade ou promoção somente até o ponto em que a entidade tiver o direito de acesso às mercadorias compradas ou até o ponto de recebimento dos serviços. Os catálogos de pedidos por correspondência foram identificados especificamente como publicidade e promoção. Anteriormente, o Grupo reconhecia os estoques dos catálogos mantidos como ativos até a data do envio ao cliente.
IAS 8.28 (b), (d), (f)(i) e (g)	As alterações foram aplicadas retrospectivamente de acordo com as disposições de transição pertinentes, resultando em redução de R\$132.000 nos estoques mantidos em 1º de janeiro de 2008 e redução de R\$40.000 no passivo tributário diferido na mesma data, ocasionando um ajuste líquido de R\$92.000 nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. [As despesas de marketing/matérias-primas e material de consumo utilizado] em 2009 aumentaram R\$12.000 (R\$7.000 em 2008), ocorrendo uma redução de R\$4.000 (R\$2.000 em 2008) referente à despesa com imposto sobre a renda. O impacto da mudança em 31 de dezembro de 2009 foi a redução de R\$151.000 (R\$139.000 em 2008) nos estoques, redução de R\$46.000 (R\$42.000 em 2008) no passivo tributário diferido e redução de R\$105.000 (R\$97.000 em 2008) nos lucros acumulados.
IAS 8.28 (a)	<b>Alterações à IAS 40 – Propriedades para Investimentos</b>
IAS 8.28 (c)	Como parte do documento Melhorias aos IFRSs (2008), a IAS 40 foi alterada para incluir em seu escopo as propriedades para investimento em construção. Portanto, em linha com a adoção das alterações e com a prática contábil geral do Grupo, as propriedades para investimento em construção são mensuradas pelo valor justo (quando este puder ser determinado de modo confiável), e as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado. O Grupo contabilizava esses ativos pelo custo deduzido das perdas acumuladas no valor recuperável de acordo com a IAS 16 – Imobilizado.
IAS 8.28 (b), (d) e (f)(i)	A mudança foi aplicada prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2009 de acordo com as disposições de transição pertinentes, resultando na reclassificação da propriedade para investimento pelo seu valor contábil anterior de R\$1,51 milhão no exercício, e no reconhecimento no resultado de um ganho de R\$290.000, pela reavaliação da propriedade, reduzido por uma despesa tributária diferida de R\$87.000. Em 31 de dezembro de 2009, o impacto foi a redução de R\$1,51 milhão no imobilizado, o aumento de R\$1,8 milhão nas propriedades para investimento, o aumento de R\$87.000 no passivo tributário diferido e o aumento de R\$203.000 nos lucros acumulados.

Fonte	International GAAP Holdings Limited
	<p><b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b></p>
IAS 8.28 (a)	<p><b>Alterações à IAS 20 Contabilização de Subvenções Governamentais e Divulgação de Assistência Governamental</b></p>
IAS 8.28 (c)	<p>Como parte do documento Melhorias aos IFRSs (2008), a IAS 20 foi alterada para que o benefício de empréstimo governamental a juros abaixo do mercado passe a ser tratado como subvenção governamental. Esse tratamento contábil não era permitido antes dessas alterações.</p>
IAS 8.28 (b), (d) e (f)(i)	<p>De acordo com as disposições de transição pertinentes, a prática foi aplicada prospectivamente aos empréstimos governamentais recebidos em ou após 1º de janeiro de 2009. Em 17 de dezembro de 2009, o Grupo recebeu um empréstimo governamental sem incidência de juros no valor de R\$3 milhões para financiar treinamento de pessoal por um período de dois anos. Utilizando a taxa de juros vigente no mercado de 7,2% ao ano para um empréstimo com características equivalentes, o valor justo do empréstimo foi estimado em R\$2,61 milhões. A diferença entre o rendimento bruto e o valor justo do empréstimo de R\$390.000 é o benefício resultante do empréstimo sem incidência de juros, sendo reconhecida como receita diferida. Esse valor será compensado em contrapartida aos custos de treinamento incorridos em 2010 (R\$250.000) e 2011 (R\$140.000). As despesas de juros serão reconhecidas em 2010 (R\$188.000) e 2011 (R\$202.000), resultando em aumento líquido de R\$62.000 no lucro de 2010 e uma redução no mesmo valor no lucro de 2011.</p>
IAS 8.28 (a)	<p><b>Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações sobre Reclassificações de Ativos Financeiros</b></p>
IAS 8.28(c),(d)	<p>As alterações à IAS 39 permitem que uma entidade reclassifique ativos financeiros não derivativos fora das categorias “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” em algumas circunstâncias limitadas. Essas reclassificações podem ser efetuadas a partir de 1º de julho de 2008. As reclassificações de ativos financeiros efetuadas em períodos com início em ou após 1º de novembro de 2008 terão efeitos apenas a partir da data em que a reclassificação for realizada.</p>
IAS 8.28 (b) e (d)	<p>Em fevereiro de 2009, o Grupo reclassificou certos títulos de “mantidos para negociação” para “disponíveis para venda”. A intenção original do Grupo no reconhecimento inicial era vender esses ativos financeiros a curto prazo. No entanto, como resultado de forte redução na liquidez desses ativos acompanhada de uma deterioração da transparência do preço e uma redução no apetite do investidor por adquirir esses ativos, o Grupo concluiu que os critérios para reclassificação foram atingidos. Consequentemente, os ativos foram reclassificados em 1º de março de 2009 (ver nota explicativa nº 40.4 para mais detalhes). A reclassificação foi contabilizada de acordo com as disposições de transição pertinentes e produzem efeitos apenas a partir da data da reclassificação.</p>
IAS 8.28 (f)(i)	<p>Como efeito da reclassificação, as variações subsequentes no valor justo desses títulos são reconhecidas em outros resultados abrangentes (a menos que se apure perda no valor recuperável), em vez de reconhecidas contra o resultado. Esses títulos não contêm derivativos embutidos que exijam separação e reconhecimento ao valor justo contra o resultado. O valor justo dos títulos na data da reclassificação era de R\$509.000, e no fim do período-base reduziu para R\$419.000. Portanto, o lucro do exercício está R\$90.000 maior do que teria sido se os ativos não tivessem sido reclassificados, os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2009 aumentaram em R\$90.000, enquanto a provisão para revalorização de investimentos diminuiu R\$90.000. O valor do ativo reportado na demonstração da posição financeira não foi afetado, uma vez que ambas as categorias (“títulos mantidos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”) são apresentadas em “Outros ativos financeiros”.</p>
	<p><b>2.2. Adoção antecipada das normas e interpretações sem efeito sobre as demonstrações financeiras</b></p>
	<p>As seguintes Normas e Interpretações (novas) também foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção não teve impacto significativo nos valores reportados nestas demonstrações, mas pode afetar a contabilização de transações ou contratos futuros.</p>
<p>Alterações ao IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas – Custo do Investimento em Controladas, Controladas em Conjunto ou Coligadas</p>	<p>As alterações tratam da mensuração do custo dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas ao adotarem o IFRS pela primeira vez e o reconhecimento do lucro com dividendos das controladas nas demonstrações financeiras separadas da controladora.</p>
<p>Alterações ao IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações – Condições de Aquisição e Cancelamentos</p>	<p>As alterações trazem esclarecimentos sobre a definição de aquisição do direito ao pagamento baseado em ações para os fins de que trata o IFRS 2, apresentam o conceito de condições de “não aquisição” e esclarecem o tratamento contábil dos cancelamentos.</p>
<p>IAS 23 (revisada em 2007) – Custos de Empréstimos</p>	<p>A principal mudança na Norma foi eliminar a opção de registrar como despesa todos os custos com empréstimos, quando incorridos. Essa mudança não impactou as demonstrações financeiras, porque sempre foi política do Grupo capitalizar custos de empréstimos incorridos sobre ativos qualificáveis.</p>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

	Alterações à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras – Instrumentos Financeiros com Opção de Venda e Obrigações que Surgem na Liquidação	As revisões à IAS 32 alteram os critérios para classificação de patrimônio líquido e empréstimos, permitindo que certos instrumentos com opção de revenda e instrumentos (ou componentes de instrumentos), que impõem a uma entidade a obrigação de entregar a terceiros uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, sejam classificados como patrimônio líquido, desde que critérios específicos sejam atendidos.
	Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens Objeto de “Hedge” Elegíveis	As alterações trazem esclarecimentos sobre dois aspectos da contabilização de “hedge”: identificação de inflação como risco protegido ou parte e uso de opções para fins de “hedge”.
	Derivativos Embutidos (Alterações à IFRIC 9 e à IAS 39)	As alterações trazem esclarecimentos sobre a contabilização de derivativos embutidos no caso de reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria “valor justo por meio do resultado”, conforme permitido pelas alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (mencionado anteriormente), de outubro de 2008.
	IFRIC 15 – Contratos para Construção do Setor Imobiliário	A Interpretação trata de como as entidades devem determinar se um contrato de construção de imóveis entra no escopo da IAS 11 – Contratos de Construção ou IAS 18 – Receita e quando a receita na construção de imóveis deve ser reconhecida. As exigências não afetaram a contabilização das atividades de construção de imóveis do Grupo.
	IFRIC 16 – “Hedges” de Investimentos Líquidos em Operações no Exterior	A Interpretação traz orientações sobre exigências detalhadas ao efetuar “hedge” de investimentos líquidos para certas designações de contabilização de “hedge”.
IFRIC 17.18	IFRIC 17 – Distribuições de Lucros in Natura (adotada antes da data de adoção obrigatória de 1º de julho de 2009)	A Interpretação traz orientações sobre o tratamento contábil adequado quando uma entidade distribui a seus acionistas como dividendos outros ativos que não são o próprio caixa.
IFRIC 18.22	IFRIC 18 – Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes (adotada para transferências de ativos de clientes recebidas em ou após 1º de julho de 2009)	A Interpretação traz orientações sobre a contabilização pelo destinatário de transferências de itens de imobilizado de “clientes” e conclui que quando o item do imobilizado transferido atende à definição de ativo na perspectiva de quem recebe, o destinatário deve reconhecer o ativo ao valor justo na data da transferência, com o crédito reconhecido em receita de acordo com a IAS 18 – Receita.
Vários	Melhorias aos IFRSs (2008)	Além das alterações que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras descritas na nota explicativa nº 2.1, as melhorias resultaram em várias mudanças em detalhes das políticas contábeis do Grupo, algumas de terminologia, outras de conteúdo, mas nenhuma teve efeito material sobre os valores reportados. A maioria dessas alterações passa a vigorar em 1º de janeiro de 2009.
Vários	Melhorias aos IFRSs (2009)	Além das emendas ao IFRS 5 e à IAS 7 descritas anteriormente nesta nota explicativa e das emendas à IAS 17 discutidas na nota explicativa nº 2.3 a seguir, as melhorias resultaram em várias mudanças em detalhes das políticas contábeis do Grupo, algumas de terminologia, outras de conteúdo, mas nenhuma teve efeito material sobre os valores reportados. Exceto quanto ao descrito na nota explicativa nº 2.3, essas alterações foram adotadas antes da data de vigência obrigatória (geralmente 1º de janeiro de 2010).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**2.3. Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas**

- IAS 8.30 (a) Como parte do documento Melhorias aos IFRSs 2009 emitido em abril de 2009, o IASB alterou o critério de classificação de arrendamentos de terrenos previstos na IAS 17 – Arrendamentos. Anteriormente a essa alteração, a IAS 17 exigia que arrendamentos de terrenos com vida útil indeterminada fossem classificados como arrendamentos operacionais. Esse fato gerava uma inconsistência com os princípios gerais da Norma, e a orientação foi retirada, uma vez que ela poderia ocasionar uma contabilização não condizente com a essência dos contratos. Após as alterações, os arrendamentos de terrenos passaram a ser classificados como “financeiros” ou “operacionais” com base nos princípios gerais da IAS 17. Essas alterações aplicam-se a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2010 e devem ser adotadas retrospectivamente a contratos de arrendamento em vigor em 1º de janeiro de 2010, se as informações necessárias estiverem disponíveis no início da vigência do contrato. Caso contrário, deve ser aplicada a Norma revisada levando-se em conta os fatos e as circunstâncias existentes em 1º de janeiro de 2010 (data de adoção das alterações), e o Grupo reconhecerá o ativo e o passivo relacionados a arrendamentos de terrenos que forem classificados como arrendamento financeiro ao valor justo naquela data; eventuais diferenças entre esses valores justos serão reconhecidas em “Lucros acumulados”.
- IAS 8.30 (b) A Administração do Grupo espera que essas emendas à IAS 17 serão adotadas nas demonstrações financeiras do Grupo referentes a exercícios com início em 1º de janeiro de 2010. É provável que as alterações afetem a classificação de alguns arrendamentos de terrenos do Grupo. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada. No caso específico, a Administração considerará a extensão em que haverá informações disponíveis para aplicação retroativa.
- IAS 8.30 (a) Em junho de 2009, o IASB emitiu alterações ao IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações. Essas alterações trazem esclarecimentos sobre o escopo do IFRS 2, bem como sobre o registro de transações envolvendo pagamento baseados em ações nas demonstrações financeiras separadas (ou individuais) de uma entidade que recebe bens ou serviços quando outra entidade ou acionista do grupo tem a obrigação de liquidar o prêmio.
- IAS 8.30 (b) A Administração espera que essas alterações sejam adotadas nas demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010. A Administração ainda não teve oportunidade de avaliar o efeito potencial da adoção dessas alterações.

Nota: As divulgações anteriores sobre a adoção de Normas e Interpretações ainda não vigentes estão atualizadas até 30 de junho de 2009. O impacto potencial de Normas e Interpretações novas ou revisadas emitidas pelo IASB após aquela data, mas antes da emissão das demonstrações financeiras, também deve ser analisado e divulgado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IAS 1.112 (a)  
e 117

**3. Principais políticas contábeis**

Nota: São demonstrados a seguir exemplos de políticas contábeis que podem ser divulgados nas demonstrações financeiras de uma entidade. As entidades são requeridas a divulgar, no sumário das políticas contábeis relevantes, a base de mensuração (ou bases) usada na preparação das demonstrações financeiras e outras políticas contábeis utilizadas que sejam importantes para o entendimento das demonstrações financeiras. Uma política contábil pode ser relevante devido à natureza das operações da entidade mesmo se os montantes contabilizados de acordo com essa política contábil não sejam materiais nos períodos apresentados.

Ao decidir se uma política contábil em particular deve ser divulgada, a Administração considera se essa divulgação ajudaria o usuário das demonstrações financeiras no entendimento de como as transações, outros eventos e as condições são refletidos nas demonstrações financeiras apresentadas. Divulgação de políticas contábeis específicas é especialmente útil para os usuários quando aquelas políticas são selecionadas entre as opções permitidas por Normas e Interpretações.

Cada entidade deve considerar a natureza de suas operações e as políticas contábeis que os usuários de suas demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas para aquele tipo de entidade. É também apropriado divulgar cada política contábil relevante que não seja especificamente requerida pelo IFRS, porém é selecionada e aplicada de acordo com a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.

Apenas para demonstração, nesse modelo de demonstrações financeiras foi fornecido modelo de políticas contábeis para alguns itens imateriais, embora isso não seja requerido de acordo com o IFRS.

**3.1. Declaração de conformidade**

IAS 1.16

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”).

**3.2. Base de elaboração**

IAS 1.17 (a)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto pela reavaliação de certos ativos não correntes e instrumentos financeiros. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das considerações entregues em troca de ativos.

IAS 1.17 (b)

A seguir, as principais políticas contábeis.

**3.3. Bases de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração consolidada do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis sobre as demonstrações financeiras das controladas para adequar suas políticas contábeis àsquelas usadas pelo Grupo.

Todas as transações e os saldos de contas a receber e a pagar entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

As participações não controladoras em controladas são identificadas separadamente do patrimônio líquido do Grupo. Essas participações podem ser inicialmente mensuradas pelo seu valor justo ou com base na proporção de sua participação no total das ações em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis pelo adquirente. A escolha da base de mensuração é feita individualmente para cada aquisição. Subsequentemente à aquisição, o saldo das participações não controladoras é equivalente ao saldo inicial ajustado pelas mutações subsequentes no patrimônio líquido proporcional à sua participação. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transação de capital. Os saldos das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações na controlada. A diferença entre o saldo registrado das participações não controladoras e o valor justo das contrapartidas pagas ou recebidas, se houver, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuído aos proprietários da controladora.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Quando há perda do controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contrapartidas recebidas e do valor justo da participação residual, se houver; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Os valores reconhecidos anteriormente em resultados abrangentes, relacionados à controlada, são contabilizados (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos diretamente para a conta "Lucros acumulados") da mesma maneira se os ativos ou passivos pertinentes fossem baixados. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

**3.4. Combinações de negócios**

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo de cada aquisição é mensurado com base na soma dos valores justos (na data da troca) dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ativo ou passivo resultantes de uma contrapartida contingente, mensurados pelo valor justo na data da aquisição. As mudanças subsequentes no valor justo dessas contrapartidas são ajustadas contra o custo de aquisição quando qualificados como dentro do período de ajuste de mensuração (a seguir). Todas as demais mudanças no valor justo das contrapartidas contingentes classificadas como ativo ou passivo são reconhecidas conforme norma contábil aplicável. As mudanças no valor justo das contrapartidas contingentes classificadas como patrimônio líquido não são reconhecidas.

Quando a aquisição ocorre em etapas, as participações anteriormente mantidas pelo Grupo na adquirida são mensuradas pelo valor justo na data da aquisição, ou seja, na data em que o Grupo adquire o controle, e os ganhos e as perdas resultantes dessa mensuração são reconhecidos no resultado do exercício. Valores resultantes de participações na adquirida em períodos anteriores à data de aquisição que foram reconhecidos anteriormente em resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício.

Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis pelo adquirente que atendem às condições para reconhecimento conforme IFRS 3 (2008) são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos e passivos fiscais diferidos ou passivos e ativos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre a Renda e IAS 19 – Benefícios aos Empregados, respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio referentes à substituição pelo Grupo de premiações adquiridas cujo pagamento seja baseado em ações são mensurados de acordo com o IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações; e
- ativos (ou grupo de ativos) que são classificados como mantidos para venda conforme IFRS 5 – Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme esta norma.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios está incompleta até o exercício findo em que essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores apurados provisoriamente dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores apurados provisoriamente são ajustados durante o período de mensuração (vide a seguir), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos, para refletir nova informação obtida sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, se conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos naquela data.

O período de mensuração é aquele compreendido entre a data da aquisição e a data em que o Grupo obtém informações completas sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição e está sujeito ao período máximo de um ano.

**3.5. Investimentos em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou em conjunto essas políticas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como “destinado à venda”, caso em que é contabilizado de acordo com o IFRS 5 – Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são registrados na demonstração da posição financeira consolidada pelo valor de custo ajustado pelas mudanças ocorridas após a aquisição pelo Grupo da participação nos ativos líquidos da coligada, menos qualquer perda por redução do valor recuperável sobre o valor individual dos investimentos. Perdas acumuladas de uma coligada que excedam a participação do Grupo nessa coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, componha parte do investimento líquido do Grupo na coligada) são reconhecidas somente se o Grupo tiver obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento e avaliado por redução ao valor recuperável como parte desse investimento. Qualquer montante na participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após revisão dos cálculos e critérios de mensuração adotados, é imediatamente reconhecido no resultado.

Quando uma empresa que pertence ao Grupo realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos são eliminados proporcionalmente à participação do Grupo na respectiva coligada.

**3.6. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)**

Uma “joint venture” é um acordo pelo qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da joint venture requerem aprovação por todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma empresa do Grupo exerce diretamente suas atividades por meio de uma “joint venture”, a participação do Grupo nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou participação do Grupo nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação de quaisquer despesas incorridas pela “joint venture” são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para / ou do Grupo e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

IAS 31.57

“Joint ventures” que envolvam a constituição de uma entidade em que cada empreendedor tenha uma participação são chamadas de entidades controladas em conjunto. O Grupo divulga suas participações em entidades controladas em conjunto usando a consolidação proporcional, exceto quando o investimento é classificado como “destinado para venda”; neste caso, é contabilizado de acordo com o IFRS 5 – Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. As participações do Grupo nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os itens equivalentes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo linha a linha.

Qualquer ágio resultante da aquisição de participação em uma controlada em conjunto é contabilizado de acordo com a política contábil do Grupo para o ágio resultante da aquisição de controlada (nota explicativa nº 3.7).

Quando o Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos não realizados são eliminados proporcionalmente à participação do Grupo na respectiva “joint venture”.

**3.7. Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido (data da aquisição). O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

Se, após revisão dos critérios de avaliação, a participação do Grupo no valor justo dos ativos líquidos identificáveis exceder a soma das contrapartidas transferidas, o montante da participação não controladora na adquirida e o valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado do exercício como um ganho decorrente de uma oportunidade de compra.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

O ágio não é amortizado, porém sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de recuperação (teste de "impairment"), o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que se beneficiam das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas a testes de redução ao valor recuperável todos os anos, ou mais frequentemente quando houver indicação de que a unidade possa apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcional ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior.

Na venda de uma controlada, o valor de ágio atribuído a essas empresas é incluído na determinação do lucro ou prejuízo na venda.

A política do Grupo para ágio resultante da aquisição de uma coligada está descrita na nota explicativa nº 3.5.

**3.8. Ativos não correntes destinados à venda**

Os ativos não correntes e os grupos de ativos mantidos para venda são classificados como destinados à venda se seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de venda em vez do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente (ou grupo de ativo) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada uma venda concluída dentro de um ano da data de classificação.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda, mesmo se após a venda o Grupo ainda retenha participação na empresa.

Os ativos não correntes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

IAS 18.35 (a)

**3.9. Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

**3.9.1. Vendas de produtos**

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- o Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

As vendas de produtos que resultam na emissão de créditos de prêmios para clientes, na forma de pontos ou milhagens de acordo com o programa de fidelidade a clientes do Grupo, são contabilizadas como transações com receitas de elementos múltiplos, e o valor justo da contraprestação recebida ou a receber é alocado entre as mercadorias entregues e os créditos de prêmio concedidos. A contraprestação destinada aos créditos de prêmios é mensurada pelo valor justo na data da venda. Essa contraprestação não é reconhecida como receita na data da venda inicial, mas é diferida e reconhecida como receita quando os créditos de prêmio são resgatados e as obrigações do Grupo são cumpridas.

**3.9.2. Prestação de serviços**

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

A política do Grupo para o reconhecimento de receita de contratos de construção está descrita na nota explicativa nº 3.10.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)****3.9.3. "Royalties"**

A receita de "royalties" é reconhecida pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurada com confiabilidade). Os "royalties" determinados em base de tempo são reconhecidos pelo método linear durante o período de vigência do contrato. Os contratos de "royalties" com base em produção, vendas e outras formas de mensuração são reconhecidos de acordo com os termos de cada contrato.

**3.9.4. Receita de dividendos e juros**

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**3.9.5. Receita de aluguel**

A política do Grupo para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na nota explicativa nº 3.11.1.

**3.10. Contratos de construção**

Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato, exceto quando há evidências de que outro método represente melhor a fase de execução do serviço. As variações nos custos com mão-de-obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável.

Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

**3.11. Arrendamento**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

**3.11.1. O Grupo como arrendador**

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido do Grupo em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

IAS 11.39 (b)  
e (c)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)****3.11.2. O Grupo como arrendatário**

Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos do Grupo pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado na demonstração da posição financeira como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados de acordo com a política geral do Grupo em relação aos custos de empréstimos (vide nota explicativa nº 3.13). Os pagamentos contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos em que são incorridos.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

**3.12. Moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo são elaboradas individualmente com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção ("hedge") contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (vide nota explicativa nº 3.26 sobre as políticas de "hedge"); e
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com operação no exterior, para os quais a liquidação não está planejada nem é provável que ocorra e que formam parte do investimento líquido dessa operação, são reconhecidas inicialmente em resultados abrangentes e reclassificadas para resultado quando ocorrer a venda do investimento líquido.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações não controladoras conforme apropriado.

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do exercício. Qualquer variação cambial que tenha sido anteriormente atribuída às participações não controladoras é baixada, porém não é reclassificada para o resultado do exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Quando ocorre a baixa parcial de participação em uma controlada que possui operações no exterior, sem que tenha ocorrido a perda do controle, as variações cambiais acumuladas referentes a essa controlada são reclassificadas na mesma proporção para as participações não controladoras sem efeito no resultado do exercício. Para todas as demais baixas parciais (exemplo: de coligadas ou controladas em conjunto não envolvendo uma mudança de base contábil), a participação proporcional nas variações cambiais acumuladas é registrada na mesma proporção no resultado do exercício.

O ágio e os ajustes ao valor justo originados da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no final de cada período de relatório.

**3.13. Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido ou venda.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

IAS 20.39 (a)

**3.14. Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

Os empréstimos subsidiados, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, obtidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção, mensurados pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo do empréstimo calculado com base em taxas de juros de mercado.

As subvenções governamentais, cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos como receita diferida na demonstração da posição financeira e transferidos para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos.

As demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional para compensar os custos que pretendam compensar. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato ao Grupo, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

IAS 19.120A (a)

**3.15. Custos de aposentadoria**

As contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando os serviços que concedem direito a essas contribuições são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período de relatório. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% do maior valor no exercício anterior, entre o valor presente das obrigações com os benefícios definidos e o valor justo dos ativos do plano, são amortizados no período médio restante esperado de vida laboral dos empregados participantes. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida na demonstração da posição financeira representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. Qualquer ativo resultante desse cálculo está limitado ao montante das perdas atuariais não reconhecidas e do custo dos serviços passados, acrescido do valor presente de restituições disponíveis e reduções em futuras contribuições ao plano.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)****3.16. Pagamentos baseados em ações**

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 42.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas. No final de cada período de relatório, o Grupo revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva" que registrou o benefício aos empregados.

A política descrita é aplicada a todos os planos de pagamentos baseados em ações que sejam liquidados com instrumentos de patrimônio emitidos por empresas do Grupo, que foram outorgados após 7 de novembro de 2002 e atingiram a condição de serem exercidos após 1º de janeiro de 2005. Nenhum outro valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras relacionado a outros planos de pagamentos baseados em ações que sejam liquidados com instrumentos de patrimônio emitidos por empresas do Grupo.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é inicialmente registrado proporcional ao valor justo dos produtos e serviços recebidos. No final de cada período de relatório, o passivo é atualizado com base em seu valor justo e as mudanças são registradas no resultado do exercício.

**3.17. Tributação**

A despesa com imposto sobre a renda representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

**3.17.1. Impostos correntes**

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na [demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado], porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**3.17.2. Impostos diferidos**

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em "joint ventures", exceto quando o Grupo for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativo originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em um futuro previsível.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

**3.17.3. Imposto sobre a renda corrente e diferido do período**

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

IAS 16.73 (a)  
e (b)

**3.18. Imobilizado**

Terrenos e edificações usados na produção, no fornecimento de produtos ou serviços ou para fins administrativos estão demonstrados na demonstração da posição financeira pelo valor reavaliado, ou seja, seu valor justo na data da reavaliação, menos qualquer subsequente depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. As reavaliações são realizadas periodicamente com regularidade suficiente para que não exista diferença material entre os valores contábeis e os valores que teriam sido registrados com base nos valores justos no final de cada período de relatório.

Qualquer acréscimo resultante da reavaliação de tais terrenos e edificações é reconhecido em resultados abrangentes na conta "Reserva de reavaliação", exceto quando esse acréscimo reverter uma redução resultante de uma reavaliação para um mesmo ativo anteriormente reconhecida no resultado, caso em que o acréscimo é reconhecido no resultado até o montante da redução anteriormente registrada. Uma redução no valor contábil resultante da reavaliação de terrenos e edificações é reconhecida no resultado quando exceder o saldo, se houver, registrado na conta "Reserva de reavaliação" referente à reavaliação anteriormente registrada do mesmo ativo.

A depreciação de edificações reavaliadas é reconhecida no resultado. Em caso de venda ou baixa subsequente de um imobilizado reavaliado, o saldo registrado na conta "Reserva de reavaliação", resultante da última reavaliação atribuível ao respectivo imobilizado, é transferido diretamente para "Lucros acumulados". Em nenhuma outra situação o saldo de reavaliações positivas registrado na conta "Reserva de reavaliação" é transferido para a conta "Lucros acumulados".

Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, ou mesmo para finalidade ainda não determinada, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida. São registrados como parte dos custos os honorários de profissionais e, no caso de ativos qualificados, custos de empréstimos de acordo com a política contábil do Grupo. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

Móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo ou valor reavaliado menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os ganhos ou as perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

IAS 40.75 (a)

**3.19. Propriedade para investimento**

A propriedade para investimento, mantida para obter renda com aluguéis e/ou valorização do bem (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito), é mensurada inicialmente pelo custo, incluindo os custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é mensurada pelo valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

**3.20. Ativos intangíveis**

*3.20.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente*

IAS 38.118 (b)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

*3.20.2. Ativos intangíveis gerados internamente – gastos com pesquisa e desenvolvimento*

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

IAS 38.118 (b)

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

*3.20.3. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios*

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

IAS 38.118 (b)

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

**3.21. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis excluindo o ágio**

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, a não ser que o referido ativo esteja registrado ao valor reavaliado, caso em que ela é tratada como uma diminuição da reavaliação (vide nota explicativa nº 3.18).

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, a não ser que o ativo em questão esteja registrado ao valor reavaliado, caso em que a reversão dessa perda é tratada como um aumento da reavaliação (vide nota explicativa nº 3.18).

IAS 2.36 (a)

**3.22. Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos, incluindo custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, são alocados aos estoques pelo método mais adequado, dependendo da característica de cada categoria de estoque, sendo a maior parte avaliada pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair – PEPS. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

**3.23. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**3.23.1. Contratos onerosos**

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

**3.23.2. Reestruturações**

A provisão para reestruturação é reconhecida quando o Grupo tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

**3.23.3. Garantias**

As provisões para o custo esperado com a garantia de vendas locais são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação do Grupo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

*3.23.4. Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios*

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente, no final de cada período de relatório, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 – Receita.

IFRS 7.21

**3.24. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação quando a compra ou venda de um ativo financeiro estiver prevista em um contrato cujos termos exigem a entrega dos ativos financeiros em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

*3.24.1. Método de juros efetivos*

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou descontos) pela expectativa de vida do instrumento de dívida ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

IFRS 7.B5 (e)

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

*3.24.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

IFRS 7.B5 (e)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do [resultado abrangente/ demonstração do resultado]. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 40.

*3.24.3. Investimentos mantidos até o vencimento*

“Commercial papers” e debêntures, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixo que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, são classificados como investimentos mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são registrados ao valor de custo amortizável utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável, sendo a receita reconhecida com base na remuneração efetiva.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)***3.24.4. Ativos financeiros disponíveis para venda*

Ações listadas e notas resgatáveis listadas mantidas pelo Grupo e negociadas em um mercado ativo são classificadas como disponíveis para venda e registradas ao valor justo. O Grupo também tem investimentos em ações não negociadas em um mercado ativo, mas que são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda e registradas ao valor justo (porque a Administração considera que o valor justo possa ser mensurado de forma confiável). O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 40. Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta "Reserva de reavaliação de investimentos", com exceção da perda por redução ao valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho e a perda acumulados anteriormente reconhecidos na conta "Reserva de reavaliação de investimentos" são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito do Grupo de recebê-los.

O valor justo dos ativos monetários disponíveis para venda em moeda estrangeira é determinado na respectiva moeda estrangeira e convertido pela taxa de câmbio de fechamento no final de cada período de relatório. Os ganhos e as perdas de câmbio reconhecidos no resultado são apurados com base no custo amortizado do ativo monetário. Outros ganhos e perdas de câmbio são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

*3.24.5. Empréstimos e recebíveis*

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificadas como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial.

*3.24.6. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

IFRS 7.B5 (f) e  
37 (b)

No caso de investimentos patrimoniais listados e não listados classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, incluindo notas resgatáveis classificadas como disponíveis para venda e recebíveis de arrendamento, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte.
- Inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de pagamentos e aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 60 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizável, o valor da redução ao valor recuperável registrada corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que é reduzido pelo uso de uma provisão. Quando um contas a receber é considerado irre recuperável, ele é baixado contra a respectiva provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irre recuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reclassificados para o resultado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Com exceção dos instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir, e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Com respeito a títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento subsequente no valor justo de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em "Outros resultados abrangentes".

*3.24.7. Reclassificação de ativos financeiros*

IFRS 7.21

O Grupo reclassificou certos ativos financeiros não derivativos de mantidos para negociação (parte da categoria ao valor justo por meio do resultado) para ativos financeiros disponíveis para venda. A reclassificação só é permitida em casos raros e quando o ativo deixa de ser mantido para venda em um curto prazo. Em todos os casos, as reclassificações de ativos financeiros estão limitadas a instrumentos de dívida. As reclassificações são registradas pelo valor justo do ativo financeiro na data da reclassificação.

*3.24.8. Baixa de ativos financeiros*

O Grupo baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

IFRS 7.21

**3.25. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio do Grupo**

*3.25.1. Classificação como dívida ou patrimônio*

Instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual.

*3.25.2. Instrumentos de patrimônio*

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os valores são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

*3.25.3. Instrumentos compostos*

IFRS 7.27

As partes que compõem os instrumentos compostos, emitidos pelo Grupo (títulos conversíveis), são classificadas separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido conforme a natureza do contrato. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado pela taxa de juros vigente no mercado de um instrumento similar não conversível. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado pelo método de juros efetivos até sua extinção por conversão ou até a data do vencimento do instrumento. O componente classificado como patrimônio é determinado a partir da dedução do valor justo do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo. Esses valores são reconhecidos e incluídos no patrimônio líquido, líquidos de imposto sobre a renda, e não são remensurados posteriormente.

*3.25.4. Passivos referentes a contrato de garantia financeira*

Passivos referentes a contrato de garantia financeira são mensurados inicialmente pelo valor justo e, se não designado ao valor justo por meio do resultado, subsequentemente, pelo maior valor entre:

- o valor da obrigação prevista no contrato, conforme determinado pela IAS 37 – Provisões e Ativos Contingentes e Passivos Contingentes; e
- o valor inicialmente reconhecido deduzido, se for o caso, da amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento das receitas descritas na nota explicativa nº 3.9.4.

*3.25.5. Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "outros passivos financeiros".

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)***3.25.6. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

IFRS 7.B5 (e)

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na [demonstração do resultado abrangente/ demonstração do resultado]. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 40.

*3.25.7. Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação.

Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

*3.25.8. Baixa de passivos financeiros*

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem.

IFRS 7.21

**3.26. Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo possui vários instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa nº 40 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”. O Grupo faz a designação de certos derivativos como “hedge” de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromisso firme (“hedge” de valor justo), “hedges” de transações altamente prováveis previstas ou “hedge” de risco de moeda estrangeira de compromissos firmes (“hedge” de fluxo de caixa), ou “hedge” de investimento em operações no exterior.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto. Outros derivativos são apresentados como ativos ou passivos correntes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)***3.26.1. Derivativos embutidos*

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos principais são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Um derivativo embutido é apresentado como um ativo ou passivo corrente ou não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento híbrido, para o qual o derivativo embutido esteja relacionado, é maior que 12 meses e não é esperado que seja realizado ou liquidado no período de 12 meses. Outros derivativos embutidos são apresentados como ativos e passivos correntes.

*3.26.2. Contabilização de "hedge"*

O Grupo designa certos instrumentos de "hedge", incluindo derivativos, derivativos embutidos e não derivativos relacionados a risco com moeda estrangeira, como "hedge" de valor justo, "hedge" de fluxo de caixa ou "hedge" de investimentos líquidos em operações no exterior. Os "hedges" para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como "hedges" de fluxo de caixa.

No início da relação de "hedge", a empresa documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, o Grupo documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge".

A nota explicativa nº 40 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

*3.26.3. "Hedges" de valor justo*

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de "hedge" e no item objeto de "hedge" atribuível ao risco de "hedge" são reconhecidas na rubrica da [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado] relacionada ao item objeto de "hedge".

A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente quando o Grupo cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

*3.26.4. "Hedges" de fluxo de caixa*

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" de fluxo de caixa é diferida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas".

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado] em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de "hedge" resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente diferidos no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de "hedge" é descontinuada quando o Grupo cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de "hedge". Quaisquer ganhos ou perdas acumulados, então registrados no patrimônio, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

*3.26.5. "Hedges" de investimentos líquidos em operações no exterior*

Os "hedges" de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizados de acordo com a similaridade em relação aos "hedges" de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas no instrumento de "hedge" relativo à parcela efetiva do "hedge" são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de conversão de moeda estrangeira. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado, na rubrica "Outros ganhos e perdas".

Os ganhos e as perdas do instrumento de "hedge" relativos à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira são reclassificados para o resultado da mesma forma que as variações cambiais relativas à operação no exterior, descrita na nota explicativa nº 3.12.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)****4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas**

Nota: Os exemplos a seguir referem-se a tipos de divulgações que poderão ser exigidos nessa área. Os assuntos divulgados serão ditados pelas circunstâncias de cada entidade e pela importância dos julgamentos e das estimativas feitos na apuração da situação patrimonial e financeira da entidade.

Em vez de divulgar essas informações em uma nota separada, poderá ser mais adequado incluí-las nas notas sobre o respectivo ativo ou passivo ou como parte das principais políticas contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

IAS 1.122

**4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis**

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 4.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**4.1.1. Reconhecimento da receita**

A nota explicativa nº 13.5 descreve os gastos requeridos no exercício para trabalho de retificação em produtos fornecidos a um dos principais clientes do Grupo. Esses produtos foram entregues ao cliente entre janeiro e julho de 2009, tendo os defeitos sido posteriormente notados pelo cliente. Após as negociações, foi definido um cronograma de trabalho envolvendo gastos pelo Grupo até 2011. Devido aos problemas identificados, a Administração teve de considerar se era apropriado reconhecer a receita de R\$19 milhões, oriunda dessas transações no período corrente, de acordo com a política geral do Grupo de reconhecer a receita quando os produtos são entregues ou se era mais apropriado esperar a conclusão do trabalho de retificação.

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos descrito na IAS 18 – Receita e, em particular, se o Grupo havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa, do passivo do Grupo relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de o cliente solicitar trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento da receita no exercício corrente em conjunto com a constituição de uma provisão para custos de retificação.

**4.1.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de o Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R\$5.905 milhões. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 22.

IAS 1.125 e 129

**4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas**

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

**4.2.1. Recuperação de ativo intangível gerado internamente**

Durante o exercício, a Administração revisou a recuperação do ativo intangível do Grupo gerado internamente, oriundo do projeto de “e-business” registrado na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$500 mil.

O projeto continua sendo desenvolvido satisfatoriamente e a reação do cliente confirmou as estimativas da Administração de receitas esperadas provenientes do projeto. Entretanto, em virtude do aumento das atividades da concorrência, a Administração reconsiderou suas estimativas com respeito ao futuro da participação no mercado e às margens esperadas desses produtos. Uma análise sensível detalhada foi realizada, e a Administração acredita que o valor contábil do ativo será integralmente recuperado mesmo que os retornos sejam reduzidos. Essa situação será cuidadosamente monitorada e os ajustes serão feitos em períodos futuros se as atividades futuras do mercado vierem a indicar necessidade de ajustes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

*4.2.2. Redução ao valor recuperável do ágio*

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio no final de cada período de relatório era de R\$20,3 milhões após uma perda por redução ao valor recuperável de R\$235.000 ter sido reconhecida em 2009. Os detalhes do cálculo da perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 17.

*4.2.3. Vida útil dos bens do imobilizado*

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.18, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de equipamento deveria ser reduzida devido a desenvolvimentos tecnológicos.

O efeito dessa revisão, considerando que os ativos sejam mantidos até o fim de sua vida útil, correspondeu a um aumento nas despesas de depreciação no exercício corrente e nos próximos três exercícios, nos seguintes valores:

	R\$ mil
2009	879
2010	607
2011	144
2012	102

**5. Receita**

IAS 18.35 (b)

A seguir, a análise da receita do Grupo no exercício para operações continuadas (excluindo a receita de investimento – vide nota explicativa nº 7):

		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
IAS 18.35 (b)	Receita da venda de produtos	119.232	128.852
IAS 18.35 (b)	Receita de serviços prestados	16.388	18.215
IAS 11.39 (a)	Receita de contratos de construção	5.298	4.773
		<u>140.918</u>	<u>151.840</u>

IFRS 7.23 (d)

Parte da receita do Grupo oriunda da venda de produtos em moeda estrangeira tem o fluxo de caixa protegido. Os valores divulgados anteriormente, para receita de produtos, incluem ganhos ou perdas com derivativos que são usados como "hedge" para proteção contra risco de variação da taxa de câmbio sobre receitas (R\$ – milhões em 2009 e R\$ – milhões em 2008).

Vide na nota explicativa nº 6.6 uma análise da receita dos principais produtos e serviços.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**6. Segmentos operacionais**

Nota: A informação por segmento a seguir é requerida pelo IFRS 8 – Segmentos Operacionais a ser apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas de um grupo com uma controladora (e nas demonstrações financeiras separadas ou individuais de uma empresa):

- cujos instrumentos de dívida ou de patrimônio sejam negociados em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou um mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); ou
- que registre, ou esteja em processo de registro de suas demonstrações financeiras (consolidadas) na Comissão de Valores Mobiliários – CVM ou em outra organização reguladora a fim de emitir qualquer classe de instrumentos em um mercado público.

**6.1. Adoção do IFRS 8 – Segmentos Operacionais**

IFRS 8.35 O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais a partir de 1º de janeiro de 2009. O IFRS 8 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Por outro lado, a Norma anterior (IAS 14 – Relatórios por Segmento) exigia a identificação de dois conjuntos de segmentos (linha de negócio e área geográfica), com base em uma abordagem de risco e retorno, em que o “sistema de apresentação interna das informações financeiras ao pessoal-chave da Administração” era apenas o ponto de partida para a identificação desses segmentos. Como resultado, após a adoção do IFRS 8, a forma de identificação dos segmentos reportáveis do Grupo foi alterada.

**6.2. Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas**

IFRS 8.22  
IAS 1.138 (b) Em exercícios anteriores, as informações apresentadas externamente eram analisadas com base nos tipos de produtos fornecidos e dos serviços prestados pelas divisões operacionais do Grupo (ou seja, equipamentos eletrônicos, produtos de lazer, serviços de construção, brinquedos e bicicletas, entre outros). Entretanto, as informações apresentadas ao principal tomador de decisões do Grupo para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos têm foco mais voltado à categoria de cliente para cada tipo de produto. As principais categorias de cliente para esses produtos são venda direta, atacadistas, varejistas e vendas pela Internet. Portanto, os segmentos reportáveis de acordo com o IFRS 8 são os seguintes:

Equipamentos eletrônicos:  
Venda direta  
Atacadistas e varejistas  
Vendas pela Internet

Produtos de lazer:  
Atacadistas  
Varejistas

Outros

IFRS 8.16 O segmento de produtos de lazer fornece tênis e outros equipamentos esportivos e equipamentos esportivos para uso ao ar livre. Outras operações incluem a construção de imóveis residenciais, o desenvolvimento, a venda e instalação de aplicativos específicos para negócios e o aluguel de equipamentos especializados de armazenamento.

De acordo com a IAS 14, as duas operações descontinuadas no exercício (brinquedos e bicicletas) eram reportadas como segmentos separados. As informações por segmentos apresentadas a seguir não incluem nenhum valor referente às operações descontinuadas (descritas mais detalhadamente na nota explicativa nº 11).

As informações relacionadas aos segmentos reportáveis do grupo são apresentadas a seguir. Os valores apresentados para exercícios anteriores foram ajustados para atender as exigências do IFRS 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

6.3. Receitas e resultados dos segmentos

IFRS 8.23 e 23 (a)

A seguir, é apresentada uma análise das receitas e dos resultados das operações continuadas do Grupo por segmento reportável:

	Receita do segmento		Lucro do segmento	
	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Equipamentos eletrônicos:				
Venda direta	37.509	39.641	6.619	10.336
Atacadistas e varejistas	20.194	22.534	7.265	5.954
Vendas pela Internet	27.563	29.699	6.632	5.348
Produtos de lazer:				
Atacadistas	13.514	18.332	3.252	4.110
Varejistas	20.452	18.646	4.921	4.372
Outros	21.686	22.988	3.590	6.760
<b>Total das operações continuadas</b>	<b>140.918</b>	<b>151.840</b>	<b>32.279</b>	<b>36.880</b>
Participação nos lucros das coligadas			1.186	1.589
Ganho reconhecido na alienação de participações em coligadas			581	–
Receita de investimento			3.608	2.351
Custos da administração central e remuneração dos administradores			(2.933)	(2.666)
Custos de financiamento			(4.418)	(6.023)
<b>Lucro antes de impostos (operações continuadas)</b>			<b>30.303</b>	<b>32.131</b>

IFRS 8.28 (a)

IFRS 8.28 (b)

IFRS 8.23 (b)

IFRS 8.27

IFRS 8.23 (f)

A receita apresentada anteriormente corresponde à receita gerada pelos clientes externos. Não houve venda entre segmentos no exercício (zero em 2008)

As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas do Grupo (descritas na nota explicativa nº 3). O lucro do segmento corresponde ao lucro auferido por cada segmento sem a alocação dos custos de administração central e remuneração dos administradores, participação nos lucros das coligadas, receita de investimento, custos de financiamento e despesa de imposto sobre a renda. Essa é a mensuração apresentada ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos.

Os custos excepcionais de retificação de R\$4,17 milhões apresentados na nota explicativa nº 13.5 estão relacionados ao segmento reportável "Equipamentos eletrônicos – venda direta".

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

## 6.4. Ativos e passivos do segmento

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil	01/01/08 R\$ mil
IFRS 8.23 e 28 (c)	<b>Ativos dos segmentos</b>		
	Equipamentos eletrônicos:		
	52.574	47.263	55.100
	48.596	36.061	51.082
	42.648	32.817	44.697
	Produtos de lazer:		
	29.851	33.942	31.926
	33.032	44.432	35.119
	11.724	23.408	14.011
	218.425	217.923	231.935
	Ativos relacionados às operações de brinquedos e bicicletas (descontinuadas)		
	21.076	19.272	19.429
	27.055	23.934	19.165
	266.556	261.129	270.529
IFRS 8.23 e 28 (d)	<b>Passivos dos segmentos</b>		
	Equipamentos eletrônicos:		
	22.491	20.138	38.246
	10.935	20.079	19.123
	12.783	13.784	20.862
	Produtos de lazer:		
	9.152	10.262	15.646
	4.978	11.146	8.692
	5.433	3.832	10.655
	65.772	79.241	113.224
	Passivos relacionados às operações de brinquedos e bicicletas (descontinuadas)		
	3.684	4.982	8.338
	25.303	9.944	7.503
	94.759	94.167	129.065
IFRS 8.27	Com propósito de monitorar o desempenho do segmento e alocar os recursos entre segmentos:		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• todos os ativos são alocados aos segmentos reportáveis, exceto investimentos em coligadas, "Outros ativos financeiros" (vide nota explicativa nº 22) e impostos ativos. O ágio foi alocado aos segmentos reportáveis conforme descrito na nota explicativa nº 17.2. Os ativos, utilizados conjuntamente pelos segmentos reportáveis, são alocados com base nas receitas geradas por cada segmento reportável individualmente; e</li> <li>• todos os passivos são alocados aos segmentos reportáveis, exceto "Outros passivos financeiros", impostos diferidos passivos e "Outros passivos". Passivos para os quais os segmentos reportáveis são conjuntamente responsáveis são alocados proporcionalmente aos ativos do segmento.</li> </ul>		

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

6.5. Outras informações dos segmentos

IFRS 8.23. (e) e 24 (b)

	Depreciação e amortização		Adições aos ativos não correntes	
	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Equipamentos eletrônicos:				
Venda direta	2.097	2.039	4.183	2.144
Atacadistas e varejistas	2.076	2.466	1.770	1.023
Vendas pela Internet	2.067	2.329	3.205	2.382
Produtos de lazer:				
Atacadistas	2.014	2.108	5.880	1.547
Varejistas	1.889	3.240	4.234	2.901
Outros	1.050	1.696	4.718	2.275
	<u>11.193</u>	<u>13.878</u>	<u>23.990</u>	<u>12.272</u>

IFRS 8.23. (i)

Além das depreciações e amortizações apresentadas anteriormente, foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$1,204 milhões (zero em 2008) e R\$235.000 (zero em 2008) relativas ao imobilizado e ao ágio, respectivamente. Essas perdas por redução ao valor recuperável podem ser atribuídas aos seguintes segmentos reportáveis:

	R\$ mil
Equipamentos eletrônicos:	
Venda direta	529
Atacadistas e varejistas	285
Vendas pela Internet	390
	<u>1.204</u>
Outros (construção)	<u>235</u>

6.6. Receitas dos principais produtos e serviços

IFRS 8.32

A seguir a análise das receitas das operações continuadas do Grupo oriundas dos principais produtos e serviços.

	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Equipamentos eletrônicos	85.266	91.874
Tênis e equipamentos esportivos	21.003	22.850
Equipamentos esportivos para uso ao ar livre	12.963	14.128
Construção	5.298	4.773
Outros	16.388	18.215
	<u>140.918</u>	<u>151.840</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**6.7. Informações geográficas**

O Grupo opera em três principais áreas geográficas: País A (país de domicílio), País B e País C.

IFRS 8.33 (a) e (b)

A receita das operações continuadas do Grupo oriunda de clientes externos e as informações a respeito de seus ativos não correntes (\*) por área geográfica estão detalhadas a seguir:

	Receita de clientes externos		Ativos não correntes*	
	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
País A	84.202	73.971	98.421	102.343
País B	25.898	43.562	21.411	25.745
País C	25.485	25.687	16.085	19.341
Outros	5.333	8.620	5.826	8.809
	<u>140.918</u>	<u>151.840</u>	<u>141.743</u>	<u>156.238</u>

(\*) Ativos não correntes líquidos de operações de brinquedos e bicicletas, instrumentos financeiros, imposto diferido ativo, ativos de benefícios pós-emprego e ativos decorrentes de contratos de seguros.

**6.8. Informações sobre os principais clientes**

IFRS 8.34

Estão incluídas nas receitas provenientes da venda direta de equipamentos eletrônicos de R\$37,5 milhões (R\$39,6 milhões em 2008) (vide nota explicativa nº 6.3) e receita de aproximadamente R\$25,6 milhões (R\$19,8 milhões em 2008) proveniente das vendas para o principal cliente do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

7. Receita de investimentos

		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
<b>Operações continuadas</b>			
IAS 17.47 (e)	Receita de aluguel:	-	-
	Receita contingente de aluguel de arrendamento financeiro		
	Receita de aluguel de arrendamento operacional:		
IAS 40.75 (f)	Propriedades para investimento	18	14
IAS 17.56 (b)	Receita contingente de aluguel	-	-
	Outros	-	-
		<u>18</u>	<u>14</u>
IAS 18.35 (b)	Receita de juros:	1.650	741
	Depósitos bancários		
	Investimentos disponíveis para venda	154	148
	Outros empréstimos e recebíveis	66	5
	Investimentos mantidos até o vencimento	445	410
IFRS 7.20 (d)	Ativos financeiros reduzidos ao valor recuperável	-	-
IFRS 7.20 (b)		<u>2.315</u>	<u>1.304</u>
IAS 18.35 (b)	"Royalties"	579	428
IAS 18.35 (b)	Dividendos recebidos	156	154
	Outros (total de itens imateriais)	540	451
		<u>3.608</u>	<u>2.351</u>
IFRS 7.20 (a)	A seguir a análise da receita de investimentos auferida pelos ativos financeiros, por categoria de ativo:		
		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
	Ativos financeiros disponíveis para venda	154	148
	Empréstimos e recebíveis (inclusive saldos de caixa e banco)	1.716	746
	Investimentos mantidos até o vencimento	445	410
IFRS 7.20 (b)	Receita de juros sobre ativos financeiros não classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado	<u>2.315</u>	<u>1.304</u>
	Receita de investimentos sobre ativos não financeiros	1.293	1.047
		<u>3.608</u>	<u>2.351</u>

As receitas referentes aos ativos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado são registradas em "Outros ganhos e perdas", demonstradas na nota explicativa nº 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

8. Outros ganhos e perdas

		Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
<b>Operações continuadas</b>			
IAS 1.98 (c)	Ganho (perda) na alienação de imobilizado	6	67
IAS 1.98 (d)	Ganho (perda) na alienação de investimentos disponíveis para venda	-	-
IFRS 7.20 (a)	Ganho (perda) acumulado reclassificado do patrimônio líquido na alienação de investimentos disponíveis para venda	-	-
IFRS 7.20 (a)	Perda acumulada reclassificada do patrimônio líquido devido à redução ao valor recuperável de investimentos disponíveis para venda		
IAS 20.39 (b)	Subvenções governamentais recebidas para retreinamento de profissionais	731	979
IAS 21.52 (a)	Ganhos (perdas) cambiais líquidas	101	(117)
	Ganho decorrente do término da ação judicial contra a Subseven Limited (nota explicativa nº 44)	40	-
IFRS 7.20 (a)	Ganho (perda) líquido dos ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	-	-
IFRS 7.20 (a)	Ganho (perda) líquido dos passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (a)	(488)	-
IFRS 7.20 (a)	Ganho (perda) líquido dos ativos financeiros classificados como mantidos para negociação (b)	(129)	-
IFRS 7.20 (a)	Ganho (perda) líquido dos passivos financeiros classificados como mantidos para negociação	-	-
IAS 40.76 (d)	Variação do valor justo das propriedades para investimento	297	8
IFRS 7.24 (b)	Parcela inefetiva dos "hedges" de fluxo de caixa	89	68
IFRS 7.24 (c)	Parcela inefetiva dos "hedges" de investimentos líquidos	-	-
		647	1.005

(a) As perdas líquidas sobre ações preferenciais resgatáveis designadas ao valor justo por meio do resultado incluem um ganho de R\$125.000, decorrente da redução do valor justo do passivo, compensado por dividendos no valor de R\$613.000 pagos durante o exercício.

(b) Perda líquida decorrente de um "swap" de taxas de juros que protege economicamente o valor justo das ações preferenciais resgatáveis acumuladas, mas para o qual não se aplica a contabilidade de "hedge" (vide nota explicativa nº 34) e de ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação (vide nota explicativa nº 22). A perda líquida sobre o "swap" de taxas de juros inclui redução do valor justo de R\$51.000 e juros líquidos de R\$3.000 pagos durante o exercício. A perda líquida sobre os ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação inclui redução do valor justo de R\$121.000 (R\$87.000 em 2008) e juros líquidos de R\$46.000 (R\$87.000 em 2008) recebidos durante o exercício.

Nenhum outro ganho ou perda foi reconhecido relacionado a empréstimos e recebíveis ou investimentos mantidos até o vencimento além daqueles apresentados na nota explicativa nº7 e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas/revertidas relacionadas às contas a receber de clientes (vide notas explicativas nº 13 e nº 25).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

9. Custos de financiamento

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
<b>Operações continuadas</b>		
	4.259	6.052
	75	54
	110	–
	52	–
	25	–
IFRS 7.20 (b)	4.521	6.106
IAS 23.26 (a)	(11)	(27)
	4.510	6.079
IFRS 7.24 (a)	5	–
IFRS 7.24 (a)	(5)	–
	–	–
IFRS 7.23 (d)	(120)	(86)
	28	30
IFRS 5.17	–	–
	–	–
	4.418	6.023
IAS 23 26 (b)	A taxa média ponderada de juros capitalizados sobre os empréstimos obtidos é aproximadamente de 8,0% ao ano (7,8% ao ano em 2008).	
	Os custos de financiamento relacionados aos passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado foram incluídos em "Outros ganhos e perdas", demonstrados na nota explicativa nº 8.	

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

10. Impostos sobre a Renda

10.1. Imposto sobre a renda reconhecido no resultado

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 12.79	Despesas tributárias:	
	10.071	11.347
	Ajustes reconhecidos no exercício corrente em relação ao imposto sobre a renda corrente de exercícios anteriores	
	-	-
	1.643	538
	(150)	(86)
	1.493	452
	Efeito das mudanças nas alíquotas e na legislação tributária	
	-	-
	Baixa contábil (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos ativos	
	-	-
	Despesa (receita) de imposto relacionada a mudanças nas políticas contábeis que não pode ser contabilizada retrospectivamente	
	-	-
	11.564	11.799
IAS 12.81 (c)	A despesa do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:	
	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
	30.303	32.131
	9.091	9.639
	(30)	-
	2.562	2.221
	(75)	(66)
	5	-
	-	-
	-	-
	-	-
	11	5
IAS 12.81 (d)	-	-
	11.564	11.799
	Ajustes reconhecidos no exercício corrente em relação ao imposto corrente de exercícios anteriores	
	-	-
	11.564	11.799
IAS 12.81 (c)	A alíquota utilizada nas conciliações de 2009 e 2008 apresentadas anteriormente é a alíquota de 30%, devida pelas pessoas jurídicas no País A sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária daquela jurisdição.	

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

IAS 12.81 (a)

10.2. Imposto sobre a renda reconhecido diretamente no patrimônio líquido

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
<b>Imposto corrente</b>		
Custos com emissão de ações	(1)	–
Custos com recompra de ações	(8)	–
	<u>(9)</u>	<u>–</u>
<b>Imposto diferido</b>		
Decorrente de operações com acionistas:		
Reconhecimento inicial do componente de patrimônio líquido dos instrumentos financeiros compostos	242	–
Despesas de emissão e recompra de ações dedutíveis durante cinco anos	(75)	–
Excesso de deduções tributárias relacionado aos pagamentos baseados em ações	–	–
Outros [descrever]	–	–
	<u>167</u>	<u>–</u>
Total do imposto sobre a renda reconhecido diretamente no patrimônio	<u>158</u>	<u>–</u>

IAS 12.81 (ab)

10.3. Imposto sobre a renda reconhecido em outros resultados abrangentes

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
<b>Imposto corrente</b>		
[descrever]	–	–
<b>Imposto diferido</b>		
Decorrente de receitas e despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes:		
Conversão de operações no exterior	22	36
Reavaliação de instrumentos financeiros designados como “hedge” de investimento líquido em operação no exterior	(4)	–
Reavaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda	28	24
Reavaliação de instrumentos financeiros tratados como “hedge” de fluxos de caixa	131	95
Reavaliação de propriedades	–	493
Ajustes de equivalência patrimonial	–	–
	<u>177</u>	<u>648</u>
Reclassificação de patrimônio líquido para o resultado:		
Referentes a “hedge” de fluxo de caixa	(114)	(86)
Referentes a ativos financeiros disponíveis para venda	–	–
Sobre a venda de uma operação no exterior	(36)	–
	<u>(150)</u>	<u>(86)</u>
Total do imposto sobre a renda reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>27</u>	<u>562</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**10.4. Impostos correntes ativos e passivos**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Impostos correntes ativos</b>			
Tributos pagos antecipadamente em períodos anteriores	-	-	-
Restituição de imposto a receber	125	60	81
	<u>125</u>	<u>60</u>	<u>81</u>
<b>Impostos correntes passivos</b>			
Provisão para imposto sobre a renda	5.270	5.868	4.910
Outros [descrever]	-	-	-
	<u>5.270</u>	<u>5.868</u>	<u>4.910</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

10.5. Saldos dos impostos diferidos

	Saldo inicial R\$ mil	Reconhecido no resultado R\$ mil	Reconhecido em outros resultados abrangentes R\$ mil
IAS 12.81 (a) e (g) <b>2008</b>			
<b>Diferenças temporárias</b>			
"Hedges" de fluxo de caixa	(110)	-	(95)
Coligadas	(791)	(477)	-
Imobilizado	(2.560)	(202)	(493)
Arrendamento financeiro	(29)	7	-
Ativos intangíveis	(669)	97	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(202)	-	(24)
Receita diferida	20	14	-
Diferenças cambiais de operação no exterior	22	-	(36)
Provisões	1.692	(20)	-
Créditos de liquidação duvidosa	122	129	-
Outros passivos financeiros	9	(4)	-
Outras [descrever]	(97)	(84)	-
	<u>(2.593)</u>	<u>(540)</u>	<u>(648)</u>
<b>Prejuízos e créditos fiscais não utilizados</b>			
Prejuízos fiscais	-	-	-
Créditos fiscais no exterior	-	-	-
Outros	-	2	-
	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>(2.593)</u>	<u>(538)</u>	<u>(648)</u>
IAS 12.81 (a) e (g) <b>2009</b>			
<b>Diferenças temporárias:</b>			
"Hedges" de fluxo de caixa	(119)	-	(131)
"Hedges" de investimento líquidos	-	-	4
Coligadas	(1.268)	(356)	-
Imobilizado	(3.255)	(1.544)	-
Arrendamento financeiro	(22)	18	-
Ativos intangíveis	(572)	214	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(226)	-	(28)
Receita diferida	34	12	-
Notas conversíveis	-	9	-
Diferenças cambiais de operação no exterior	(14)	-	(22)
Provisões	1.672	42	-
Créditos de liquidação duvidosa	251	(8)	-
Outros passivos financeiros	5	2	-
Custos não reclamados de emissão e recompra de ações	-	-	-
Outras [descrever]	(181)	(32)	-
	<u>(3.695)</u>	<u>(1.643)</u>	<u>(177)</u>
<b>Prejuízos e créditos fiscais não utilizados</b>			
Prejuízos fiscais	-	-	-
Créditos fiscais no exterior	-	-	-
Outros	2	-	-
	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(3.693)</u>	<u>(1.643)</u>	<u>(177)</u>

Reconhecido diretamente no patrimônio líquido R\$ mil	Reclassificado do patrimônio líquido para o resultado R\$ mil	Aquisições/baixas R\$ mil	Outras R\$ mil	Saldo final R\$ mil
-	86	-	-	(119)
-	-	-	-	(1.268)
-	-	-	-	(3.255)
-	-	-	-	(22)
-	-	-	-	(572)
-	-	-	-	-
-	-	-	-	(226)
-	-	-	-	34
-	-	-	-	(14)
-	-	-	-	1.672
-	-	-	-	251
-	-	-	-	5
-	-	-	-	(181)
-	86	-	-	(3.695)
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	2
-	-	-	-	2
-	86	-	-	(3.693)
-	114	-	-	(136)
-	-	-	-	4
-	-	-	-	(1.624)
-	-	458	-	(4.341)
-	-	-	-	(4)
-	-	-	-	(358)
-	-	-	-	-
-	-	-	-	(254)
-	-	-	-	46
(242)	-	-	-	(233)
-	36	-	-	-
-	-	-	-	1.714
-	-	(4)	-	239
-	-	-	-	7
75	-	-	-	75
-	-	-	-	(213)
(167)	150	454	-	(5.078)
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	2
-	-	-	-	2
(167)	150	454	-	(5.076)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Os saldos de imposto diferido são apresentados na demonstração da posição financeira conforme segue:

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Impostos diferidos passivos	4.646	3.693	2.593
Diretamente associados aos ativos mantidos para venda	430	-	-
	<u>5.076</u>	<u>3.693</u>	<u>2.593</u>

**10.6. Imposto diferido ativo não reconhecido**

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
IAS 12.81 (e) Impostos diferidos ativos não reconhecidos no final de cada período de relatório:		
Prejuízos fiscais – receita	-	-
Prejuízos fiscais – capital	-	-
Créditos fiscais não utilizados (prescritos em [data de prescrição])	11	11
Diferenças temporárias	-	-
	<u>11</u>	<u>11</u>

Os prejuízos fiscais não reconhecidos expiram em 2012.

**10.7. Diferenças temporárias tributáveis não reconhecidas associadas a investimentos e participações**

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
IAS 12.81 (f) Diferenças temporárias tributáveis referentes a investimentos em controladas, filiais, coligadas e participações em "joint ventures" para os quais os impostos diferidos passivos não reconhecidos são atribuíveis a:		
Controladas no País	120	125
Controladas no exterior	-	-
Coligadas e empresas controladas em conjunto	-	-
Outras [descrever]	-	-
	<u>120</u>	<u>125</u>

**11. Operações descontinuadas**

**11.1. Alienação das operações de fabricação de brinquedos**

IFRS 5.30  
IFRS 5.41 Em 28 de setembro de 2009, a Administração assinou um acordo de venda para efetuar a alienação das operações da Subzero Limited, que realizava todas as operações de produção de brinquedos do Grupo. Os valores da venda excederam substancialmente o valor contábil dos respectivos ativos e, conseqüentemente, não foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável na reclassificação dessas operações como mantidas para venda. A alienação das operações relacionadas à produção de brinquedos é consistente com a política de longo prazo do Grupo que tem como foco os mercados de equipamentos eletrônicos e outros produtos de lazer. A alienação foi concluída em 30 de novembro de 2009, quando o controle das operações de produção de brinquedos foi transferido para o adquirente. Mais detalhes sobre os ativos e passivos vendidos estão demonstrados na nota explicativa nº 45.

**11.2. Plano de alienação do negócio de bicicletas**

IFRS 5.30  
IFRS 5.41 Em 30 de novembro de 2009, a Administração anunciou o plano de alienação do negócio de bicicletas. Essa alienação é consistente com a política de longo prazo do Grupo que tem como foco os mercados de equipamentos eletrônicos e outros produtos de lazer. O Grupo está procurando ativamente por um comprador para o negócio de bicicletas e espera efetuar a venda até 31 de julho de 2010. O Grupo não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável referentes ao negócio de bicicletas na reclassificação inicial dessas operações como mantidas para venda nem no final do período de relatório.

Fonte		International GAAP Holdings Limited		
		Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)		
<b>11.3. Análise do lucro do exercício das operações descontinuadas</b>				
Os resultados combinados das operações descontinuadas (ou seja, a fabricação de brinquedos e o negócio de bicicletas) incluídos na [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado] estão apresentados a seguir. O lucro comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.				
		Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil	
IFRS 5.33 (b)	<b>Lucro do exercício das operações descontinuadas</b>			
	Receita	64.405	77.843	
	Outros ganhos	30	49	
		<u>64.435</u>	<u>77.892</u>	
	Despesas	(54.905)	(64.899)	
		<u>9.530</u>	<u>12.993</u>	
IAS 12.81 (h)	Lucro antes dos impostos	9.530	12.993	
	Despesa de imposto sobre a renda atribuível	(2.524)	(2.998)	
		<u>7.006</u>	<u>9.995</u>	
	Ganho (perda) na remensuração ao valor justo menos o custo para venda	–	–	
	Ganho (perda) na alienação de operações (nota explicativa nº 45)	1.940	–	
IAS 12.81 (h)	Despesa de imposto sobre a renda atribuível	(636)	–	
		<u>1.304</u>	<u>–</u>	
IFRS 5.33 (d)	Lucro do exercício das operações descontinuadas (atribuíveis aos proprietários da Companhia)	<u>8.310</u>	<u>9.995</u>	
IFRS 5.33 (c)	<b>Fluxo de caixa das operações descontinuadas</b>			
	Fluxos de caixa líquidos de atividades operacionais	6.381	7.078	
	Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimento	2.767	–	
	Fluxos de caixa líquidos de atividades de financiamento	(5.000)	–	
		<u>4.148</u>	<u>7.078</u>	
Os negócios de bicicletas foram classificados e contabilizados em 31 de dezembro de 2009 como um grupo de ativos mantido para venda (vide nota explicativa nº 12).				
<b>12. Ativos classificados como mantidos para venda</b>				
		31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil	01/01/08 R\$ mil
	Terreno mantido para venda (a)	1.260	–	–
	Ativos relacionados ao negócio de bicicletas (b)	21.076	–	–
		<u>22.336</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
	Passivos associados aos ativos mantidos para venda (b)	<u>3.684</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
IFRS 5.41	(a) O Grupo pretende vender, no prazo de dez meses, uma parte do terreno que não é mais utilizado. A propriedade era anteriormente utilizada nas operações do Grupo relacionadas à fabricação de brinquedos. O Grupo está procurando por um comprador. Não foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável na reclassificação do terreno como mantido para venda em 31 de dezembro de 2009.			
IFRS 5.41 IFRS 5.38	(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 11, o Grupo está buscando vender seu negócio de bicicleta e prevê que a venda será efetuada até 31 de julho de 2010. A seguir, são apresentadas as principais classes de ativos e passivos que compõem o negócio de bicicletas no final do período de relatório.			

Fonte		International GAAP Holdings Limited	
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b>			
			31/12/09
			R\$ mil
IAS 2.36 (c)	Ágio		1.147
	Imobilizado		16.944
	Estoques		830
	Contas a receber de clientes		1.980
	Caixa e bancos		175
	Ativos do negócio de bicicletas classificados como mantidos para venda		21.076
	Contas a pagar a fornecedores		(3.254)
	Provisão para imposto sobre a renda		-
	Impostos diferidos passivos		(430)
	Passivos do negócio de bicicletas associados com ativos classificados como mantidos para venda		(3.684)
Ativos líquidos do negócio de bicicleta classificados como mantidos para venda		17.392	
<b>13. Lucro do exercício das operações continuadas</b>			
IIFRS 5.33 (d)	O lucro do exercício das operações continuadas é atribuível a:		
		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
	Proprietários da Companhia	14.739	17.569
	Acionistas não controladores	4.000	2.763
		18.739	20.332
IIFRS 7.20(e)	O lucro do exercício das operações continuadas foi apurado após debitar (creditar):		
		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
<b>13.1. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros</b>			
	Perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre contas a receber de clientes (nota explicativa nº 25)	63	430
	Perda por redução ao valor recuperável de investimentos patrimoniais disponíveis para venda	-	-
	Perda por redução ao valor recuperável de investimentos de dívida disponíveis para venda	-	-
	Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-
	Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos registrados pelo custo amortizado	-	-
		63	430
	Reversão de perdas por redução ao valor recuperável sobre contas a receber	(103)	-
<b>13.2. Despesas de depreciação e amortização</b>			
IAS 38.118 (d)	Depreciação do imobilizado	9.601	12.322
	Amortização dos ativos intangíveis	1.592	1.556
IAS 1.104	Total das despesas de depreciação e amortização	11.193	13.878
IAS 38.126	<b>13.3. Custos de pesquisa e desenvolvimento registrados quando incorridas</b>	502	440

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

		Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
<b>13.4. Despesa com benefícios a empregados</b>			
	Benefícios pós-emprego (vide nota explicativa nº 39):		
IAS 19.46	Planos de contribuição definida	160	148
IAS 19.120A (g)	Planos de benefício definido	586	556
		746	704
	Pagamentos baseados em ações (vide nota explicativa nº 42):		
IFRS 2.50	Pagamentos baseados em ações liquidáveis com títulos de patrimônio	206	338
IFRS 2.51 (a)	Pagamentos baseados em ações liquidáveis em dinheiro	-	-
IFRS 2.51 (a)		206	338
IAS 19.142	Benefícios rescisórios	-	-
	Outros benefícios a empregados	8.851	10.613
IAS 1.104	Total da despesa com benefícios a empregados	9.803	11.655

**13.5. Custos de retificação não usuais**

IAS 1.97 Custos de R\$4,17 milhões foram reconhecidos durante o exercício, relativos aos trabalhos de retificação a serem realizados nos produtos fornecidos para um dos principais clientes do Grupo, e incluídos no [custo de vendas/custo dos estoques e na despesa de benefícios a empregados]. O montante representa o custo estimado do trabalho a ser realizado de acordo com um cronograma estabelecido até 2011. Foram utilizados no período R\$1,112 milhões da provisão, e o saldo restante da provisão de R\$3,058 milhões será utilizado para cobrir os gastos esperados em 2010 e 2011 (vide nota explicativa nº 35).

**14. Lucro por ação**

Nota: A IAS 33 – Lucro por Ação requer a apresentação das informações sobre lucro por ação nas demonstrações consolidadas do Grupo com uma controladora (e nas demonstrações financeiras separadas ou individuais de uma entidade):

- cujas ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais sejam negociadas em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em um mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais) ou
- que registre, ou esteja em processo de registro de, suas demonstrações financeiras em uma Comissão de Valores Mobiliários – CVM ou em outro órgão regulador a fim de emitir ações ordinárias em um mercado público.

		Exercício findo em 31/12/09 Centavos por ação	Exercício findo em 31/12/08 Centavos por ação
<b>Lucro básico por ação</b>			
	Das operações continuadas	84,5	87,3
IAS 33.68	Das operações descontinuadas	47,7	49,7
	Total do lucro básico por ação	132,2	137,0
<b>Lucro diluído por ação</b>			
	Das operações continuadas	74,0	83,2
IAS 33.68	Das operações descontinuadas	41,5	47,3
	Total do lucro diluído por ação	115,5	130,5

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IAS 33.70 (a)

**14.1. Lucro básico por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Exercício findo em 31/12/09 mil	Exercício findo em 31/12/08 mil
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia	23.049	27.564
Outros [descrever]	-	-
Lucro utilizado na apuração do lucro básico total por ação	23.049	27.564
Lucro do exercício das operações descontinuadas utilizado na apuração do lucro básico por ação das operações descontinuadas	(8.310)	(9.995)
Outros [descrever]	-	-
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação das operações continuadas	14.739	17.569

IAS 33.70 (b)

Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação (todas as mensurações)

17.432	20.130
--------	--------

**14.2. Lucro por ação diluído**

IAS 33.70 (a)

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	23.049	27.564
Juros sobre notas conversíveis (após imposto de 30%)	77	-
Lucro utilizado na apuração do lucro total diluído por ação	23.126	27.564
Lucro do exercício das operações descontinuadas utilizado na apuração do lucro diluído por ação das operações descontinuadas	(8.310)	(9.995)
Outros [descrever]	-	-
Lucro utilizado na apuração do lucro diluído por ação das operações continuadas	14.816	17.569

IAS 33.70 (b)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	Exercício findo em 31/12/09 mil	Exercício findo em 31/12/08 mil
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	17.432	20.130
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
• Opções de empregados	161	85
• Ações ordinárias parcialmente integralizadas	923	900
• Notas conversíveis	1.500	-
• Outros [descrever]	-	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (todas as mensurações)	20.016	21.115

IAS 33.70 (c)

As seguintes ações ordinárias potenciais são antidilutivas e, portanto, foram excluídas da quantidade média ponderada de ações ordinárias para o cálculo do lucro diluído por ação:  
Outros [descrever]

-	-
---	---

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**14.3. Impacto das mudanças nas políticas contábeis**

IAS 8.28 (f)

As mudanças nas políticas contábeis do Grupo durante o exercício estão descritas detalhadamente na nota explicativa nº 2.1. À medida que tais mudanças impactaram os resultados de 2009 e 2008, também causaram impacto nos valores do lucro por ação apresentado.

A tabela a seguir resume esse efeito tanto no lucro por ação básico como no diluído por ação:

	Efeito no lucro do exercício de operações continuadas		Efeito no lucro básico por ação		Efeito no lucro diluído por ação	
	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	Centavos por ação	Centavos por ação	Centavos por ação	Centavos por ação
Mudanças nas políticas contábeis relacionadas a:						
• Combinações de negócios	(105)	–	(0,60)	–	(0,52)	–
• Mudanças em participações em controladas	(34)	–	(0,19)	–	(0,17)	–
• Alienação de participações em coligadas	72	–	0,41	–	0,36	–
• Programas de fidelidade a clientes	(47)	(15)	(0,26)	(0,07)	(0,23)	(0,07)
• Catálogos de vendas pelo correio	(8)	(5)	(0,04)	(0,02)	(0,04)	(0,02)
• Propriedades para investimento em construção	203	–	1,16	–	1,01	–
• Empréstimos do governo a taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado	–	–	–	–	–	–
• Reclassificação de ativos financeiros	90	–	0,52	–	0,45	–
	<u>171</u>	<u>(20)</u>	<u>1,00</u>	<u>(0,09)</u>	<u>0,86</u>	<u>(0,09)</u>

**15. Imobilizado**

IAS 17.31 (a)

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Custo ou reavaliação	148.229	173.407	188.006
Depreciação acumulada e redução ao valor recuperável	(38.446)	(37.686)	(26.948)
	<u>109.783</u>	<u>135.721</u>	<u>161.058</u>
Terrenos	13.568	16.358	15.610
Edificações	8.132	11.204	11.108
Propriedades em construção	–	1.510	1.313
Máquinas e equipamentos	88.055	106.487	132.775
Equipamentos adquiridos por meio de arrendamento financeiro	28	162	252
	<u>109.783</u>	<u>135.721</u>	<u>161.058</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

IAS 16.73 (a)  
IAS 16.73 (d)  
e (e)

	Terrenos ao valor justo R\$ mil	Edificações ao valor justo R\$ mil
<b>Custo ou reavaliação</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2008	15.610	12.659
Adições	-	1.008
Baixas	-	-
Aquisições por meio de combinações de negócios	-	-
Reclassificação como mantido para venda	-	-
Aumento por reavaliação	1.608	37
Efeito de diferenças cambiais líquidas	(860)	-
Outros [descrever]	-	-
	16.358	13.704
Saldo em 31 de dezembro de 2008	16.358	13.704
Adições	-	-
Baixas	(1.439)	(1.200)
Transferido em contrapartida à aquisição de controlada	(400)	-
Baixado por alienação de controlada	-	-
Transferido para propriedades para investimento	-	-
Aquisições por meio de combinações de negócios	-	-
Reclassificação como mantido para venda	(1.260)	(1.357)
Aumento (diminuição) por reavaliação	-	-
Efeito de diferenças cambiais líquidas	309	-
Outros [descrever]	-	-
	13.568	11.147
Saldo em 31 de dezembro de 2009	13.568	11.147
<b>Depreciação acumulada e redução ao valor recuperável</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2008	-	(1.551)
Eliminado na alienação de ativos	-	-
Eliminado na reavaliação	-	(2)
Eliminado na reclassificação como mantido para venda	-	-
IAS 36.126 (a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-
Despesas de depreciação	-	(947)
Efeito de diferenças cambiais líquidas	-	-
Outros [descrever]	-	-
	-	(2.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	-	(2.500)
Eliminado na alienação de ativos	-	106
Eliminado na alienação de controlada	-	-
Eliminado na reclassificação como mantido para venda	-	153
IAS 36.126 (b) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-
IAS 36.126 (b) Reversão de perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-
Despesas de depreciação	-	(774)
Efeito de diferenças cambiais líquidas	-	-
Outros [descrever]	-	-
	-	(3.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(3.015)

Propriedades em construção ao valor de custo	Máquinas e equipamentos ao valor de custo	Equipamentos adquiridos por meio de arrendamento financeiro ao valor de custo	Total
R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
1.313	157.794	630	188.006
197	10.657	40	11.902
-	(25.788)	-	(25.788)
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	1.645
-	(1.498)	-	(2.358)
-	-	-	-
1.510	141.165	670	173.407
-	22.983	-	22.983
-	(12.401)	(624)	(15.664)
-	-	-	(400)
-	(8.419)	-	(8.419)
(1.510)	-	-	(1.510)
-	512	-	512
-	(22.045)	-	(24.662)
-	-	-	-
-	1.673	-	1.982
-	-	-	-
-	123.468	46	148.229
-	(25.019)	(378)	(26.948)
-	4.610	-	4.610
-	-	-	(2)
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	(14.717)	(130)	(15.794)
-	448	-	448
-	-	-	-
-	(34.678)	(508)	(37.686)
-	3.602	500	4.208
-	2.757	-	2.757
-	6.305	-	6.458
-	(1.204)	-	(1.204)
-	-	-	-
-	(11.803)	(10)	(12.587)
-	(392)	-	(392)
-	-	-	-
-	(35.413)	(18)	(38.446)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**15.1. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício**

IAS 36.130 (a) a (g) Durante o exercício, o Grupo fez a revisão do valor recuperável de máquinas e equipamentos tendo em vista o seu programa contínuo de modernização e a introdução de novas linhas de produtos. Esses ativos são utilizados nos segmentos reportáveis de equipamentos eletrônicos do Grupo. A revisão resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$1,09 milhão, reconhecida no resultado. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto usada para mensurar o valor em uso foi de 9% ao ano. A taxa de desconto utilizada quando o valor recuperável de tais ativos foi anteriormente estimado em 2007 foi de 8% ao ano.

IAS 36.131 Perdas, por redução ao valor recuperável, adicionalmente reconhecidas em relação ao imobilizado no exercício, totalizaram R\$114 mil. Essas perdas são atribuíveis a uma deterioração maior que o previsto inicialmente.

IAS 36.126 (a) A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica ["Outras despesas"/"Custo das vendas"] na [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado].

IAS 16.73 (c) A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação é como segue:

Edifícios	20 a 30 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 7 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 15 anos
Equipamento adquirido por meio de arrendamento financeiro	5 anos

**15.2. Terrenos e edificações registrados ao valor justo**

IAS 16.77 (a) a (d) Uma avaliação independente dos terrenos e edificações do Grupo foi realizada pela Messrs R & P Trent para determinar seu valor justo. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi determinada com base nos fluxos de caixa descontados a uma taxa de desconto de 10%. A data de vigência da avaliação é 31 de dezembro de 2009.

IAS 16.77 (e) Caso os terrenos e as edificações do Grupo (exceto os terrenos e as edificações classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo de alienação) tivessem sido mensurados com base no custo histórico, seu valor contábil teria sido o seguinte:

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Terrenos	11.957	14.750
Edificações	9.455	12.460

**15.3. Ativos cedidos em garantia**

IAS 16.74 (a) Os terrenos e as edificações com valor contábil de aproximadamente R\$23 milhões (aproximadamente R\$28,8 milhões em 2008) foram cedidos em garantia para empréstimos do Grupo (vide nota explicativa nº 32). Os terrenos e as edificações foram cedidos em garantia para empréstimos bancários sob hipoteca. O Grupo não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos ou vendê-los a outra empresa.

IFRS 7.14 (a) Adicionalmente, as obrigações do Grupo assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro (vide nota explicativa nº 38) estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$28.000 (R\$162.000 em 2008).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

16. Propriedades para investimento

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil	01/01/08 R\$ mil
Valor justo das propriedades para investimento	1.936	132	170
		2009 R\$ mil	2008 R\$ mil
IAS 40.76 <b>Pelo valor justo</b>			
Saldo no início do exercício		132	170
Adições por meio de gastos subsequentes		10	12
Aquisições por meio de combinações de negócios		-	-
Outras aquisições		-	-
Baixas		-	(58)
Transferência de imobilizado		1.510	-
Outras transferências		-	-
Propriedades reclassificadas como mantidas para venda		-	-
(Perda)/ganho líquidos de reavaliações		297	8
Efeito das diferenças cambiais líquidas		(13)	-
Outras variações		-	-
Saldo no fim do exercício		1.936	132

Propriedades para investimento em construção no montante de R\$1,51 milhão foram transferidas do imobilizado para propriedades para investimento após a adoção das alterações à IAS 40 – Propriedades para Investimento, em decorrência das melhorias dos IFRSs emitidos em maio de 2008 (vide nota explicativa nº 2.1).

IAS 40.75 (d) e (e)

O valor justo das propriedades para investimento do Grupo em 31 de dezembro de 2009 foi reconhecido com base na avaliação feita naquela data pela Messrs R & P Trent, avaliadores independentes ao Grupo. A Messrs R & P Trent é membro do Instituto dos Avaliadores do País A e tem qualificações requeridas e experiência recente na avaliação de propriedades em localidades similares. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi efetuada utilizando como base as evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares.

Todas as propriedades para investimento do Grupo são mantidas sob direito de propriedade plena.

17. Ágio

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil	01/01/08 R\$ mil
Custo	20.520	24.060	23.920
Perdas acumuladas por redução ao valor recuperável	(235)	-	-
	20.285	24.060	23.920

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

	2009 R\$ mil	2008 R\$ mil
IFRS 3.B67 (d)	<b>Custo</b>	
	24.060	23.920
	478	-
	-	-
	(3.080)	-
	(1.147)	-
	209	140
	-	-
	<u>20.520</u>	<u>24.060</u>
	<b>Perdas por redução ao valor recuperável acumuladas</b>	
	-	-
IAS 36.126 (a)	(235)	-
	-	-
	-	-
	-	-
	<u>(235)</u>	<u>-</u>

IAS 36.130

**17.1. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício**

No final do período de relatório, o Grupo avaliou o valor recuperável do ágio e concluiu que a parcela associada a certas atividades de construção do Grupo apresentava redução ao valor recuperável de R\$235.000 (zero em 2008). O valor recuperável das atividades de construção foi avaliado com base no valor em uso da unidade geradora de caixa. Uma taxa de desconto de 10% ao ano (9,5% ao ano em 2008) foi aplicada ao modelo de valor em uso.

O principal fator que contribuiu para a redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa foi a mudança no regulamento do setor de construção feita, durante o exercício, exigindo o registro e a certificação das construtoras para contratos governamentais e a decisão da Administração de não registrar a Murphy Construction, unidade operacional do Grupo, para tal finalidade. A Administração decidiu dar ênfase às atividades de construção do Grupo operadas por meio de outras unidades operacionais conduzidas pela Subthree Limited e, conseqüentemente, decidiram baixar o ágio diretamente relacionado às atividades da Murphy Construction. Não se fez necessário reduzir o valor contábil dos outros ativos da unidade geradora de caixa. O ágio está incluído no segmento reportável "Outros", apresentado na nota explicativa nº 6.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica "Outras despesas", na [demonstração do resultado abrangente/ demonstração do resultado].

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IAS 36.134  
e 135

**17.2. Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa**

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes unidades geradoras de caixa:

- Produtos de lazer – varejistas.
- Equipamentos eletrônicos – vendas pela Internet.
- Operações de construção – Murphy Construction.
- Operações de construção – outras.

Antes do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, o valor contábil do ágio (exceto o ágio classificado como mantido para venda e referente a operações descontinuadas) foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa, conforme segue:

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Produtos de lazer – varejistas	10.162	9.620
Equipamentos eletrônicos – vendas pela Internet	8.623	8.478
Operações de construção – Murphy Construction	235	235
Operações de construção – outras	1.500	1.500
	<u>20.520</u>	<u>19.833</u>

**Produtos de lazer – varejistas**

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 10% ao ano (9,5% ao ano em 2008).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5%, que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada no mercado internacional de produtos de lazer. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

**Equipamentos eletrônicos – vendas pela Internet**

O valor recuperável do segmento “Equipamentos eletrônicos – vendas pela Internet” e da unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 10% ao ano (9,5% ao ano em 2008). Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 11%. Essa taxa de crescimento excede em 0,5 pontos percentuais a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado internacional de equipamentos eletrônicos. Entretanto, entre outros fatores, a unidade geradora de caixa de vendas pela Internet beneficia-se da proteção de uma patente de 20 anos dos equipamentos eletrônicos da Série Z, concedida em 2005, que ainda são reconhecidos como sendo um dos melhores modelos do mercado. A Administração acredita que uma taxa anual de crescimento de 11% é razoável por conta da patente, de outros produtos sendo desenvolvidos e da intenção de dar ênfase às operações do Grupo nesse mercado. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil dos “Equipamentos eletrônicos – vendas pela Internet” exceder o seu valor recuperável.

**Operações de construção – Murphy Construction**

O ágio associado a Murphy Construction foi originado quando o negócio foi adquirido pelo Grupo em 2004. O negócio continuou a operar satisfatoriamente, mas sem aumento significativo em sua participação de mercado. Durante o exercício, o governo do País A promulgou novas regras exigindo o registro e a certificação das construtoras para contratos governamentais. Tendo em vista o fraco desempenho da Murphy Construction desde sua aquisição e a decisão de dar enfoque às atividades de construção do Grupo por meio de outras unidades operacionais operadas pela Subthree Limited, a Administração decidiu não registrar a Murphy Construction para essa finalidade, não havendo, portanto, perspectivas de obtenção de contratos futuros para essa sociedade. Consequentemente, a Administração determinou a baixa do ágio diretamente relacionado a Murphy Construction. Não foi considerada necessária nenhuma outra redução dos ativos da Murphy Construction. Os contratos em andamento até o fim do exercício serão concluídos sem perdas para o Grupo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**
**Operações de construção – outras**

O valor recuperável do restante das operações de construção do Grupo foi determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e na taxa de desconto de 10% ao ano (9,5% ao ano em 2008). Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 8%. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo prevista para o mercado de construção no País A. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil das operações de construção a exceder o seu valor recuperável.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das unidades geradoras de caixa das unidades de produtos de lazer e equipamentos eletrônicos são as seguintes:

Participação no mercado orçada	Participação média de mercado no período imediatamente anterior ao período orçado, mais um aumento de 1% a 2% da participação de mercado ao ano. Os valores atribuídos à premissa-chave refletem uma experiência passada, exceto para o fator de crescimento, que é consistente com os planos da Administração de concentrar as operações nesses mercados. A Administração acredita que o crescimento anual planejado da participação de mercado para os próximos cinco anos é razoavelmente alcançável.
Margem bruta orçada	Margens brutas médias atingidas no período imediatamente anterior ao período orçado, incrementadas por melhorias esperadas de eficiência, reflete experiência passada, exceto para as melhorias de eficiência. A Administração acredita que melhorias anuais de eficiência de 3% a 5% são razoavelmente alcançáveis.
Inflação do preço da matéria-prima	Previsão dos índices de preços durante o período orçado dos países de onde a matéria-prima é adquirida. Os valores atribuídos à principal premissa são consistentes com as fontes externas de informação.

**18. Outros ativos intangíveis**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Custo	21.070	21.064	20.706
Amortização acumulada e redução ao valor recuperável	(11.331)	(9.739)	(8.183)
	<u>9.739</u>	<u>11.325</u>	<u>12.523</u>

	Desenvolvimentos capitalizados	Patentes	Marcas	Licenças	Total
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2008	3.230	5.825	4.711	6.940	20.706
Adições	–	–	–	–	–
Adições de desenvolvimentos internos	358	–	–	–	358
Aquisições por meio de combinações de negócios	–	–	–	–	–
Alienações ou classificados como mantidos para venda	–	–	–	–	–
Efeito das diferenças cambiais	–	–	–	–	–
Outros [descrever]	–	–	–	–	–
	<u>3.588</u>	<u>5.825</u>	<u>4.711</u>	<u>6.940</u>	<u>21.064</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	3.588	5.825	4.711	6.940	21.064
Adições	–	–	–	–	–
Adições de desenvolvimentos internos	6	–	–	–	6
Aquisições por meio de combinações de negócios	–	–	–	–	–
Alienações ou classificados como mantidos para venda	–	–	–	–	–
Efeito das diferenças cambiais	–	–	–	–	–
Outros [descrever]	–	–	–	–	–
	<u>3.594</u>	<u>5.825</u>	<u>4.711</u>	<u>6.940</u>	<u>21.070</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.594	5.825	4.711	6.940	21.070

IAS 38.118 (c)  
e (e)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**Amortização acumulada e redução ao valor recuperável**

	Saldo em 1º de janeiro de 2008	(1.000)	(874)	(3.533)	(2.776)	(8.183)
	Despesa de amortização	(682)	(291)	(236)	(347)	(1.556)
	Alienações ou classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-
IAS 36.130 (b)	Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-	-	-	-
IAS 36.130 (b)	Reversão das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-	-	-	-
	Efeito das diferenças cambiais	-	-	-	-	-
	Outros [descrever]	-	-	-	-	-
	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>(1.682)</b>	<b>(1.165)</b>	<b>(3.769)</b>	<b>(3.123)</b>	<b>(9.739)</b>
	Despesa de amortização	(718)	(291)	(236)	(347)	(1.592)
	Baixas ou classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-
IAS 36.130 (b)	Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-	-	-	-
IAS 36.130 (b)	Reversão das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado	-	-	-	-	-
	Efeito das diferenças cambiais	-	-	-	-	-
	Outros [descrever]	-	-	-	-	-
	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>(2.400)</b>	<b>(1.456)</b>	<b>(4.005)</b>	<b>(3.470)</b>	<b>(11.331)</b>

IAS 38.118 (d) [A despesa de amortização foi incluída na rubrica “Despesa de depreciação e amortização”, na demonstração do resultado abrangente./O total da amortização registrada no exercício R\$1,03 milhão (R\$0,98 milhão em 2008) foi incluído nas despesas com marketing e o restante, em “Outras despesas”, na demonstração do resultado.]

IAS 36.118 (a) As vidas úteis estimadas utilizadas no cálculo da amortização são apresentadas a seguir:

Desenvolvimentos capitalizados	5 anos
Patentes	10 a 20 anos
Marcas	20 anos
Licenças	20 anos

**18.1. Principais ativos intangíveis**

IAS 38.122 (b) O Grupo detém a patente para a produção de equipamentos eletrônicos da Série Z. O valor contábil da patente de R\$2,25 milhões (R\$2,4 milhões em 2008) será integralmente amortizado em 15 anos (16 anos em 2008).

**19. Controladas**

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

Nome da controlada	Principal atividade	Local de constituição e operação	Participação e capital votante detidos – %	
			31/12/09	31/12/08
Subzero Limited	Fabricação de brinquedos	País A	-	100%
Subone Limited	Fabricação de equipamentos eletrônicos	País A	90%	100%
Subtwo Limited	Fabricação de produtos de lazer	País A	45%	45%
Subthree Limited	Construção de imóveis residenciais	País A	100%	100%
Subfour Limited	Fabricação de produtos de lazer	País B	70%	70%
Subfive Limited	Fabricação de equipamentos eletrônicos	País C	100%	100%
Subsix Limited	Serviços financeiros	País A	80%	-
Subseven Limited	Distribuição	País A	100%	-

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

Durante o exercício o Grupo alienou 10% da sua participação na Subone Limited, reduzindo a sua participação para 90%. A receita da venda, no valor de R\$213.000, foi recebida em dinheiro.

O montante de R\$179.000 (parcela proporcional do valor contábil do acervo líquido da Subone Limited) foi transferido para participações não controladoras (vide nota explicativa nº 31). A diferença de R\$34.000 entre aquele montante e a remuneração recebida foi creditada na conta "Lucros acumulados" (vide nota explicativa nº 30).

IAS 27.41 (a) Embora a Companhia não detenha mais do que a metade do capital social da Subtwo Limited, a Companhia tem o poder de nomear ou destituir a maior parte dos membros da Administração, o que assegura o controle da Subtwo Limited. Consequentemente, a Subtwo Limited é controlada pela Companhia e é consolidada nessas demonstrações financeiras.

**20. Investimentos em coligadas**

Nome da coligada	Atividade principal	Local de constituição e operação	Participação e capital votante detidos – %	
			31/12/09	31/12/08
A Plus Limited (a)	Transporte	País M	35	35
B Plus Limited (b)	Fabricação de aço	País A	17	17
C Plus Limited (c)	Serviços financeiros	País A	40	40
D Plus Limited (d)	Transporte	País R	35	35

(a) Conforme acordo de acionistas, a Companhia tem direito a 37% dos votos nas reuniões de acionistas da A Plus Limited.

IAS 28.37 (c) (b) Embora o Grupo detenha menos de 20% do capital da B Plus Limited e menos de 20% do poder de voto nas reuniões dos acionistas, ele exerce influência significativa em virtude do seu direito contratual de nomear dois conselheiros para o Conselho de Administração.

IAS 28.37 (a) (c) O valor justo da participação do Grupo na C Plus Limited, registrada na bolsa de valores do País A, é de R\$2,2 milhões (R\$2 milhões em 2008).

IAS 28.37 (e) (d) A data de reporte da D Plus Limited é 31 de outubro. Essa data foi estabelecida quando a sociedade foi constituída, e no País R não é permitido mudar a data de reporte. Para aplicar o método de equivalência patrimonial, foram utilizadas as demonstrações financeiras da D Plus Limited para o exercício findo em 31 de outubro de 2009 e os devidos ajustes foram feitos nas principais transações entre essa data e 31 de dezembro de 2009.

IAS 28.37 (b) As informações financeiras resumidas a respeito das coligadas do Grupo estão descritas a seguir:

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Total do ativo	42.932	38.178
Total do passivo	(14.848)	(12.218)
Ativos líquidos	28.084	25.960
IAS 28.38 Participação do Grupo nos ativos líquidos das coligadas	7.402	7.270
	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Total da receita	12.054	11.904
Lucro total no exercício	3.953	5.479
Participação do Grupo nos lucros das coligadas	1.186	1.589

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

No exercício anterior, o Grupo detinha participação de 40% na E Plus Limited contabilizada como coligada. Em dezembro de 2009, o Grupo alienou 30% da participação na E Plus Limited para terceiros pelo montante de R\$1,245 milhão (recebido em janeiro de 2010). O Grupo manteve a participação remanescente de 10% como investimento disponível para venda. Essa operação resultou no reconhecimento de um ganho no resultado, calculado da seguinte forma:

	R\$ mil
Montante recebido pela alienação	1.245
Mais: Valor justo do investimento retido (10%)	360
Menos: Valor contábil do investimento na data da perda de influência significativa	(1.024)
	581

O ganho reconhecido no exercício inclui o lucro realizado no valor de R\$477.000 (equivalente a receitas de R\$1,245 milhão menos valor contábil da participação alienada de R\$768.000) e o lucro não realizado de R\$104.000 (equivalente ao valor justo menos o valor contábil dos 10% retidos).

O ganho realizado resultou em uma despesa de imposto corrente de R\$143.000 no período e sobre a parcela do lucro não realizado foi reconhecida uma despesa diferida de imposto de R\$32.000, que só será tributada quando a restante participação for alienada.

**21. Empreendimentos em conjunto (“Joint Ventures”)**

IAS 31.56

A seguir, são apresentadas as participações do Grupo mais significativas em “joint ventures”:

- (a) Participação de 25% na propriedade de um terreno localizado no Distrito Central, na cidade A. O Grupo tem direito a uma participação proporcional nos rendimentos recebidos provenientes do aluguel e assume uma participação proporcional nos gastos; e
- (b) Participação de 33,5% no capital com poder de voto equivalente na JV Electronics Limited, uma “joint venture” estabelecida no País C.

Não houve mudança na participação do Grupo ou direitos de voto nestas “joint ventures” nos últimos anos.

IAS 31.56

Os seguintes valores estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo como resultado da consolidação proporcional da JV Electronics Limited:

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Ativos correntes	1.800	1.850
Ativos não correntes	8.993	9.854
Passivos correntes	936	785
Passivos não correntes	5.858	5.521
	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Receitas	2.124	2.005
Despesas	1.787	1.763

Fonte			
International GAAP Holdings Limited			
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)			
IFRS 7.7	<b>22. Outros ativos financeiros</b>		
		31/12/09	31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
		01/01/08	R\$ mil
IFRS 7.7	<b>Derivativos designados e efetivos como instrumentos de "hedge" registrados ao valor justo</b>		
	Contratos futuros de moeda	244	220
	"Swaps" de taxa de juros	284	177
		528	397
		436	
IFRS 7.8 (a)	<b>Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado</b>		
	Ativos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado	-	-
	Derivativos mantidos para negociação não designados em relações de contabilização de "hedge"	-	-
	Ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação	539	1.247
		539	1.247
		874	
IFRS 7.8 (b)	<b>Investimentos mantidos até o vencimento registrados ao valor de custo amortizado</b>		
	"Commercial papers" (a)	5.405	4.015
	Debêntures (b)	500	-
		5.905	4.015
		4.066	
IFRS 7.8 (d)	<b>Investimentos disponíveis para venda registrados ao valor justo</b>		
	Notas resgatáveis (c)	2.200	2.122
	Ações (d)	6.300	5.735
	Outros títulos reclassificados de mantidos para negociação (nota explicativa nº 40.4)	419	-
		8.919	7.857
		7.647	
IFRS 7.8 (c)	<b>Empréstimos registrados ao valor de custo amortizado</b>		
	Empréstimos para partes relacionadas (e)	3.637	3.088
	Empréstimos para outras entidades	-	-
		3.637	3.088
		355	
		19.528	16.604
		13.378	
	Corrente	8.757	6.949
	Não corrente	10.771	9.655
		19.528	16.604
		13.378	
IFRS 7.7	(a) O Grupo possui "commercial papers" que rendem taxa de juros variável. A taxa de juros média ponderada desses títulos é de 7,10% ao ano (7,0% ao ano em 2008). O prazo desses "commercial papers" varia de 3 a 18 meses a partir do final do período de relatório. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito A. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável.		

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

(b) As debêntures rendem juros anuais de 6%, pagos mensalmente, e possuem vencimento até março de 2010. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito B. Nenhum desses ativos está vencido ou apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável.

(c) O Grupo possui notas resgatáveis registradas em bolsa com rendimento de 7% ao ano. Essas notas são resgatáveis pelo valor nominal em 2011. As notas foram adquiridas de uma única contraparte, com classificação de crédito AA. O Grupo não possui garantia para esse saldo.

IAS 28.37 (d) (d) O Grupo detém 20% das ações ordinárias da Rocket Corp Limited, sociedade envolvida no refino e distribuição de derivados de petróleo. A Administração do Grupo não considera que possa exercer influência significativa sobre a Rocket Corp Limited, uma vez que os restantes 80% das ações ordinárias são controladas por um acionista, que também gerencia as atividades diárias da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2009, o Grupo também mantém a participação de 10% na E Plus Limited, antiga coligada (vide nota explicativa nº 20).

IAS 24.17 (b) (e) O Grupo concedeu a vários membros-chave da Administração e a uma "joint venture" empréstimos de curto prazo a taxas comparáveis à média das taxas de juros praticadas pelo mercado. Mais informações sobre esses empréstimos estão apresentadas na nota explicativa nº 43.

IAS 1.77 **23. Outros ativos**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Pagamentos antecipados	-	-	-
Outros [descrever]	-	-	-
	-	-	-
Corrente	-	-	-
Não corrente	-	-	-
	-	-	-

IAS 2.36 (b) **24. Estoques**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Matérias-primas	9.972	10.322	8.619
Produtos em elaboração	4.490	4.354	4.270
Produtos acabados	16.751	14.306	16.799
	31.213	28.982	29.688

IAS 2.36 (d) O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o período em relação às Operações continuadas foi de R\$89,9 milhões (R\$91,9 milhão em 2008).

IAS 2.36 (e), (f) e (g) O custo dos estoques reconhecido como despesa inclui uma redução de R\$2,34 milhões (R\$1,86 milhão em 2008), referentes a reduções de estoques ao valor líquido realizável, e de R\$0,5 milhão (R\$0,4 milhão em 2008), referentes à reversão dessas reduções. As reduções anteriores foram revertidas em virtude do aumento no preço das vendas em certos mercados.

IAS 1.61 A Administração espera que os estoques no valor de R\$1,29 milhão (R\$0,86 milhão em 2008) sejam recuperados em um período superior a 12 meses.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**25. Contas a receber de clientes e outras**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Contas a receber de clientes	18.034	16.880	13.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(798)	(838)	(628)
	<u>17.236</u>	<u>16.042</u>	<u>13.305</u>
Recebimentos de vendas diferidos:			
Operações de fabricação de brinquedos (nota explicativa nº 45)	960	-	-
Alienação parcial da E Plus Limited (nota explicativa nº 20)	1.245	-	-
Contas a receber de arrendamento operacional	-	-	-
IAS 11.42 (a) Valores devidos de clientes relativos a contratos de construção (nota explicativa nº 27)	240	230	697
Outros [descrever]	54	20	-
	<u>19.735</u>	<u>16.292</u>	<u>14.002</u>

**25.1. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes apresentadas anteriormente são classificadas como empréstimos e recebíveis e, por conseguinte, mensuradas pelo custo amortizado.

IFRS 7.36 (c) e 37 O período médio de crédito na venda de produtos é de 60 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber pelos primeiros 60 dias a partir da data da fatura. A partir de então, são cobrados juros anuais de 2% sobre o saldo a pagar. O Grupo constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 120 dias, uma vez que, com base na sua experiência histórica, contas vencidas há mais de 120 dias geralmente não são mais recuperáveis. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para contas a receber entre 60 e 120 dias com base nos valores irrecuperáveis estimados determinados em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

IFRS 7.34 (c) e 36 (c) Antes de aceitar novos clientes, o Grupo utiliza um sistema externo de pontuação de crédito para avaliar a qualidade de crédito do potencial cliente e define os limites de crédito por cliente. Os limites e a pontuação atribuídos aos clientes são revisados duas vezes ao ano. Aproximadamente 80% das contas a receber que não estão vencidas nem apresentam redução ao valor recuperável recebem a melhor pontuação de acordo com o sistema externo de pontuação de crédito utilizado pelo Grupo. Do saldo de contas a receber de clientes no fim do exercício, R\$6,9 milhões (R\$5,9 milhões em 2008) são devidos pela Empresa A, o principal cliente do Grupo (vide notas explicativas nº 6.8 e nº 40.11). Nenhum outro cliente representa mais de 5% do saldo total de contas a receber de clientes.

IFRS 7.37 (c) O saldo da conta "Contas a receber de clientes" inclui valores (vide a análise por vencimento) vencidos no final do período de relatório, para os quais o Grupo não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores (que incluem juros acrescidos aos recebíveis vencidos há mais de 60 dias) ainda são considerados recuperáveis. O Grupo não tem garantias para esses saldos nem tem o direito legal de compensá-los com valores devidos pelo Grupo ao devedor.

IFRS 7.37 (a) **Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
60 a 90 dias	1.100	700
90 a 120 dias	462	333
Total	<u>1.562</u>	<u>1.033</u>
Vencimento médio (dias)	<u>84</u>	<u>85</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IFRS 7.16	<b>Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
	Saldo no início do exercício	838	628
	Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	63	430
	Valores baixados no exercício como incobráveis	–	(196)
	Valores recuperados durante o exercício	–	(24)
	Perdas por redução ao valor recuperável revertidas	(103)	–
	Ganho ou perda de variação cambial	–	–
	Reconhecimento de reversão de desconto de ajuste a valor presente	–	–
		<u>798</u>	<u>838</u>
IFRS 7.20 (e)	Saldo no fim do exercício		

IFRS 7.33 (a) e (b) Para determinar a recuperação de um contas a receber de cliente, o Grupo considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

IFRS 7.37 (b) e (c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui contas a receber de clientes que apresentam individualmente problemas de recuperação, com um saldo de R\$63.000 (R\$52.000 em 2008), e estão sob liquidação judicial. A redução ao valor recuperável reconhecida corresponde à diferença entre o valor contábil dessas contas a receber e o valor presente da receita esperada da liquidação. O Grupo não tem garantias para esses saldos.

IFRS 7.37 (b)	<b>Composição por vencimento das contas a receber de clientes incluídos na provisão para crédito de liquidação duvidosa</b>	31/12/09	31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
	60 a 90 dias	353	320
	90 a 120 dias	191	101
	Acima de 120 dias	654	717
	Total	<u>1.198</u>	<u>1.138</u>

**25.2. Transferência de ativos financeiros**

IFRS 7.13, 14(a) Durante o período, o Grupo transferiu R\$1,052 milhão em contas a receber de clientes para uma empresa não relacionada. Como parte dessa transferência, o Grupo forneceu à cessionária uma garantia de crédito sobre as perdas esperadas sobre as contas a receber. Consequentemente, o Grupo continua a reconhecer integralmente o valor contábil dessas contas a receber e reconheceu o dinheiro recebido nessa transferência como empréstimo garantido (vide nota explicativa nº 32). No final do período de relatório, o valor contábil dos recebíveis de curto prazo transferidos, que foram dados em garantia pelo empréstimo, é de R\$0,946 milhão. O valor contábil do respectivo passivo é de R\$0,923 milhão. A cessionária tem direito de vender os recebíveis ou depositá-los como penhor de outros empréstimos.

**26. Valores a receber de arrendamento financeiro**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Recebíveis de arrendamento financeiro – corrente	198	188	182
Recebíveis de arrendamento financeiro – não corrente	830	717	739
	<u>1.028</u>	<u>905</u>	<u>921</u>

**26.1. Contratos de arrendamento**

IAS 17.47 (f) IFRS 7.7 O Grupo celebra contratos de arrendamento financeiro para alguns de seus equipamentos de armazenamento. Todos os contratos são denominados em reais. O prazo médio dos contratos de arrendamento financeiro é de quatro anos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**26.2. Recebíveis de arrendamento financeiro**

IAS 17.47 (a)		Pagamentos mínimos		Valor presente dos pagamentos mínimos	
		31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
	Em até um ano	282	279	198	188
	Entre dois e cinco anos	1.074	909	830	717
		1.356	1.188	1.028	905
IAS 17.47(b)	Menos: Resultado financeiro não incorrido	(328)	(283)	–	–
	Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	1.028	905	1.028	905
IAS 17.47 (d)	Provisão para pagamentos incobráveis	–	–	–	–
		1.028	905	1.028	905

IAS 17.47 (c) Os valores residuais não garantidos de bens arrendados por meio de arrendamento financeiro no final do período de relatório são estimados em R\$37.000 (R\$42.000 em 2008).

IFRS 7.7 A taxa de juros do arrendamento é determinada na data do contrato para todo o período do arrendamento. A taxa de juros média efetiva dos contratos é de aproximadamente 10,5% ao ano (11% em 2008).

IFRS 7.15 Os saldos de crédito a receber de arrendamento financeiro são segurados pelos equipamentos de armazenamento arrendados. O Grupo não tem permissão para vender ou dar novamente em garantia esses equipamentos na ausência de inadimplência por parte do arrendatário.

IFRS 7.36 e 37 A exposição máxima ao risco de crédito desses recebíveis no exercício corrente e exercícios anteriores é o valor contábil, uma vez que o Grupo não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. Esses recebíveis não estão vencidos nem apresentam problemas de recuperação no final do período de relatório.

**26.3. Valor justo**

IFRS 7.25, e 27 O valor justo dos recebíveis de arrendamento financeiro está estimado em R\$1.070.500 (R\$ 919.000 em 2008) utilizando uma taxa de desconto de 8,5% (8,25% em 2008) que teve como base uma taxa de “swap” de cinco anos, acrescido de uma margem que reflete o risco de crédito desses recebíveis.

**27. Contratos de construção**

IAS 11.40 (a)		31/12/09	31/12/08	01/01/08
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
	<b>Contratos em andamento</b>			
	Custos de construção incorridos mais lucros reconhecidos menos perdas reconhecidas até a data	1.517	1.386	1.291
	Menos: Faturamentos em aberto	(1.313)	(1.171)	(839)
		204	215	452
	Reconhecidos e incluídos nas demonstrações financeiras como valores devidos:			
IAS 11.42 (a)	De clientes relativos a contratos de construção (nota explicativa nº 25)	240	230	697
IAS 11.42 (b)	Para clientes relativos a contratos de construção (nota explicativa nº 37)	(36)	(15)	(245)
		204	215	452

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IAS 11.40 (b) e(c)

Em 31 de dezembro de 2009, retenções mantidas por clientes relativas aos trabalhos contratados totalizaram R\$75.000 (R\$69.000 em 2008). Adiantamentos recebidos de clientes por trabalhos contratados totalizaram R\$14.000 (zero em 2008).

Nota: As notas explicativas nº 28 a nº 31 a seguir apresentam uma descrição detalhada e a conciliação de cada classe de capital social e cada componente do patrimônio líquido, conforme exigido pela IAS 1.79 e IAS 1.106. A IAS 1 permite alguma flexibilidade em relação ao nível de detalhamento apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido (vide páginas 12 e 13) e estas notas explicativas. A Norma também permite que alguns detalhes relacionados a componentes dos outros resultados abrangentes (imposto sobre a renda e ajustes de reclassificação) sejam divulgados em notas, em vez de apresentados na demonstração do resultado abrangente. As entidades devem determinar a forma de apresentação mais adequada em suas circunstâncias, optando por apresentar grande parte do detalhamento em notas (tal como fizemos neste modelo de demonstrações financeiras), assegurando que as demonstrações financeiras principais não estão sobrecarregadas com detalhes desnecessários e que as notas explicativas contenham suporte detalhado.

Seja qual for a apresentação escolhida, as entidades devem garantir o atendimento dos seguintes requisitos:

- Conciliações detalhadas para cada classe de capital social (na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas);
- São necessárias conciliações detalhadas para cada componente do patrimônio líquido – divulgação separada de cada componente de: (i) resultado, (ii) outros resultados abrangentes; e (iii) transações com proprietários na sua capacidade de proprietários (na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas);
- Deve ser divulgado o valor do imposto sobre a renda relacionado a cada componente de outros resultados abrangentes (na demonstração do resultado abrangente ou nas notas); e
- Os ajustes de reclassificação devem ser apresentados separadamente do respectivo componente de outros resultados abrangentes (na demonstração do resultado abrangente ou nas notas).

**28. Capital emitido**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Capital social	17.819	23.005	23.005
Prêmios na emissão de ações	14.620	25.667	25.667
	<u>32.439</u>	<u>48.672</u>	<u>48.672</u>

O capital emitido inclui:

IAS 1.79 (a)	14.844.000 ações ordinárias totalmente integralizadas (31 de dezembro de 2008 e 1º de janeiro de 2008: 20.130.000)	29.469	45.797	45.797
IAS 1.79 (a)	2.500.000 ações ordinárias parcialmente integralizadas (31 de dezembro de 2008 e 1º de janeiro de 2008: 2.500.000)	1.775	1.775	1.775
	1.200.000 ações preferenciais conversíveis e não participativas (10%) totalmente integralizadas (31 de dezembro de 2008 e 1º de janeiro de 2008: 1.100.000)	1.195	1.100	1.100
		<u>32.439</u>	<u>48.672</u>	<u>48.672</u>

IAS 1.79 (a)

**28.1. Ações ordinárias totalmente integralizadas**

	Quantidade de ações mil	Capital social R\$ mil	Prêmios na emissão de ações R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2008	20.130	20.130	25.667
Movimentação [descrever]	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	20.130	20.130	25.667
Emissão de ações do plano de opção de compra de ações para empregados (nota explicativa nº 42)	314	314	-
Emissão de ações para serviços de consultoria	3	3	5
Recuperação de ações	(5.603)	(5.603)	(10.853)
Custos de recompra de ações	-	-	(277)
Imposto sobre a renda referente à recompra de ações	-	-	83
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>14.844</u>	<u>14.844</u>	<u>14.625</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

As ações ordinárias totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, dão direito a um voto por ação e a dividendos.

IFRS 2.48

O valor justo das ações emitidas para serviços de consultoria foi determinado com base em preços praticados no mercado para serviços de consultoria similares.

As ações recompradas foram imediatamente canceladas.

IAS 1.79 (a)

**28.2. Ações ordinárias parcialmente integralizadas**

	Quantidade de ações mil	Capital social R\$ mil	Prêmios na emissão de ações R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2008	2.500	1.775	–
Movimentação [descrever]	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.500	1.775	–
Movimentação [descrever]	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.500	1.775	–

As ações ordinárias parcialmente integralizadas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, dão direito a um voto por ação, mas não possuem direito ao recebimento de dividendos.

IAS 1.79 (a)

**28.3. Ações preferenciais conversíveis e não participativas**

	Quantidade de ações mil	Capital social R\$ mil	Prêmios na emissão de ações R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2008	1.100	1.100	–
Movimentação [descrever]	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.100	1.100	–
Emissão de ações	100	100	–
Custos na emissão de ações	–	–	(6)
Imposto sobre a renda referente à emissão de ações	–	–	1
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.200	1.200	(5)

As ações preferenciais conversíveis e não participativas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, dão direito ao recebimento de dividendos preferenciais irrestritos de 10% antes que qualquer dividendo seja declarado aos detentores de ações ordinárias. Essas ações, que não possuem direito à participação em quaisquer ativos ou lucros excedentes, serão convertidas em ações ordinárias, na mesma proporção, em 1º de novembro de 2012, mas não dão direito à participação em nenhum ativo excedente ou lucros, nem direito a voto.

**28.4. Opção de compra concedida pelo plano de opção de compra de ações para os empregados**

IAS 1.79 (a)

Em 31 de dezembro de 2009, executivos e funcionários seniores detinham aproximadamente 196.000 opções de compra de ações ordinárias do Grupo; entretanto, 136.000 dessas opções expiram em 30 de março de 2010 e 60.000 expiram em 28 de setembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2008, executivos e funcionários seniores detinham 290.000 opções de compra de ações ordinárias do Grupo; entretanto, 140.000 dessas opções expiravam em 30 de março de 2009 e 150.000 expiravam em 29 de setembro de 2009. Em 1º de janeiro de 2008, nenhuma opção tinha sido concedida no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na nota explicativa nº 42 destas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**28.5. Ações preferenciais cumulativas resgatáveis**

As ações preferenciais cumulativas resgatáveis emitidas pela Companhia foram classificadas como obrigações (vide nota explicativa nº 34).

**29. Reservas**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Geral	807	807	807
Reavaliação de propriedades	1.198	1.201	51
Reavaliação de investimentos	593	527	470
Benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio líquido	544	338	-
"Hedge" de fluxo de caixa	317	278	258
Conversão de moeda estrangeira	186	225	140
Prêmio de opções sobre notas conversíveis	592	-	-
Outros [descrever]	-	-	-
	<u>4.237</u>	<u>3.376</u>	<u>1.726</u>

IAS 1.106 (d)

**29.1. Reserva geral**

	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil
Saldo no início do exercício	807	807
Movimentação [descrever]	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>807</u>	<u>807</u>

IAS 1.79 (b)

A reserva geral é usada eventualmente para transferir os lucros dos lucros acumulados. Não há política de transferência regular.

IAS 1.106 (d)

**29.2. Reserva de reavaliação de propriedades**

	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil
Saldo no início do exercício	1.201	51
Aumento proveniente da reavaliação das propriedades	-	1.643
Perdas por redução ao valor recuperável	-	-
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	-	-
Impostos diferidos passivos sobre reavaliações	-	(493)
Reversão de impostos diferidos passivos sobre reavaliações	-	-
Transferência para lucros acumulados	(3)	-
Outras [descrever]	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>1.198</u>	<u>1.201</u>

IAS 1.79 (b)

A reserva de reavaliação de propriedades é referente a reavaliações de terrenos e edificações. Quando um terreno ou uma edificação são vendidos, a parcela da reserva de reavaliação de propriedades relacionada ao ativo vendido é efetivamente realizada e transferida diretamente para a conta "Lucros acumulados".

IAS 16.77 (f)

As distribuições oriundas da reserva de reavaliação de propriedades podem ser feitas quando estão de acordo com as exigências dos estatutos da Companhia, da legislação pertinente e de jurisprudência aplicável. Os valores também podem ser efetivamente distribuídos fora da reserva de reavaliação de propriedades como parte de uma recompra de ações. Geralmente, não há restrição ao pagamento da bonificação de ações fora da reserva de reavaliação de propriedades; entretanto, o pagamento da distribuição de ganhos fora da reserva é regulamentado pelos termos dos estatutos da Companhia. Tais restrições não se aplicam a nenhum valor transferido para a conta "Lucros acumulados". A Administração não tem, atualmente, intenção de efetuar nenhuma distribuição da reserva de reavaliação de propriedades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

IAS 1.106 (d) **29.3. Reserva de reavaliação de investimentos**

	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil
	527	470
IFRS 7.20 (a) Saldo no início do exercício	94	81
IFRS 7.20 (a) Ganho líquido decorrente de reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda	(28)	(24)
IFRS 7.20 (a) Imposto sobre a renda sobre o aumento decorrente do ganho líquido na reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
IFRS 7.20 (a) (Ganho) perda acumulados reclassificados para o resultado na venda de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
IFRS 7.20 (a) (Ganho) perda acumulados reclassificados para o resultado por conta da redução ao valor recuperável dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
	593	527
	593	527

IAS 1.79 (b) A reserva de reavaliação de investimentos tem como origem a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda registrados em outros resultados abrangentes. Quando um ativo financeiro reavaliado é vendido ou apresenta problema na recuperação, a parcela da reserva relacionada a esse ativo é efetivamente realizada e reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado.

IAS 1.106 (d) **29.4. Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio**

	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil
	338	-
Saldo no início do exercício	206	338
Decorrentes de pagamento baseado em ações	-	-
Outras [descrever]	-	-
	544	338
	544	338

IAS 1.79 (b) A reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio tem como origem a outorga de opções de compra de ações de acordo com o respectivo plano concedido para os empregados. Mais informações sobre pagamentos baseados em ações a empregados estão descritas na nota explicativa nº 42.

Fonte		International GAAP Holdings Limited	
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)			
IAS 1.106 (d)	<b>29.5. Reserva de "hedge" de fluxos de caixa</b>		
		2009	2008
		R\$ mil	R\$ mil
	Saldo no início do exercício	278	258
IFRS 7.23 (c)	Ganhos (perdas) reconhecidos nos "hedges" de fluxo de caixa:		
	Contratos futuros de moeda	209	(41)
	"Swaps" de taxa de juros	227	357
	"Swaps" de moeda	–	–
	Imposto sobre a renda relacionado a ganhos/perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes	(131)	(95)
IFRS 7.23 (d)	Reclassificados para o resultado:		
	Contratos futuros de moeda	(3)	–
	"Swaps" de taxa de juros	(120)	(86)
	"Swaps" de moeda	–	–
	Imposto sobre a renda relacionado a valores reclassificados para o resultado	37	26
IFRS 7.23 (e)	Transferência para o valor contábil inicial do item objeto de "hedge":		
	Contratos futuros de moeda	(257)	(201)
	Imposto sobre a renda relacionado a valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de "hedge"	77	60
	Outras [descrever]	–	–
	Saldo no fim do exercício	<u>317</u>	<u>278</u>
IAS 1.79 (b)	A reserva de "hedge" de fluxo de caixa corresponde à parcela do ganho ou perda acumulado com instrumentos de "hedge" designados e efetivos em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos sobre o instrumento de "hedge" são reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de "hedge" impacta o resultado ou é incluída no valor inicial do item não financeiro objeto de "hedge", de acordo com a política contábil aplicável.		
IFRS 7.23 (d)	Os ganhos e as perdas reclassificados do patrimônio líquido para o resultado durante o exercício estão incluídos nas seguintes rubricas da [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado]:		
		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
		R\$ mil	R\$ mil
	Receita	–	–
	Outras receitas	–	–
	Custos de financiamento	(120)	(86)
	Outras despesas	(3)	–
	Despesa de imposto sobre a renda	37	26
	Outras [descrever]	–	–
		<u>(86)</u>	<u>(60)</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IAS 1.106 (d)

**29.6. Reserva de conversão de moeda estrangeira**

	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil
Saldo no início do exercício	225	140
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos líquidos de operações no exterior	75	121
Imposto diferido relacionado aos ganhos na conversão dos ativos líquidos de operações no exterior	(22)	(36)
Perda sobre instrumento de "hedge" designado como "hedge" dos ativos líquidos de operações no exterior	(12)	–
Imposto diferido relacionado à perda sobre instrumento de "hedge" designado como "hedge" dos ativos líquidos de operações no exterior	4	–
Ganho (perda) reclassificado para o resultado na alienação de operação no exterior	(166)	–
Imposto sobre a renda sobre o ganho/perda reclassificado para o resultado na alienação de operação no exterior	51	–
Ganho (perda) sobre instrumento de "hedge" reclassificado para o resultado na alienação de operação no exterior	46	–
Imposto sobre a renda relacionado a ganho (perda) sobre instrumentos de "hedge" reclassificados para o resultado na alienação de operação no exterior	(15)	–
Outras [descrever]	–	–
Saldo no fim do exercício	<u>186</u>	<u>225</u>

IAS 1.79 (b)

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior do Grupo das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação do Grupo (ou seja, reais) são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes e acumuladas na reserva de conversão de moeda estrangeira. Ganhos e perdas de instrumentos de "hedge" designados como "hedge" de investimentos líquidos em operações no exterior são incluídos na reserva de conversão de moeda estrangeira. As diferenças cambiais anteriormente acumuladas na reserva de conversão de moeda estrangeira (em relação à conversão de ativos líquidos e "hedges" de operações no exterior) são reclassificadas para o resultado na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

IAS 1.106 (d)

**29.7. Prêmio de opções sobre notas conversíveis**

	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil
Saldo no início do exercício	–	–
Reconhecimento de prêmio de opções sobre emissão de notas conversíveis	834	–
Imposto sobre a renda relacionado	(242)	–
Saldo no fim do exercício	<u>592</u>	<u>–</u>

IAS 1.79 (b)

O prêmio de opções sobre notas conversíveis corresponde ao componente do patrimônio líquido (direitos de conversão) de R\$4,5 milhões, ou 5,5% das notas conversíveis emitidas durante o exercício (vide nota explicativa nº 33).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

IAS 1.106 (b) e (d)

**30. Lucros acumulados e dividendos**

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil	01/01/08 R\$ mil
Lucros acumulados	110.805	94.909	73.824
		2009 R\$ mil	2008 R\$ mil
Saldo no início do exercício		94.909	73.977
Efeito da mudança na política contábil do programa de fidelidade de clientes (vide nota explicativa nº 2.1)		-	(61)
Efeito da mudança na política contábil de catálogos de vendas pelo correio (vide nota explicativa nº 2.1)		-	(92)
Reapresentação do saldo inicial		94.909	73.824
Lucro líquido atribuível aos proprietários da controladora		23.049	27.564
Diferença decorrente da alienação de participação na Subone Limited (vide nota explicativa nº 19)		34	-
Pagamento de dividendos		(6.635)	(6.479)
Recompra de ações		(555)	-
Imposto sobre a renda relacionado		-	-
Transferência da reserva de reavaliação de propriedades		3	-
Outros [descrever]		-	-
Saldo no fim do exercício	110.805	94.909	

IAS 1.107

Em 23 de maio de 2009, foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias totalmente integralizadas dividendos de R\$0,321 por ação (dividendos totais de R\$6,515 milhões). Em maio de 2008, foram pagos dividendos de R\$0,3164 por ação (dividendos totais de R\$6,369 milhões).

Foram pagos dividendos de R\$0,10 por ação para as ações preferenciais conversíveis e não participativas durante o exercício (R\$0,10 por ação em 2008), somando dividendos totais de R\$0,12 milhão (R\$0,11 milhão em 2008).

IAS 1.137 (a) IAS 10.13

Em relação ao exercício corrente, a Administração propôs o pagamento de dividendos de R\$0,2631 por ação em 25 de maio de 2010. Esses dividendos estão sujeitos à aprovação pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e não foram reconhecidos como passivo nessas demonstrações financeiras. Os dividendos propostos serão pagos aos acionistas registrados no Registro de Acionistas da Companhia em 21 de abril de 2010. O total estimado de dividendos a serem pagos é de R\$3,905 milhões. O pagamento desses dividendos não trará nenhum efeito tributário para o Grupo.

Adicionalmente, dividendos de R\$613.000 (zero em 2008) foram pagos às ações preferenciais cumulativas resgatáveis classificadas como obrigações (vide nota explicativa nº 34).

IAS 1.106 (d)

**31. Participações não controladoras**

	2009 R\$ mil	2008 R\$ mil
Saldo no início do exercício	20.005	17.242
Participação nos lucros do exercício	4.000	2.763
Participações não controladoras decorrentes da aquisição da Subsix Limited (vide nota explicativa nº 44)	132	-
Participações não controladoras adicionais decorrentes da alienação de participação na Subone Limited (vide nota explicativa nº 19)	179	-
Saldo no fim do exercício	24.316	20.005

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

IFRS 7.8 (f)

## 32. Empréstimos

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Não garantidos – ao custo amortizado</b>			
Saldos bancários a descoberto	520	314	6.397
“Commercial papers” (a)	358	916	1.490
Empréstimos de:			
• Partes relacionadas (b)	12.917	34.124	49.380
• Outras entidades (c)	3.701	3.518	–
• Governo (d)	2.610	–	–
Notas conversíveis (nota explicativa nº 33)	4.144	–	–
Notas perpétuas (e)	1.905	–	–
Outros [descrever]	–	–	–
	<u>26.155</u>	<u>38.872</u>	<u>57.267</u>
<b>Garantidos – ao valor de custo amortizado</b>			
Saldos bancários a descoberto	18	64	2.124
Empréstimos bancários (f)	14.982	17.404	–
Empréstimos de outras entidades	575	649	1.809
Recebíveis transferidos (g)	923	–	–
Obrigações de arrendamento financeiro (h) (nota explicativa nº 38)	14	89	432
Outros [descrever]	–	–	–
	<u>16.512</u>	<u>18.206</u>	<u>4.365</u>
	<u>42.667</u>	<u>57.078</u>	<u>61.632</u>
Corrente	22.446	25.600	33.618
Não corrente	20.221	31.478	28.014
	<u>42.667</u>	<u>57.078</u>	<u>61.632</u>

## 32.1. Resumo das características dos empréstimos

IFRS 7.7

- (a) “Commercial papers” com taxas de juros pós-fixadas foram emitidos em 2002. A média ponderada das taxas de juros efetivas nesses “commercial papers” é de 6,8% ao ano (6,8% em 2008).
- (b) Valores a pagar a partes relacionadas do Grupo. Incidem juros anuais de 8,0% a 8,2% sobre os saldos de empréstimos em aberto (8,0% – 8,2% por ano em 2008).
- (c) Empréstimos a taxas prefixadas obtidos com empresas financeiras com vencimento inferior a três anos (quatro anos em 2008). A média ponderada das taxas de juros efetivas nesses empréstimos é de 8,15% ao ano (8,10% ao ano em 2008). O Grupo protege parte do risco de taxas de juros de empréstimos utilizando “swaps” em que os juros prefixados são trocados por juros pós-fixados. O saldo em aberto é ajustado pelas mudanças no valor justo do risco de “hedge”, sendo essas mudanças calculadas com base nas taxas interbancárias do País A.
- (d) Em 17 de dezembro de 2009, o Grupo recebeu um empréstimo do governo do País A no montante de R\$3 milhões, sem incidência de juros, destinado a financiar o treinamento de pessoal durante dois anos. O empréstimo deverá ser totalmente amortizado no fim de dois anos. Utilizando taxas de mercado de 7,2% efetivas para um empréstimo com características similares, o valor justo desse empréstimo foi estimado em R\$2,61 milhões. A diferença de R\$390.000 entre o montante recebido e o valor justo do empréstimo corresponde ao benefício obtido e foi reconhecido como receita diferida (vide nota explicativa nº 41). As despesas financeiras serão reconhecidas sobre esse empréstimo em 2010 (R\$188.000) e 2011 (R\$202.000).
- (e) 2.500 notas perpétuas, emitidas em 27 de agosto de 2009 pelo valor principal de R\$2,5 milhões e juros de 6% ao ano. Foram incorridos custos de emissão de R\$0,595 milhão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

(f) Garantidos por terrenos e edificações hipotecados pertencentes ao Grupo (vide nota explicativa nº 15). A média ponderada das taxas de juros efetivas desses empréstimos bancários é de 8,30% ao ano (8,32% ao ano em 2008).

(g) Garantidos por certas contas a receber do Grupo (vide nota explicativa nº 25).

(h) Garantidas pelos bens arrendados. Os empréstimos possuem taxas de juros prefixadas e pós-fixadas com prazos de amortização não superiores a cinco anos.

**32.2. Descumprimento de contrato de empréstimo**

IFRS 7.18 Durante o exercício de 2009, o Grupo atrasou o pagamento de juros de um de seus empréstimos no valor contábil de R\$5 milhões. O atraso ocorreu devido a uma falta temporária de fundos, na data em que os juros deveriam ter sido pagos, em virtude de um problema técnico na liquidação. O pagamento em aberto dos juros de R\$107.500 foi feito integralmente no dia seguinte, incluindo juros adicionais e multa. O credor não exigiu o pagamento antecipado do empréstimo e os termos do contrato não foram alterados. A Administração revisou os procedimentos de liquidação do Grupo para garantir que tais circunstâncias não viessem a ocorrer novamente.

**33. Notas conversíveis**

IFRS 7.7 Notas conversíveis de R\$4,5 milhões denominadas em reais foram emitidas pela Companhia em 1º de setembro de 2009 pelo preço de emissão unitário de R\$1,10 por nota. Cada nota dá ao seu detentor o direito de convertê-la em uma ação ordinária ao custo de R\$3,00 por ação. A conversão deve ocorrer a qualquer momento entre 1º de julho e 31 de agosto de 2012. Se as notas não forem convertidas, serão resgatadas em 1º de setembro de 2012 por R\$1,00. Serão pagos juros trimestrais de 5,5% até a data da liquidação.

IAS 32.28 Os montantes líquidos recebidos pela emissão das notas conversíveis foram divididos entre passivo financeiro e um componente do patrimônio líquido que corresponde ao valor residual atribuído à opção de converter o passivo em patrimônio líquido da Companhia, conforme segue:

	R\$ mil
Valor recebido na emissão	4.950
Componente do passivo na data da emissão	(4.116)
	834

O componente do patrimônio líquido de R\$834.000 foi creditado no patrimônio líquido ("Prêmio de opções sobre notas conversíveis" – vide nota explicativa nº 29.7).

IFRS 7.7 O componente do passivo é mensurado pelo custo amortizado. A despesa financeira no exercício no montante de R\$110.000 é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva de 8% sobre o componente do passivo desde que as notas foram emitidas. Os juros pagos no período, desde a emissão, totalizam R\$82.000. A diferença no valor de R\$4,116 milhões entre o valor contábil do componente do passivo na data da emissão e o valor registrado na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$4,144 milhões corresponde à taxa de juros efetiva menos os juros pagos até a data.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**34. Outros passivos financeiros**

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil	01/01/08 R\$ mil
Contratos de garantia financeira	24	18	–
<b>Derivativos designados e efetivos como instrumentos de “hedge” registrados ao valor justo</b>			
Contratos futuros de moeda	87	–	–
“Swaps” de taxa de juros	5	–	–
“Swaps” de moeda	–	–	–
Outros [descrever]	–	–	–
	<u>92</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
<b>Passivos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado</b>			
Passivos financeiros não derivativos designados como ao valor justo por meio do resultado (a)	14.875	–	–
Derivativos mantidos para negociação não designados em relações de contabilização de “hedge” (b)	51	–	–
Passivos financeiros não derivativos mantidos para negociação	–	–	–
	<u>14.926</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
Outros (contrapartida contingente) (c)	75	–	–
	<u>15.117</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
Corrente	116	18	–
Não corrente	15.001	–	–
	<u>15.117</u>	<u>18</u>	<u>–</u>

IFRS 7.8 (e)

(a) 3.000.000 de ações preferenciais cumulativas resgatáveis, com juros de 7% ao ano, foram emitidas em 1º de junho de 2009 a um preço de emissão de R\$5,00 por ação. Essas ações são resgatáveis em 31 de maio de 2011 pelo preço unitário de R\$5,00. As ações correspondem a empréstimos não garantidos do Grupo e são designadas como ao valor justo por meio do resultado (vide a seguir).

(b) “Swap” de taxa de juros cujo pagamento é variável e o recebimento fixo com objetivo de proteção econômica contra risco de mudança no valor justo das ações preferenciais cumulativas resgatáveis decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

O Grupo designou suas ações preferenciais cumulativas resgatáveis como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado conforme permitido pela IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As ações preferenciais têm pagamento de juros fixos e vencimento em 31 de maio de 2011. Para reduzir o risco de alteração no valor justo decorrente de mudanças nas taxas de juros, o Grupo fechou um contrato de “swap” de taxa de juros cujo pagamento é variável e o recebimento fixo. O valor do principal nominal do “swap” é de R\$15 milhões e é compatível com o valor do principal das ações preferenciais cumulativas resgatáveis. O “swap” vence em 31 de maio de 2011. A designação das ações preferenciais como ao valor justo por meio do resultado elimina distorções na contabilidade decorrente da mensuração do passivo ao valor de custo amortizado e do derivativo ao valor justo por meio do resultado.

(c) Outros passivos financeiros incluem R\$75.000, referentes ao valor justo estimado das contrapartidas contingentes relacionadas à aquisição da Subsix Limited (vide nota explicativa nº 44.2).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**35. Provisões**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Benefícios a empregados (a)	1.334	4.388	4.027
Outras provisões (vide a seguir)	4.316	1.038	2.310
	<u>5.650</u>	<u>5.426</u>	<u>6.337</u>
Corrente	3.356	3.195	2.235
Não corrente	2.294	2.231	4.102
	<u>5.650</u>	<u>5.426</u>	<u>6.337</u>

**Outras provisões**

	Trabalhos de retificação (b)	Garantias (c)	Contratos de arrendamentos onerosos (d)	Total	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
IAS 37.84 (a)	Saldo em 1º de janeiro de 2009	–	295	743	1.038
IAS 37.84 (b)	Provisões adicionais reconhecidas	4.170	338	369	4.877
IAS 37.8.4(c)	Reduções decorrentes de pagamentos/ outras renúncias de benefícios econômicos futuros	(1.112)	(90)	(310)	(1.512)
IAS 37.84 (d)	Reduções decorrentes de remensuração ou liquidação sem custo	–	(15)	(100)	(115)
IAS 37.84 (e)	Reversão do desconto e efeito das mudanças na taxa de desconto	–	–	28	28
	Outras [descrever]	–	–	–	–
IAS 37.84 (a)	Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>3.058</u>	<u>528</u>	<u>730</u>	<u>4.316</u>

IAS 8.28 (b) e (c) Em exercícios anteriores, o Grupo também reconheceu uma provisão relacionada às suas obrigações com os clientes decorrentes do seu Plano Maxi-Pontos. Em consequência da adoção da IFRIC 13 – Programas de Fidelidade de Clientes (vide nota explicativa nº 2.2), essa provisão não é mais reconhecida. As demonstrações financeiras foram ajustadas retrospectivamente.

IFRS 3.B64 (j) (a) A provisão para benefícios a empregados corresponde ao direito provisionado a férias anuais e férias adicionais por tempo de serviço e processos de indenização pleiteados por empregados. Na aquisição da Subsix Limited, o Grupo reconheceu um passivo contingente adicional em andamento relativo aos processos indenizatórios contra a aquela empresa cujo passivo foi liquidado em fevereiro de 2010.

IAS 37.85 (a) e (b) (b) A provisão para os trabalhos de retificação refere-se ao custo estimado do trabalho acordado para realizar a retificação dos produtos fornecidos a um dos principais clientes do Grupo (vide nota explicativa nº 13.5). Os gastos previstos para 2010 são de R\$1,94 milhão e para 2011, de R\$1,118 milhão. Esses valores não foram descontados a valor presente com a finalidade de mensurar essa provisão, porque o efeito não seria material.

IAS 37.85 (a) e (b) (c) A provisão para garantia foi registrada com base na melhor estimativa da Administração que considera o valor presente das saídas de benefícios econômicos futuros, que será exigida de acordo com as obrigações do Grupo de prestação de garantia prevista na legislação comercial local. A estimativa foi feita com base em tendências históricas de garantias e pode variar em consequência do uso de novos materiais, processos de produção alterados e outros eventos que afetem a qualidade do produto.

IAS 37.85 (a) e (b) (d) A provisão para contratos de arrendamentos onerosos refere-se ao valor presente dos pagamentos futuros com os quais o Grupo está atualmente obrigado de acordo com contratos de arrendamento operacional não canceláveis, menos a receita esperada do arrendamento, incluindo a receita de subarrendamento futuro estimada, quando aplicável. A estimativa pode variar em decorrência de mudanças na utilização das premissas de utilização dos bens arrendados e contratos de subarrendamento, quando aplicável. O prazo de validade do arrendamento varia de três a cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

**36. Outros passivos**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Incentivos para arrendamento (nota explicativa nº 48)	270	360	–
Outras [descrever]	–	5	–
	<u>270</u>	<u>365</u>	<u>–</u>
Corrente	90	95	–
Não corrente	180	270	–
	<u>270</u>	<u>365</u>	<u>–</u>

**37. Contas a pagar a fornecedores e outras**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Contas a pagar a fornecedores	16.337	21.205	52.505
Pagamentos baseados em ações liquidáveis em caixa	–	–	–
Valores devidos a clientes relativos a contratos de construção (nota explicativa nº 27)	36	15	245
Outras [descrever]	–	–	–
	<u>16.373</u>	<u>21.220</u>	<u>52.750</u>

IFRS 7.7 O período médio de crédito na compra de certos produtos do País B é de quatro meses. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 60 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros anuais de 2% são cobrados sobre o saldo a pagar. O Grupo coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

**38. Obrigações assumidas por meio de arrendamento financeiro**

**38.1. Contratos de arrendamento**

IAS 17.31 (e) IFRS 7.7 Os contratos de arrendamento financeiro relacionados a equipamentos de produção têm prazo de cinco anos. O Grupo possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. As obrigações do Grupo assumidas por meio de arrendamento financeiro estão garantidas pela alienação fiduciária dos ativos arrendados

**38.2. Passivos de contratos de arrendamentos financeiros**

	Pagamentos mínimos		Valor presente dos pagamentos mínimos	
	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Até 1 ano	10	58	9	54
De 1 a 5 anos	6	44	5	35
Mais de 5 anos	–	–	–	–
	<u>16</u>	<u>102</u>	<u>14</u>	<u>89</u>
Menos: Encargos financeiros futuros	(2)	(13)	–	–
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>14</u>	<u>89</u>	<u>14</u>	<u>89</u>
	31/12/09	31/12/08	01/01/08	
Incluídos nas demonstrações financeiras como:				
• Empréstimos correntes (nota explicativa nº 32)	9	54	213	
• Empréstimos não correntes (nota explicativa nº 32)	5	35	219	
	<u>14</u>	<u>89</u>	<u>432</u>	

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**38.3. Valor justo**

IFRS 7.25 O valor justo dos passivos de arrendamento financeiro é próximo ao valor contábil desses passivos.

**39. Planos de benefícios de aposentadoria**

**39.1. Planos de contribuição definida**

O Grupo concede planos de aposentadoria de contribuição definida para todos os empregados, que se qualificam, da controlada localizada no País C. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles do Grupo em fundos controlados por agentes fiduciários. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pelo Grupo.

Os empregados da controlada do Grupo localizada no País B são membros de um plano de aposentadoria do governo desse país. A controlada deve contribuir com uma porcentagem específica dos custos salariais para o plano de aposentadoria para custear os benefícios. A única obrigação do Grupo com relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

IAS 19.46 A despesa total de R\$160.000 (R\$148.000 em 2008), reconhecida na [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado], refere-se a contribuições a pagar pelo Grupo a alíquotas especificadas pelas regras desses planos. Em 31 de dezembro de 2009, as contribuições de R\$8.000 (R\$8.000 em 2008) referentes a 2009 (2008) não haviam sido pagas aos planos. Os valores foram pagos subsequentemente ao período de relatório.

**39.2. Planos de benefício definido**

IAS 19.120A (b) O Grupo concede planos de aposentadoria de benefício definido para todos os empregados, que se qualificam, da controlada localizada no País A. De acordo com esses planos, os empregados têm direito a benefícios de aposentadoria que variam de 40% a 45% do salário final quando a idade de aposentadoria de 65 anos é atingida. Nenhum outro benefício pós-aposentadoria é oferecido a esses empregados.

A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2009 pelo Sr. F.G. Ho, membro do Instituto de Atuários do País A. O valor presente da obrigação dos benefícios definidos e o respectivo custo dos seus serviços correntes e passados foram mensurados por meio do Método da Unidade de Crédito Projetada.

IAS 19.120A (n) As principais premissas usadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

	Avaliação em	
	31/12/09	31/12/08
	%	%
Taxa(s) de desconto	5,52	5,20
Retorno esperado sobre os ativos do plano	12,08	10,97
Taxa(s) esperada(s) de aumento do salário	5,00	5,00
Retorno esperado sobre os direitos de reembolso	-	-
Outros [descrever]	-	-

IAS 19.120A (g) Os valores reconhecidos no resultado relativos a esses planos de benefícios definidos são apresentados a seguir:

	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Custo dos serviços correntes	1.068	442
Juros sobre a obrigação	164	137
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(276)	(249)
Retorno esperado sobre os direitos de reembolso	-	-
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	(370)	226
Custo dos serviços passados	-	-
Perdas (ganhos) decorrentes de reduções ou liquidações	-	-
Ajustes a restrições aos ativos de benefícios definidos	-	-
	<b>586</b>	<b>556</b>

Fonte		International GAAP Holdings Limited		
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)				
IAS 19.120A (g)	[A despesa do exercício está incluída na despesa de benefícios a empregados na demonstração do resultado abrangente. /Do total da despesa do exercício, R\$412.000 (R\$402.000 em 2008) foram incluídos no custo das vendas e o restante, nas despesas administrativas.]			
IAS 19.120A (f)	O valor reconhecido na demonstração da posição financeira decorrente das obrigações da empresa relacionadas aos planos de benefícios definidos é apresentado a seguir:			
		31/12/09	31/12/08	01/01/08
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
IAS 19.120A (d)	Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	5.905	5.808	5.814
	Valor justo dos ativos do plano	(4.202)	(4.326)	(4.788)
		1.703	1.482	1.026
IAS 19.120A (d)	Valor presente da obrigação de benefícios definidos não custeados	-	-	-
	Déficit	1.703	1.482	1.026
	Perdas atuariais líquidas não reconhecidas	(873)	(1.098)	(230)
	Custo dos serviços passados ainda não reconhecidos	(322)	(32)	(57)
	Restrições a ativos reconhecidos	-	-	-
	Valor justo dos direitos ao reembolso reconhecido como ativo	-	-	-
	Outros [descrever]	-	-	-
	Passivo líquido decorrente de obrigação de benefícios definidos	508	352	739
IAS 19.120A (c)	A movimentação no valor justo da obrigação de benefícios definidos no exercício atual é apresentada a seguir:			
		2009	2008	
		R\$ mil	R\$ mil	
	Obrigação de benefícios definidos inicial	5.808	5.814	
	Custo dos serviços correntes	1.068	442	
	Custo financeiro	164	137	
	Contribuições de participantes do plano	-	-	
	Perdas (ganhos) atuariais	(150)	135	
	Custo dos serviços passados	-	-	
	Perdas (ganhos) com reduções	-	-	
	Passivos anulados por liquidações	-	-	
	Passivos assumidos em uma combinação de negócios	-	-	
	Diferenças cambiais entre planos no exterior	-	-	
	Benefícios pagos	(985)	(720)	
	Outros [descrever]	-	-	
	Obrigação de benefícios definidos final	5.905	5.808	

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IAS 19.120A (e) A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:

	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil
Valor justo inicial dos ativos do plano	4.326	4.788
Retorno esperado sobre os ativos do plano	276	249
Ganhos (perdas) atuariais	220	(91)
Diferenças cambiais entre planos no exterior	-	-
Contribuições do empregador	140	100
Contribuições dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	(760)	(720)
Ativos adquiridos em uma combinação de negócios	-	-
Ativos distribuídos em liquidações	-	-
Outros [descrever]	-	-
Valor justo final dos ativos do plano	<u>4.202</u>	<u>4.326</u>

IAS 19.120A (j) e (l) As principais categorias de ativos do plano e a taxa de retorno esperada para cada categoria no final do período de relatório são apresentadas a seguir:

	Retorno esperado		Valor justo dos ativos do plano	
	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
	%	%	R\$ mil	R\$ mil
Instrumentos de patrimônio	15,01	12,03	1.026	986
Instrumentos de dívida	9,59	7,49	1.980	1.850
Propriedades	12,21	12,76	1.196	1.490
Outros [descrever]	-	-	-	-
Retorno médio ponderado esperado	<u>12,08</u>	<u>10,97</u>	<u>4.202</u>	<u>4.326</u>

IAS 19.120A (l) A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

IAS 19.120A (m) O atual retorno dos ativos do plano foi de R\$0,72 milhão (R\$0,354 milhão em 2008).

IAS 19.120A (k) Os ativos do plano incluem as ações ordinárias da International GAAP Holdings Limited ao valor justo de R\$0,38 milhão (R\$0,252 milhão em 2008) e uma propriedade ocupada por uma controlada da International GAAP Holdings Limited ao valor justo de R\$0,62 milhão (R\$0,62 milhão em 2008).

IAS 19.120A (p) O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	31/12/09	31/12/08	31/12/07	31/12/06	31/12/05
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	5.905	5.808	5.814	5.321	4.113
Valor justo dos ativos do plano	(4.202)	(4.326)	(4.788)	(4.418)	(3.298)
Déficit	<u>1.703</u>	<u>1.482</u>	<u>1.026</u>	<u>903</u>	<u>815</u>
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	<u>230</u>	<u>135</u>	<u>210</u>	<u>198</u>	<u>193</u>
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	<u>220</u>	<u>(91)</u>	<u>156</u>	<u>163</u>	<u>148</u>

Fonte	International GAAP Holdings Limited																					
	<p><b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b></p>																					
IAS 19.120A (q)	<p>O Grupo espera contribuir com R\$0,18 milhão (R\$0,14 milhão em 2008) com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.</p>																					
	<p><b>40. Instrumentos financeiros</b></p>																					
	<p>Nota: Os exemplos a seguir referem-se a vários tipos de divulgações que podem ser exigidas nessa área. Os assuntos divulgados serão ditados pelas circunstâncias de cada entidade, a importância dos julgamentos e estimativas feitas para os resultados e a posição patrimonial e financeira, além da informação prestada ao pessoal-chave da Administração.</p>																					
IAS 1.134 e 135	<p><b>40.1. Gestão do risco de capital</b></p>																					
	<p>O Grupo administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2008.</p>																					
	<p>A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 32 e nº 34, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e o patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado nas notas explicativas nº 28 a nº 31, respectivamente).</p>																					
	<p>O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.</p>																					
	<p>O Comitê de Gestão de Riscos do Grupo revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, o Comitê considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. O Grupo tem como meta alcançar índice de endividamento de 20% a 25% determinado como a proporção de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2009 de 19,7% (vide a seguir) foi inferior à meta, tendo voltado ao nível normal de 23% após o período de relatório.</p>																					
	<p><i>40.1.1 Índice de endividamento</i></p>																					
	<p>O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:</p>																					
	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/09</th> <th style="text-align: right;">31/12/08</th> </tr> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">R\$ mil</th> <th style="text-align: right;">R\$ mil</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dívida (a)</td> <td style="text-align: right;">57.542</td> <td style="text-align: right;">57.078</td> </tr> <tr> <td>Caixa e saldos de bancos</td> <td style="text-align: right;">(23.621)</td> <td style="text-align: right;">(19.778)</td> </tr> <tr> <td>Dívida líquida</td> <td style="text-align: right;"><u>33.921</u></td> <td style="text-align: right;"><u>37.300</u></td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido (b)</td> <td style="text-align: right;"><u>171.797</u></td> <td style="text-align: right;"><u>166.962</u></td> </tr> <tr> <td>Índice de endividamento líquido</td> <td style="text-align: right;"><u>19,7%</u></td> <td style="text-align: right;"><u>22,3%</u></td> </tr> </tbody> </table>		31/12/09	31/12/08		R\$ mil	R\$ mil	Dívida (a)	57.542	57.078	Caixa e saldos de bancos	(23.621)	(19.778)	Dívida líquida	<u>33.921</u>	<u>37.300</u>	Patrimônio líquido (b)	<u>171.797</u>	<u>166.962</u>	Índice de endividamento líquido	<u>19,7%</u>	<u>22,3%</u>
	31/12/09	31/12/08																				
	R\$ mil	R\$ mil																				
Dívida (a)	57.542	57.078																				
Caixa e saldos de bancos	(23.621)	(19.778)																				
Dívida líquida	<u>33.921</u>	<u>37.300</u>																				
Patrimônio líquido (b)	<u>171.797</u>	<u>166.962</u>																				
Índice de endividamento líquido	<u>19,7%</u>	<u>22,3%</u>																				
	<p>(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 32 e nº 34.</p>																					
	<p>(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.</p>																					
IFRS 7.21	<p><b>40.2. Principais políticas contábeis</b></p>																					
	<p>Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 destas demonstrações financeiras.</p>																					



**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

40.3.3. Passivos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IFRS 7.10 (a) Mudanças no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito reconhecidas durante o período (*)	(20)	–
IFRS 7.10 (a) Mudanças acumuladas no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito (*)	(20)	–
IFRS 7.10 (b) Diferença entre o valor contábil e o valor contratual no vencimento:		
• Ações preferenciais cumulativas ao valor justo (nota explicativa nº 34)	14.875	–
• Montante a pagar no vencimento	15.000	–
	(125)	–

IFRS 7.11 (\*) A mudança no valor justo atribuída à mudança no risco de crédito é calculada pela diferença entre a mudança total no valor justo das ações preferenciais cumulativas (R\$125.000) e a mudança no valor justo das ações preferenciais decorrentes unicamente de uma mudança nos fatores de risco de mercado (R\$105.000). A mudança no valor justo decorrente de fatores de risco de mercado foi calculada com base em curvas de juros de mercado no final do período de relatório, enquanto a margem de risco de crédito permanecia constante. O valor justo das ações preferenciais cumulativas resgatáveis foi estimado com base nos fluxos de caixa estimados descontados pelas curvas de juros de mercado no final do período de relatório e da obtenção da cotação dos credores para os empréstimos com prazo de vencimento similares para estimar a margem de risco de crédito.

IFRS 7.31 40.4. Reclassificação de ativos financeiros

	Valor justo na data de reclassificação		Valor contábil no fim do exercício		Valor justo no fim do exercício	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
IFRS 7.12A (a) e (b) Reclassificados em 1º de março de 2009:						
• De mantidos para negociação para disponíveis para venda	509	–	419	–	419	–
• De mantidos para negociação para empréstimos e recebíveis	–	–	–	–	–	–
• De mantidos para negociação para mantidos até ao vencimento	–	–	–	–	–	–
• De disponíveis para venda para empréstimos e recebíveis	–	–	–	–	–	–
Total	509	–	419	–	419	–

IFRS 7.12A (c) O Grupo optou por reclassificar certos títulos de mantidos para negociação para disponíveis para venda. A intenção no reconhecimento inicial era vender esses títulos em um curto prazo. Entretanto, em virtude da expressiva queda de liquidez desses ativos nos mercados em que seriam negociados no segundo semestre de 2008 e início de 2009, em conjunto com a deterioração da transparência dos preços e a disposição dos investidores de adquirirem os ativos, o Grupo concluiu que os critérios de reclassificação tinham sido atendidos. Conseqüentemente, os ativos foram reclassificados em 1º de março de 2009.

Os títulos foram reclassificados pelo valor justo na data de reclassificação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

		Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IFRS 7.12A (d)	Ganho (perda) de valor justo reconhecido no período relacionado a ativos financeiros reclassificados de mantidos para negociação para disponíveis para venda:		
	• No resultado	(12)	–
	• Em outros resultados abrangentes	(90)	–
	Total	(108)	–
IFRS 7.12A (e)	Ganho (perda) de valor justo que seria reconhecido no resultado se o ativo financeiro não tivesse sido reclassificado	(90)	–
	Receita financeira reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva	35	–
	Perdas por redução ao valor recuperável	–	–
	Ganho ou perda de variação cambial	–	–
	Total reconhecido no resultado	35	–
IFRS 7.12A (e)	Devido às reclassificações em 1º de março de 2009, o lucro para o exercício corrente está aumentado em R\$90.000 e outros resultados abrangentes do exercício está diminuído em R\$90.000 em relação ao que seria obtido caso os ativos financeiros não tivessem sido reclassificados.		
		Reclassificados de mantidos para negociação para disponíveis para venda	
		Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
IFRS 7.12A (f)	Juros efetivos na data da reclassificação dos ativos financeiros:		
	Taxa de juros efetiva (intervalo)	8.0% – 8.3%	–
	Taxa de juros efetiva (média ponderada)	8.06%	–
		R\$ mil	R\$ mil
IFRS 7.12A (f)	Fluxos de caixa recuperáveis estimados na data da reclassificação:		
	• Até 1 ano	–	–
	• Entre 1 e 3 anos	70	–
	• Entre 3 e 5 anos	439	–
	• Mais de 5 anos	–	–
	Total	509	–

IFRS 7.31

**40.5. Objetivos da gestão do risco financeiro**

A Tesouraria Corporativa do Grupo coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço), crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa.

O Grupo procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros derivativos para proteção dessas exposições aos riscos. O uso de derivativos é orientado pelas políticas do Grupo, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios por escrito relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e ao investimento da liquidez excedente. O atendimento às políticas e aos limites de exposição é revisado pelos auditores internos periodicamente. O Grupo não opera nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

A Tesouraria Corporativa do Grupo apresenta relatórios trimestralmente ao Comitê de Gestão de Riscos, um grupo independente de profissionais que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**40.6. Risco de mercado**

IFRS 7.33 Por meio de suas atividades, o Grupo fica exposto principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio (vide nota explicativa nº 40.8) e das taxas de juros (vide nota explicativa nº 40.9). O Grupo possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados à taxa de juros e câmbio, inclusive:

- Contratos futuros de moeda para proteger o risco de mudanças nas taxas de câmbio decorrentes da exportação de equipamentos eletrônicos aos Países B e C.
- “Swaps” de taxa de juros para mitigar o risco de aumento das taxas de juros.
- Contratos futuros de moeda para proteção do risco de taxa de câmbio resultante da conversão do investimento do Grupo nas operações da Subfour Limited no exterior, cuja moeda funcional é a Moeda B.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas com base no “Value-at-Risk – VaR” e complementadas por análises de sensibilidade.

IFRS 7.33 (c) Não houve mudança na exposição do Grupo aos riscos de mercado ou na maneira pela qual o Grupo administra e mensura esses riscos.

IFRS 7.41 **40.7. Análise de “Value at Risk – VaR”**

A mensuração do risco de VaR estima a perda potencial no lucro antes dos impostos para um determinado horizonte de tempo dada uma probabilidade específica de ocorrência. A metodologia VaR é uma abordagem definida estatisticamente baseada na probabilidade e considera as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições compensatórias e correlações entre os produtos e o mercado. Os riscos podem ser mensurados consistentemente para todos os mercados e produtos e a mensuração do risco pode ser combinada para se chegar a uma única probabilidade de risco. Um número de VaR com 99% para um dia reflete uma probabilidade de 99% de que a perda diária não ultrapasse o VaR apresentado.

As metodologias do VaR utilizadas para calcular os números diários de risco incluem abordagens históricas e de variância e co-variância. Além dessas duas metodologias, as simulações de Monte Carlo são mensalmente aplicadas às diversas carteiras para determinar exposições futuras em potencial.

VaR histórico (99% para um dia)  
por tipo de risco

	Média		Mínimo		Máximo		Exercício findo	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Moeda estrangeira	980	1.340	546	943	1.200	1.600	980	1.350
Taxa de juros	115	60	85	45	150	95	105	55
Diversificação	(45)	(40)	–	–	–	–	(55)	(50)
<b>Exposição VaR total</b>	<b>1.050</b>	<b>1.360</b>					<b>1.030</b>	<b>1.355</b>

Enquanto o VaR obtém a exposição diária do Grupo aos riscos de moeda e taxa de juros, a análise de sensibilidade avalia o impacto de uma possível mudança nas taxas de juros ou de moeda estrangeira no exercício. O período mais longo da análise de sensibilidade complementa o VaR e auxilia o Grupo a avaliar sua exposição ao risco de mercado. Mais detalhes sobre a análise de sensibilidade para o risco de moeda estrangeira estão demonstrados na nota explicativa nº 40.8 e, para os riscos de taxa de juros, na nota explicativa nº 40.9.

**40.8. Gestão do risco de moeda estrangeira**

IFRS 7.33 e 34 O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pertencentes ao Grupo no final do período de relatório são apresentados a seguir:

	Passivo		Ativo	
	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Moeda do País B	6.297	7.469	1.574	1.671
Moeda do País C	186	135	–	–
Outros	–	–	–	–

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

*40.8.1. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira*

O Grupo está exposto principalmente às moedas dos Países B e C.

IFRS 7.34 (a) e 40 (b)

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. A taxa de sensibilidade utilizada é 10%, para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do período de relatório para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros e empréstimos entre as operações do Grupo no exterior quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Um número positivo indica um aumento no resultado e em outras participações quando o real é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Para uma desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão, haveria um impacto igual e oposto no resultado e nas outras participações e os saldos apresentados a seguir seriam negativos.

	Impacto da Moeda B		Impacto da Moeda C	
	2009	2008	2009	2008
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
IFRS 7.40 (a) Resultado	834	1.792 (a)	134	257 (c)
IFRS 7.40 (a) Outras participações	962	1.232 (b)	70	69 (d)

(a) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em Moeda B no final do período de relatório.

(b) Resulta das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos designados como "hedge" de fluxo de caixa e de investimento líquido.

(c) Refere-se principalmente à exposição aos saldos a pagar em aberto mensurados na Moeda C no final do período de relatório.

(d) Resulta principalmente das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos designados como "hedge" de fluxo de caixa.

IFRS 7.33 (c)

A sensibilidade do Grupo à moeda estrangeira diminuiu durante o período corrente principalmente por causa da venda dos investimentos e da redução das vendas realizadas na Moeda B no último trimestre do exercício, o que resultou em contas a receber de clientes inferiores em Moeda B.

IFRS 7.42

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício. As vendas denominadas em Moeda B são sazonais, sendo o volume de vendas mais baixo no último trimestre do exercício, o que resulta em uma redução dos recebíveis em Moeda B no fim do exercício.

Adicionalmente, a mudança no patrimônio líquido devido a uma variação de 10% do real em relação a todas as taxas de câmbio utilizadas na conversão de novos instrumentos de "hedge" de investimentos seria uma redução de R\$13.000 (R\$9.000 em 2008). Entretanto, o efeito líquido no patrimônio líquido seria nulo, porque a variação seria compensada com a conversão da operação estrangeira.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IFRS 7.22, 33 e 34

**40.8.2. Contratos futuros de moeda**

Como parte da política do Grupo de contratar contratos futuros de moeda para cobrir de 70% a 80% da exposição gerada pelos pagamentos e recebimentos específicos em moeda estrangeira. O Grupo também contrata contratos futuros de moeda para administrar o risco de taxa de câmbio decorrente de transações de compras e vendas previstas para seis meses, em que se busca proteger 40% a 50% da exposição gerada. Ajustes são feitos na base dos valores contábeis de itens não financeiros objetos de "hedge", quando a transação de compra e venda prevista ocorre.

No exercício corrente, o Grupo designou alguns contratos futuros de câmbio como "hedge" de seu investimento líquido na Subfour Limited, cuja moeda funcional é a Moeda B. A política do Grupo foi revisada e, devido ao aumento da volatilidade da Moeda B, a Administração decidiu tornar objeto de "hedge" mais de 50% dos ativos líquidos da Subfour Limited em relação ao risco de taxa de câmbio resultante da conversão das operações no exterior. O Grupo utiliza uma estratégia de rolagem do "hedge" através de contratos com prazos de até seis meses. Ao vencer um contrato a termo, o Grupo fecha um novo acordo designado como uma relação de "hedge" separada.

A tabela a seguir mostra detalhes dos contratos futuros de moeda em aberto no final do período de relatório:

Contratos em aberto	Taxa de câmbio média		Moeda estrangeira		Valor nominal		Valor justo	
	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
			\$ mil	\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>"Hedges" de fluxo de caixa</b>								
<b>Compra de Moeda B</b>								
Menos de 3 meses	0,770	0,768	2.493	2.010	3.238	2.617	152	110
De 3 a 6 meses	0,768	0,750	1.974	1.958	2.570	2.611	92	34
<b>Vendas de Moeda B</b>								
Menos de 3 meses	0,780	0,769	982	1.028	1.259	1.337	(70)	26
<b>Compras de Moeda C</b>								
Menos de 3 meses	86,29	85,53	12.850	20.000	149	234	(5)	50
<b>"Hedges" de investimento líquido</b>								
<b>Vendas de Moeda B</b>								
De 3 a 6 meses	0,763	–	1.000	–	1.297	–	(12)	–
							<u>157</u>	<u>220</u>

Nota: A tabela anterior apresenta um exemplo de dados quantitativos resumidos sobre a exposição a riscos de taxa de câmbio no final do período de relatório que uma entidade pode fornecer internamente ao pessoal-chave da Administração.

O Grupo assinou contratos para fornecimento de equipamentos eletrônicos aos clientes do País B. O Grupo assinou contratos futuros de moeda (com prazos não superiores a três meses) para a cobertura do risco de taxa de câmbio decorrente dessas transações futuras previstas, que foram designados como "hedge" de fluxo de caixa.

IFRS 7.23 (a)

Em 31 de dezembro de 2009, as perdas não realizadas com contratos futuros de moeda, diferidas na reserva de "hedge" e relacionadas à exposição dessas transações futuras previstas, eram de R\$70.000 (ganhos de R\$26.000 em 2008). A previsão é de que as vendas sejam efetivadas nos primeiros três meses do próximo exercício, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será reclassificado para o resultado.

O Grupo assinou contratos para compra de matéria-prima dos fornecedores dos Países B e C. O Grupo assinou contratos futuros de moeda (com prazos não superiores a seis meses) para proteger o risco de taxa de câmbio decorrente dessas compras futuras previstas, que foram designados como "hedge" de fluxo de caixa.

Fonte	International GAAP Holdings Limited
	<p><b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b></p>
IFRS 7.23 (a)	<p>Em 31 de dezembro de 2009, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, diferidos na reserva de "hedge" e relacionados a essas compras futuras previstas, era de R\$239.000 (ganhos não realizados de R\$194.000 em 2008). A previsão é de que as compras ocorrerão nos primeiros seis meses do próximo exercício, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será incluído no valor contábil das matérias-primas. A previsão é que as matérias-primas serão convertidas em estoque e vendidas em 12 meses após a data da compra, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será reclassificado para o resultado.</p>
IFRS 7.23 (b)	<p>No início do terceiro trimestre de 2009, o Grupo reduziu sua previsão de vendas de equipamentos eletrônicos ao País B, tendo em vista o aumento da concorrência local e os maiores custos de transporte. O Grupo já havia designado como objeto de "hedge" o montante de R\$1,079 milhão referente a vendas futuras, deste R\$97.000 não são mais esperados de ocorrerem, enquanto R\$982.000 continuam altamente prováveis. Consequentemente, o Grupo reclassificou ganhos diferidos com contratos futuros de câmbio de R\$3.000 da reserva de "hedge" para o resultado, referente às vendas anteriormente previstas e que deixaram de ser altamente prováveis.</p>
IFRS 7.24 (c)	<p>Em 31 de dezembro de 2009, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos "hedges" de investimento líquido na Subfour Limited.</p>
IFRS 7.33 e 34	<p><b>40.9. Gerenciamento do risco de taxa de juros</b></p> <p>O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas e pelo uso de contratos de "swap" e contratos futuros de taxas de juros. As atividades de "hedge" são avaliadas regularmente para alinhar com as expectativas de taxa de juros e a disposição para tomada de risco definida; garantindo que as estratégias de "hedge" mais favoráveis sejam aplicadas.</p> <p>A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.</p> <p><i>40.9.1. Análise de sensibilidade da taxa de juros</i></p>
IFRS 7.40 (b)	<p>A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 0,5% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.</p>
IFRS 7.34 (a)	<p>Se as taxas de juros fossem 0,5% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantiveram constantes:</p>
IFRS 7.40 (a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 diminuiria/aumentaria em R\$43.000 (redução/aumento de R\$93.000 em 2008). Isso ocorre principalmente devido à exposição do Grupo às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.</li> <li>• Outros resultados abrangentes do exercício diminuiriam/aumentariam em R\$19.000 (redução/aumento de R\$12.000 em 2008), principalmente como resultado das mudanças no valor justo dos instrumentos a taxas prefixadas disponíveis para venda.</li> </ul>
IFRS 7.33 (c)	<p>A sensibilidade do Grupo às taxas de juros diminuiu durante o exercício atual principalmente devido à redução nos instrumentos de dívida a taxas variáveis e ao aumento nos "swaps" de taxa pós-fixada para prefixada.</p>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

40.9.2. Contratos de “swap” de taxa de juros

IFRS 7.22, 33 e 34

De acordo com os contratos de “swap” de taxa de juros, o Grupo concorda em trocar a diferença entre os valores de taxa de juros prefixadas e pós-fixadas calculados a partir do valor nominal acordado. Tais contratos permitem ao Grupo mitigar o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxa de juros fixa e nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida. O valor justo dos “swaps” de taxa de juros no final do período de relatório é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros utilizando as curvas naquela data e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no final do período de relatório.

IFRS 7.34 (a)

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de “swap” de taxa de juros em aberto no final do período de relatório:

**“Hedges” de fluxo de caixa**

Contratos em aberto que recebem taxa de juros pós-fixadas e pagam taxas prefixadas

	Taxa prefixada média contratada		Valor nominal		Valor justo	
	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
	%	%	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Menos de 1 ano	7,45	6,75	1.000	4.000	72	37
De 1 a 2 anos	7,15	7,05	2.000	1.620	55	47
De 2 a 5 anos	6,75	6,50	3.000	1.359	130	93
Mais de 5 anos	7,05	–	1.000	–	27	–
			<u>7.000</u>	<u>6.979</u>	<u>284</u>	<u>177</u>

Nota: A tabela anterior apresenta um exemplo de dados quantitativos resumidos sobre a exposição a riscos de taxas de juros no final do período de relatório que uma entidade pode fornecer internamente ao pessoal-chave da Administração.

Os “swaps” de taxa de juros são liquidados trimestralmente. A taxa de juros pós-fixada nos “swaps” de taxa de juros corresponde à taxa interbancária do País A. O Grupo irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

IFRS 7.22 e 23 (a)

Todos os contratos de “swap” de taxa de juros que trocaram taxa de juros pós-fixada por taxa prefixada são designados como “hedge” de fluxo de caixa para reduzir a exposição do fluxo de caixa do Grupo resultante das taxas de juros pós-fixadas dos empréstimos. Os pagamentos dos contratos de “swaps” de taxa de juros e dos juros dos empréstimos ocorrem simultaneamente e o valor diferido no patrimônio líquido é reconhecido no resultado do exercício no qual o pagamento das taxas de juros pós-fixadas da dívida afeta o resultado.

IFRS 7.34 (a)

**“Hedges” de valor justo**

Contratos em aberto que recebem taxa de juros prefixadas e pagam taxas pós-fixadas

	Taxa prefixada média contratada		Valor nominal		Valor justo	
	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
	%	%	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Menos de 1 ano	8,15	–	3.701	–	(5)	–
[descrever]	–	–	–	–	–	–
			<u>3.701</u>	<u>–</u>	<u>(5)</u>	<u>–</u>
“Swaps” de taxas de juros mantidos para negociação de 1 a 2 anos	7,5	–	15.000	–	(51)	–
[descrever]	–	–	–	–	–	–
			<u>15.000</u>	<u>–</u>	<u>(51)</u>	<u>–</u>

Nota: A tabela anterior apresenta um exemplo de dados quantitativos resumidos sobre a exposição a riscos de taxas de juros no final do período de relatório que uma entidade pode fornecer internamente ao pessoal-chave da Administração.

Fonte	International GAAP Holdings Limited
	<p><b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)</b></p>
IFRS 7.39 (a)	<p>Os “swaps” de taxa de juros são liquidados trimestralmente. As taxas pós-fixadas nos “swaps” de taxa de juros correspondem às taxas interbancárias do País A. O Grupo irá liquidar o contrato pelo líquido com base na diferença do valor apurado entre a taxa de juros prefixada e a pós-fixada.</p>
IFRS 7.24 (a)	<p>Os contratos de “swap” que trocam taxas de juros prefixadas por taxas de juros pós-fixadas são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação às taxas de juros. Durante o exercício, o “hedge” foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil do empréstimo foi ajustado em R\$5.000 e reconhecido no resultado no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.</p>
	<p><b>40.10. Outros riscos de preço</b></p> <p>O Grupo está exposto ao risco do preço de investimentos em instrumentos de patrimônio. Os investimentos em instrumentos de patrimônio são mantidos principalmente para fins estratégicos, mais do que para fins de negociação. O Grupo não negocia ativamente esses investimentos.</p>
	<p><i>40.10.1. Análise de sensibilidade dos instrumentos de patrimônio</i></p>
IFRS 7.40 (b)	<p>A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição ao preço dos instrumentos de patrimônio no final do período de relatório.</p>
IFRS 7.40 (a)	<p>Caso o preço dos instrumentos de patrimônio fosse 5% mais alto/baixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não teria sido afetado, uma vez que as participações são classificadas como disponíveis para venda e não foram alienadas nem apresentaram redução ao valor recuperável.</li> <li>• As outras reservas de capital teriam aumentado/diminuído em R\$297.000 (aumentado/diminuído em R\$286.000 em 2008) como resultado das mudanças no valor justo dos instrumentos de patrimônio disponíveis para venda.</li> </ul>
IFRS 7.40 (c)	<p>A sensibilidade do Grupo aos preços das ações não mudou significativamente em relação ao exercício anterior.</p>
IFRS 7.33, 34 e B8	<p><b>40.11. Gerenciamento de risco de crédito</b></p>
	<p>O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. O Grupo negocia somente com empresas avaliadas com mesmo grau ou grau maior de investimento. Essas informações são obtidas de agências de “rating” independentes, quando disponíveis, e, quando não disponíveis, o Grupo utiliza outras informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição do Grupo e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados anualmente pelo Comitê de Gestão de Riscos.</p>
	<p>As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes indústrias e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de seguros de garantia de crédito é adquirida.</p>
	<p>Além da Empresa A, o maior cliente do Grupo (vide notas explicativas nº 6.8 e nº 25.1), o Grupo não possui nenhuma exposição ao risco de crédito com nenhuma contraparte ou grupo de contrapartes com características semelhantes. O Grupo define como contrapartes como tendo características semelhantes aquelas que são empresas relacionadas. A concentração de risco de crédito em relação à Empresa A não excedeu os 20% dos ativos monetários brutos em qualquer período durante o exercício. A concentração de risco de crédito a qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 5% dos ativos monetários brutos em nenhum período durante o exercício.</p>
	<p>O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto “rating” de crédito avaliado por agências internacionais de “rating”.</p>
IFRS 7.36 (a)	<p>Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, o valor contábil dos ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras, líquido das perdas por redução ao valor recuperável, corresponde à exposição máxima do Grupo ao risco de crédito sem considerar o valor de garantias ou qualquer outra melhoria de crédito obtida.</p>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

40.11.1. *Ativos financeiros e outras exposições de crédito*

	Risco de crédito máximo	
	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Garantia fornecida por uma controlada para assegurar o financiamento a outra controlada pelo Grupo no exterior	18.000	15.000
Garantia fornecida a um banco em um empréstimo de uma empresa controlada em conjunto	–	–
Outros [descrever]	–	–

O Grupo não detém nenhuma garantia nem outra garantia de crédito para proteger esse risco de crédito.

IFRS 7.34 (c)

A tabela a seguir demonstra o limite de crédito e o saldo das cinco principais contrapartes no final do período de relatório utilizando os “ratings” da Standard and Poor’s.

Contraparte	Localização	“Rating”	31/12/09		31/12/08	
			Limite de crédito	Valor contábil	Limite de crédito	Valor contábil
			R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Companhia A	País A	AA	9.000	7.940	9.000	7.900
Companhia B	País A	A	10.000	7.450	10.000	7.360
Companhia C	País A	A	7.500	7.300	7.500	7.350
Companhia D	País A	B	8.000	5.800	8.000	5.650
Companhia E	País A	B	8.000	2.100	8.000	1.700
Companhia F	País B	BB	800	750	800	700

40.12. *Gerenciamento do risco de liquidez*

IFRS 7.33 e 39 (c)

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A nota explicativa nº 40.12.2 inclui linhas de crédito não utilizadas que o Grupo tem à disposição para reduzir futuramente o risco de liquidez.

40.12.1. *Tabelas de riscos de liquidez e juros*

IFRS 7.34, 35 e 39 (a)

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no final do período de relatório. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Nota: As tabelas a seguir incluem a média ponderada da taxa de juros efetiva e uma reconciliação do valor contábil na demonstração da posição financeira como exemplo de dados quantitativos resumidos sobre a exposição a riscos de taxas de juros no final do período de relatório que uma entidade pode fornecer internamente ao pessoal-chave da Administração.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>31 de dezembro de 2009</b>							
Títulos não remunerados	–	3.247	13.126	–	3.000	–	19.373
Passivos de arrendamento financeiro	7,00	1	2	7	6	–	16
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	8,18	893	339	3.136	6.890	–	11.258
Instrumentos a taxas de juros prefixadas	7,56	1.735	4.825	12.389	30.035	2.898	51.882
Contratos de garantia financeira	–	2.000	–	–	–	–	2.000
		<u>7.876</u>	<u>18.292</u>	<u>15.532</u>	<u>39.931</u>	<u>2.898</u>	<u>84.529</u>
<b>31 de dezembro de 2008</b>							
Títulos não remunerados	–	5.038	16.182	–	–	–	21.220
Passivos de arrendamento financeiro	7,00	5	10	43	44	–	102
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	8,08	7.701	1.409	7.045	24.921	–	41.076
Instrumentos a taxas de juros prefixadas	8,03	1.554	3.129	7.238	15.945	–	27.866
Contratos de garantia financeira	–	1.600	–	–	–	–	1.600
		<u>15.898</u>	<u>20.730</u>	<u>14.326</u>	<u>40.910</u>	<u>–</u>	<u>91.864</u>

No final do período de relatório, não era provável que a contraparte do contrato da garantia financeira fosse reclamar o valor estabelecido pelo contrato. Consequentemente, não foi atribuído esse valor.

IFRS 7.B10 (b)

Os valores demonstrados anteriormente referentes às garantias contratuais são o máximo que o Grupo pode ser obrigado a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte. No final do período de relatório, o Grupo considera que é mais provável do que não que qualquer valor seja pago nos termos desse acordo. Entretanto, essa previsão está sujeita à mudança, dependendo da probabilidade de a contraparte cobrar a garantia, que decorre da probabilidade de os recebíveis financeiros detidos pela contraparte e garantidos virem a sofrer perdas de crédito.

IFRS 7.B 10 (c)

O valor máximo que o Grupo pode ser obrigado a liquidar conforme os termos dos contratos de garantia financeira, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte, é R\$2 milhões (R\$1,6 milhão em 2008).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IFRS 7.34 e 35

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos do Grupo. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez do Grupo, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>31 de dezembro de 2009</b>							
Títulos não remunerados	–	11.216	9.426	941	–	–	21.583
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	5,75	20.979	1.367	3.944	2.448	–	28.738
Instrumentos a taxas de juros prefixadas	7,38	42	85	2.815	2.681	–	5.623
		<u>32.237</u>	<u>10.878</u>	<u>7.700</u>	<u>5.129</u>	<u>–</u>	<u>55.944</u>
<b>31 de dezembro de 2008</b>							
Títulos não remunerados	–	8.493	8.516	248	–	–	17.257
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	4,83	20.418	1.125	5.204	1.911	–	28.658
Instrumentos a taxas de juros prefixadas	7,00	–	–	–	2.600	–	2.600
		<u>28.911</u>	<u>9.641</u>	<u>5.452</u>	<u>4.511</u>	<u>–</u>	<u>48.515</u>

IFRS 7.B10A (b)

Os valores incluídos anteriormente para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

IFRS 7.39 (c)

Conforme descrito na nota explicativa nº 40.12, o Grupo tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período de relatório é R\$9,268 milhões (R\$12,617 milhões em 2008). O Grupo espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacionais e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IFRS 7.39 (b)

A tabela a seguir mostra em detalhes a análise de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos do Grupo. A tabela foi elaborada de acordo com as entradas (saídas) de recursos líquidas e não descontadas dos instrumentos derivativos que permitem liquidação pelo valor líquido e com as entradas (saídas) de recursos brutos desses derivativos que exigem a liquidação pelo valor bruto. Quando o valor a pagar ou receber não é fixo, o valor apresentado é determinado com base nas taxas de juros projetadas conforme demonstrado pelas curvas de desempenho existentes no final do período de relatório.

	Menos de 1 mês R\$ mil	De 1 a 3 meses R\$ mil	De 3 meses a 1 ano R\$ mil	De 1 a 5 anos R\$ mil	Mais de 5 anos R\$ mil
<b>31 de dezembro de 2009</b>					
Liquidação pelo valor líquido:					
• “Swaps” de taxa de juros	11	50	205	302	121
• Contratos futuros de moeda	(5)	(21)	13	–	–
Liquidação pelo valor bruto:					
• Contratos futuros de moeda	12	35	–	–	–
• “Swaps” de moeda	–	–	–	–	–
	<u>18</u>	<u>64</u>	<u>218</u>	<u>302</u>	<u>121</u>
<b>31 de dezembro de 2008</b>					
Liquidação pelo valor líquido:					
• “Swaps” de taxa de juros	7	18	22	160	82
• Contratos futuros de moeda	10	15	9	–	–
Liquidação pelo valor bruto:					
• Contratos futuros de moeda	65	132	21	–	–
• “Swaps” de moeda	–	–	–	–	–
	<u>82</u>	<u>165</u>	<u>52</u>	<u>160</u>	<u>82</u>

*40.12.2. Linhas de financiamento*

IAS 7.50 (a)

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil
Conta garantida não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
• Utilizado	520	314
• Não utilizado	1.540	2.686
	<u>2.060</u>	<u>3.000</u>
Letras de câmbio não asseguradas, revisadas anualmente:		
• Utilizadas	358	916
• Não utilizadas	1.142	1.184
	<u>1.500</u>	<u>2.100</u>
Conta garantida assegurada:		
• Utilizado	18	64
• Não utilizado	982	936
	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2011 e que podem ser estendidos de comum acordo:		
• Utilizadas	14.982	17.404
• Não utilizadas	5.604	7.811
	<u>20.586</u>	<u>25.215</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**40.13. Valor Justo dos instrumentos financeiros**

*40.13.1. Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado*

IFRS 7.25  
e 29 (a)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos:

	31/12/09		31/12/08	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>	<b>24.400</b>	<b>24.602</b>	<b>20.285</b>	<b>20.125</b>
• Empréstimos a partes relacionadas	3.637	3.808	3.088	3.032
• Recebíveis de arrendamento financeiro	1.028	1.102	905	898
• Contas a receber de clientes e outras	19.735	19.692	16.292	16.195
<b>Investimentos mantidos até o vencimento:</b>	<b>5.905</b>	<b>5.922</b>	<b>4.015</b>	<b>4.016</b>
• "Commercial paper"	5.405	5.420	4.015	4.016
• Debêntures	500	502	–	–
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado:</b>	<b>53.583</b>	<b>52.273</b>	<b>71.427</b>	<b>70.707</b>
• "Commercial paper"	358	360	916	920
• Notas conversíveis	4.144	4.150	–	–
• Notas perpétuas	1.905	2.500	–	–
• Empréstimos bancários a taxas prefixadas	11.000	10.650	11.000	10.840
• Empréstimos de partes relacionadas	12.917	11.800	34.124	33.900
• Empréstimos de outras empresas	4.276	3.980	4.167	4.050
• Empréstimo governamentais sem juros	2.610	2.611	–	–
• Contas a pagar a fornecedores e outras	16.373	16.222	21.220	20.997

*40.13.2. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo*

IFRS 7.27

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (inclui notas resgatáveis listadas, "commercial paper", debêntures e notas perpétuas).
- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com os modelos de precificação geralmente aceitos. Tais modelos utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável.
- O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" de taxas de juros são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.
- O valor justo dos contratos de garantia financeira é determinado com base em modelo de precificação de opções onde as principais premissas são de probabilidade de inadimplência pela contraparte específica, calculada com base em informações de mercado, e o montante da perda em caso de inadimplência.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

*40.13.3. Mensuração de valor justo reconhecida na demonstração da posição financeira*

IFRS 7.27B (a)

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/09			
	Nível 1 R\$ mil	Nível 2 R\$ mil	Nível 3 R\$ mil	Total R\$ mil
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>				
Ativos financeiros derivativos	–	528	–	528
Ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação	–	–	539	539
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>				
Notas resgatáveis	2.200	–	–	2.200
Instrumentos de patrimônio sem cotação	–	–	6.300	6.300
Títulos reclassificados de valor justo por meio do resultado	–	–	419	419
<b>Total</b>	<b>2.200</b>	<b>528</b>	<b>7.258</b>	<b>9.986</b>
<b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>				
Contrapartida contingente em combinação negócios	–	–	(75)	(75)
Outros passivos financeiros derivativos	–	(143)	–	(143)
Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	–	(14.875)	–	(14.875)
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>(15.018)</b>	<b>(75)</b>	<b>(15.093)</b>

IFRS 7.27B (b)

Durante o período não houve nenhuma transferência entre os Níveis 1 e 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

IFRS 7.27B (c)

Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos ativos financeiros:

	Valor justo por meio do resultado		Disponíveis para venda		Total
	Títulos mantidos para negociação	Instrumentos de patrimônio sem cotação	Títulos		
			2009	2009	
	2009	2009	2009	2009	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
Saldo inicial	1.247	5.735	–	6.982	
Ganhos ou perdas totais:					
• No resultado	(133)	–	–	(133)	
• Em outros resultados abrangentes	–	205	(90)	115	
Reclassificações de títulos (vide nota explicativa nº 40.4)	(509)	–	509	–	
Reclassificação da participação restante na E Plus Limited de investimento em coligadas para disponíveis para venda após venda de participação restante (vide nota explicativa nº 20)	–	360	–	360	
Aquisições	–	–	–	–	
Emissões	–	–	–	–	
Liquidações	(66)	–	–	(66)	
Transferências do Nível 3	–	–	–	–	
Saldo final	539	6.300	419	7.258	

A tabela anterior inclui ativos financeiros. Os únicos passivos financeiros posteriormente mensurados ao valor justo na mensuração de valor justo de Nível 3 representam contrapartidas contingentes relacionadas à aquisição da Subsix Limited (vide nota explicativa nº 44.2). Nenhum ganho ou perda para o período relacionado a esse passivo contingente foi reconhecido na [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado].

IFRS 7.27B (d)

Dos ganhos ou das perdas totais para o período incluídos no resultado, R\$102.000 referem-se a títulos mantidos no final do período de relatório. Os ganhos ou as perdas de valor justo sobre títulos foram incluídos em “Outros ganhos e perdas” (vide nota explicativa nº 8).

Todos os ganhos e perdas incluídos em “Outros resultados abrangentes” referem-se a títulos e instrumentos de patrimônio sem cotação mantidos no final do período de relatório, apresentados como variações na “Reserva de reavaliação de investimentos” (vide nota explicativa nº 29.3).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IFRS 7.27 40.13.4. Principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros

**Ações preferenciais cumulativas resgatáveis**

A taxa de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa foi de 7,43% com base na taxa de "swap" de 7,15% cotada para um empréstimo de 18 meses e a margem de risco de crédito foi mantida constante.

IFRS 7.27

**Notas conversíveis**

O valor justo do componente do passivo das notas conversíveis é determinado considerando que o resgate será feito em 1º de setembro de 2012, sendo utilizada uma taxa de juros de 7,95%, com base em uma taxa de "swap" de 6,8%, cotada para um empréstimo de 44 meses, com margem de risco de crédito mantida constante.

IFRS 7.27B (e)

**Ações sem cotação**

As demonstrações financeiras incluem ações detidas não listadas em bolsa, mensuradas pelo valor justo (nota explicativa nº 22). O valor justo é estimado com base no modelo de fluxo de caixa descontado que inclui algumas premissas que não são apoiadas em preços ou taxas de mercado observáveis. Na apuração do valor justo, foram utilizadas taxas de crescimento de lucros de 5,2% (4,9% em 2008) e uma taxa de desconto ajustada pelo risco de 12,2% (11,9% em 2008). Caso essas variáveis do modelo de avaliação forem 10% superiores/inferiores, mantendo-se constantes todas as restantes variáveis, o valor contábil das ações diminuiria/aumentaria R\$7.000 (redução/aumento de R\$8.000 em 2008).

IFRS 7.27B (e)

**Títulos**

As demonstrações financeiras incluem títulos mensurados ao valor justo que são lastreados em um conjunto de créditos de financiamentos de automóveis. O valor justo desses títulos (que são classificados como mantidos para negociação, além dos reclassificados para a carteira de disponível para venda) é apurado com base em técnicas de avaliação com base no cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados dos ativos. As variáveis usadas na avaliação incluem algumas premissas relacionadas aos títulos e aos empréstimos que servem de garantia e que não são baseados em preços ou taxas de mercado observáveis (exemplos: antecipações de pagamento e taxas de inadimplência dos empréstimos e perda baseada em tipo de garantia).

A tabela a seguir mostra a sensibilidade dos valores justos de possíveis premissas alternativas em 31 de dezembro de 2009:

	Refletida no resultado		Refletida em outros resultados abrangentes	
	Variação favorável	Variação desfavorável	Variação favorável	Variação desfavorável
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação	120	(112)	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	169	(188)

**41. Receita diferida**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
IAS 20.39 (b) Decorrente do Programa de Fidelidade de Clientes (a)	184	147	104
Decorrente da subvenção governamental (b)	390	-	-
	<u>574</u>	<u>147</u>	<u>104</u>
Corrente	355	52	63
Não corrente	219	95	41
	<u>574</u>	<u>147</u>	<u>104</u>

(a) Receita diferida referente ao Programa Maxi-Points do Grupo (vide nota explicativa nº 2.1).

(b) Receita diferida referente ao benefício recebido de um empréstimo do governo sem juros em dezembro de 2009 (vide nota explicativa nº 32). A receita será compensada com os custos do treinamento a incorrer em 2010 (R\$250.000) e 2011 (R\$140.000).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IFRS 2.44 **42. Pagamentos baseados em ações**

**42.1. Plano de opções de compra de ações para empregados**

IFRS 2.45 (a) O Grupo possui um plano de remuneração baseado em ações para seus executivos e empregados seniores. De acordo com as condições do plano, conforme aprovado pelos acionistas em uma Assembleia Geral Ordinária realizada anteriormente, os executivos e empregados seniores que trabalham há mais de cinco anos no Grupo podem receber opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício de R\$1,00 por ação.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da International GAAP Holdings Limited no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto. As opções podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram.

A quantidade de opções concedida é calculada de acordo com uma fórmula baseada no desempenho e aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada anteriormente e deve ser sujeita à aprovação pelo Comitê de Remuneração. A fórmula recompensa os executivos e empregados seniores na medida em que as metas individuais e do Grupo são alcançadas em relação a critérios qualitativos e quantitativos definidos de acordo com os seguintes indicadores financeiros e de atendimento ao cliente:

- Melhoria no preço da ação.
- Melhoria no lucro líquido.
- Melhoria no retorno aos acionistas.
- Redução nas reclamações por garantias.
- Resultados das pesquisas de satisfação dos clientes.
- Redução na taxa de rotatividade dos empregados.

Os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações vigoraram durante os exercícios atual e anterior:

Séries de opções	<u>Quantidade</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Data de validade</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Valor justo na data da outorga</u>
				R\$	R\$
(1) Emitida em 31 de março de 2008	140.000	31/03/08	30/03/09	1,00	1,15
(2) Emitida em 30 de setembro de 2008	150.000	30/09/08	29/09/09	1,00	1,18
(3) Emitida em 31 de março de 2009	160.000	31/03/09	30/03/10	1,00	1,20
(4) Emitida em 29 de setembro de 2009	60.000	29/09/09	28/09/10	1,00	1,05

Todas as opções são exercíveis na data de outorga e vencem no prazo de 12 meses após a sua emissão ou um mês após a demissão do executivo ou empregado sênior, o que ocorrer primeiro.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**42.2. Valor justo das opções de compra de ações outorgada durante o exercício**

IFRS 2.46 e 47 (a)

A média ponderada do valor justo das opções concedidas durante o exercício financeiro é de R\$1,16 (R\$1,17 em 2008). As opções foram precificadas de acordo com um modelo de precificação de opções binomial. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não-transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais. A volatilidade esperada baseia-se na volatilidade de preços histórica dos últimos cinco anos. Para considerar os efeitos do exercício antecipado das ações, presumiu-se que os executivos e empregados seniores iriam exercer a opção após a data de aquisição quando o preço da ação fosse duas vezes e meia o preço de exercício.

Dados inseridos no modelo	Série de opções			
	Série 1	Série 2	Série 3	Série 4
Preço da ação na data de outorga	2,64	2,67	2,69	2,53
Preço de exercício	1,00	1,00	1,00	1,00
Volatilidade esperada	15,20%	15,40%	13,10%	13,50%
Duração da opção	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Dividendos	13,27%	13,12%	13,00%	13,81%
Taxa de juros livre de risco	5,13%	5,14%	5,50%	5,45%
Outros [descrever]	-	-	-	-

**42.3. Movimentações nas opções de compra de ações durante o exercício**

IFRS 2.45 (b)

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim do exercício:

	2009		2008	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$
Saldo no início do exercício	290.000	1,00	-	-
Concedidas durante o exercício	220.000	1,00	290.000	1,00
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	(314.000)	1,00	-	-
Vencidas durante o exercício	-	-	-	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>196.000</b>	<b>1,00</b>	<b>290.000</b>	<b>1,00</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**42.4. Opções de compra de ações exercidas durante o exercício**

IFRS 2.45 (c)

As seguintes opções de compra foram exercidas durante o exercício:

Série de opções	Quantidade exercida	Data de exercício	Preço da ação na data de exercício R\$
(1) Emitida em 31 de março de 2008	30.000	05/01/09	2,50
(1) Emitida em 31 de março de 2008	45.000	31/01/09	2,25
(1) Emitida em 31 de março de 2008	65.000	15/03/09	2,75
(2) Emitida em 30 de setembro de 2008	65.000	03/07/09	2,95
(2) Emitida em 30 de setembro de 2008	85.000	28/08/09	3,15
(3) Emitida em 31 de março de 2009	24.000	20/12/09	3,50
	<u>314.000</u>		

**42.5. Opções de compra de ações em circulação no fim do exercício**

IFRS 2.45 (d)

As opções em aberto no fim do exercício possuíam preço de exercício de R\$1,00 (R\$1,00 em 2008) e período de duração contratual médio ponderado restante de 145 dias (184 dias em 2008).

**43. Transações com partes relacionadas**

IAS 24.12

IAS 1.138 (c)

A controladora imediata e a controladora final do Grupo são, respectivamente, a X Holdings Limited (estabelecida no País M) e a Y Holdings Limited (estabelecida no País N).

As transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminadas na consolidação e não estão apresentadas nesta nota. Os detalhes a respeito das transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir.

**43.1. Transações comerciais**

IAS 24.17 e 18

Durante o exercício, as empresas do Grupo realizaram as seguintes transações comerciais com partes relacionadas que não são membros do Grupo:

	Venda de produtos		Aquisição de produtos	
	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
X Holdings Limited	693	582	439	427
Controladas da Y Holdings Limited	1.289	981	897	883
Coligadas	398	291	-	-

IAS 24.17 e 18

Os seguintes saldos estavam em aberto no final do período de relatório:

	Valores a receber de partes relacionadas			Valores a pagar para partes relacionadas		
	31/12/09	31/12/08	01/01/08	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
X Holdings Limited	209	197	255	231	139	179
Controladas da Y Holdings Limited	398	293	184	149	78	115
Coligadas	29	142	-	-	-	-

IAS 24.21

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo Grupo, menos o desconto médio de 5%. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes.

IAS 24.17

Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no período referente a dívidas incobráveis em relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**43.2. Empréstimos a partes relacionadas**

	31/12/09	31/12/08	01/01/08
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Empréstimos ao pessoal-chave da Administração	656	107	355
Empréstimos a uma "joint venture"	2.981	2.981	-
	<u>3.637</u>	<u>3.088</u>	<u>355</u>

O Grupo forneceu ao pessoal-chave da Administração e a uma "joint venture" empréstimos de curto prazo a taxas comparáveis à média das taxas de juros comerciais.

IFRS 7.7, 34 (c), 36 (b) e (c)

O empréstimo à "joint venture" é garantido pelo imobilizado desta. O valor justo da garantia é superior ao valor contábil do empréstimo. O Grupo não pode revender a garantia ou oferecê-la novamente em garantia para outra transação em caso de inadimplência da "joint venture".

Os empréstimos a pessoal-chave da Administração não possuem garantia.

**43.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

IAS 24.16

A remuneração dos diretores e demais pessoal-chave da Administração durante o exercício é a seguinte:

	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Benefícios de curto prazo	1.368	1.027
Benefícios pós-emprego	160	139
Outros benefícios de longo prazo	115	176
Pagamentos baseados em ações	94	86
	<u>1.737</u>	<u>1.428</u>

A remuneração da Administração e principais executivos é determinada pelo comitê de remuneração considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

**43.4. Transações com outras partes relacionadas**

IAS 24.17 e 18

Além do descrito, a X Holdings Limited prestou alguns serviços administrativos para a Companhia, em que os honorários de R\$0,18 milhão (R\$0,16 milhão em 2008) foram cobrados e pagos, e uma alocação apropriada dos custos incorridos foi feita pelos respectivos departamentos administrativos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**44. Combinações de Negócios**

IFRS 3.  
B64 (a) a (d)

**44.1. Controladas adquiridas**

	Atividade principal	Data da aquisição	Proporção das ações adquiridas (%)	Contrapartidas transferidas R\$ mil
<b>2009</b>				
Subsix Limited	Financeira	15/07/09	80	505
Subseven Limited	Distribuição	30/11/09	100	687
				1.192
A Subsix Limited foi adquirida com o objetivo de continuar a expansão das atividades de arrendamento do Grupo e a aquisição da Subseven Limited melhorou significativamente a logística de distribuição do Grupo.				
<b>2008</b>				
[descrever]				
				-
				-

Nota: Para fins de simplificar a apresentação deste modelo de demonstrações financeiras, foi assumido que não ocorreram combinações de negócios no exercício comparativo. Se tivesse ocorrido uma combinação de negócios em 2008, todas as divulgações exemplificadas teriam de ser feitas no ano anterior à combinação de negócios.

IFRS 3.B66

As divulgações exemplificadas também seriam necessárias para combinações de negócios após o fim do período de relatório, mas antes de a emissão das demonstrações financeiras ter sido autorizada, a não ser que a contabilização inicial da aquisição estivesse incompleta no momento em que a emissão fosse autorizada. Nesse caso, a entidade teria de descrever que divulgações não poderiam ser feitas e os respectivos motivos.

IFRS 3.B64 (f)

**44.2. Contrapartidas transferidas**

	Subsix Limited R\$ mil	Subseven Limited R\$ mil
Caixa	430	247
Transferência de terrenos e edifícios pelo valor justo na data de aquisição	-	400
Acordo de contrapartida contingente (a)	75	-
Mais: Efeito do término da ação judicial contra a Subseven Limited (b)	-	40
	505	687

IAS 7.40 (a)

IFRS 3.B64 (g)

(a) A contrapartida contingente exige que o Grupo pague aos fornecedores o valor adicional de R\$300.000 se o lucro anual antes de juros e impostos da Subsix Limited em 2010 e 2011 for superior a R\$500.000. O lucro antes dos juros e impostos da Subsix nos últimos três exercícios foi de R\$350.000 em média e a Administração não considera provável que esse pagamento venha a ser requerido. O montante de R\$75.000 representa o valor justo estimado dessa obrigação.

IFRS 3.B64 (l)

(b) Antes da aquisição da Subseven Limited, o Grupo ajuizou uma ação contra essa empresa devido à danificação de produtos em trânsito para um cliente. Apesar de o Grupo estar confiante na sua recuperação, esse valor não tinha sido registrado no ativo. Com base nos requerimentos do IFRS 3 (2008), o Grupo reconheceu a liquidação efetiva da ação com a aquisição da Subseven Limited, reconhecendo o valor de R\$40.000 (referente a valor justo estimado da ação) como um ganho na [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado] na rubrica "Outros ganhos e perdas". Isso ocasionou o respectivo aumento na contrapartida transferida.

IFRS 3.B64 (m)

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$145.000 (Subsix Limited: R\$65.000; Subseven Limited: R\$80.000), foram excluídos da mensuração da contrapartida transferida e reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica "Outras despesas" da [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado].

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

IFRS 3.B64 (i) **44.3. Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição**

IAS 7.40 (d)	Subsix Limited R\$ mil	Subseven Limited R\$ mil	Total R\$ mil
<b>Ativos correntes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	200	–	200
Contas a receber de clientes e outras	87	105	192
Estoques	–	57	57
<b>Ativos não correntes</b>			
Pesquisa e desenvolvimento em andamento	–	–	–
Imobilizado	143	369	512
<b>Passivos correntes</b>			
Contras a pagar a fornecedores e outras	(18)	(35)	(53)
<b>Passivos não correntes</b>			
Impostos diferidos passivos	(17)	–	(17)
Passivos contingentes (nota explicativa nº 35)	(45)	–	(45)
	350	496	846

IFRS 3.B67 (a) A contabilização inicial da aquisição da Subsix Limited foi provisoriamente apurada no final do período de relatório. Para fins fiscais, os valores dos ativos da Subsix têm de ser recalculados com base em valores de mercado e outros fatores. Na data da conclusão destas demonstrações financeiras, as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido finalizados e, por consequência, tinham sido apenas provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da administração dos valores fiscais prováveis. As avaliações de mercado obtidas para fins fiscais também afetam os valores justos reconhecidos dos outros ativos adquiridos como parte da combinação de negócios.

IFRS 3.B64 (h) O valor bruto contratual dos recebíveis adquiridos nessas transações (que incluem, sobretudo, recebíveis de clientes) com valor justo de R\$87.000 (Subsix Limited) e R\$105.000 (Subseven Limited) e o valor nominal de R\$104.000 e R\$120.000, respectivamente. A melhor estimativa na data de aquisição dos fluxos de caixa contratuais, que não se espera serem recebidos, é de R\$10.000 (Subsix Limited) e R\$8.000 (Subseven Limited).

**44.4. Participações não controladoras**

IFRS 3.B64 (o) As participações não controladoras (20%) na Subsix Limited reconhecida na data de aquisição foram mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras e totalizava R\$132.000. Esse valor justo foi estimado com a aplicação de uma abordagem de lucro. As principais premissas utilizadas no modelo para apurar o valor justo foram as seguintes:

- Taxa de desconto entre 18% e 22%.
- Taxas de crescimento sustentável de longo prazo de 3% a 5%.
- Ajustes presumidos devido ao não-controle ou à dificuldade em comercializar essas participações que os participantes no mercado considerariam ao estimar o valor justo da participação de não controladores na Subsix Limited.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**44.5. Ágio gerado na aquisição**

	Subsix Limited R\$ mil	Subseven Limited R\$ mil	Total R\$ mil
Contrapartida transferida	505	687	1.192
Mais: Participações não controladoras	132	-	132
Menos: Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(350)	(496)	(846)
<b>Ágio gerado na aquisição</b>	<b>287</b>	<b>191</b>	<b>478</b>

IFRS 3.B64 (e) Foi gerado ágio na aquisição da Subsix Limited, porque o custo da combinação incluiu montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra da Subsix Limited. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

O Grupo também adquiriu as listas e os relacionamentos com clientes da Subseven Limited como parte da aquisição. Esses ativos não puderam ser reconhecidos separadamente do ágio porque não podem ser separados do Grupo e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados individualmente ou em conjunto com qualquer contrato relacionado.

IFRS 3.B64 (k) A Administração do Grupo não espera que os ágios originados dessas aquisições sejam dedutíveis para fins fiscais.

**44.6. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada**

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 7.40 (b) Contrapartidas pagas em caixa	677	-
IAS 7.40 (c) Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(200)	-
	<b>477</b>	<b>-</b>

**44.7. Impacto das aquisições nos resultados do Grupo**

IFRS 3.B64 (q) O resultado do exercício inclui R\$35.000 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Subsix Limited e R\$13.000 atribuíveis à Subseven Limited. As receitas do exercício incluem R\$2,3 milhões referentes à Subsix Limited e R\$2,8 milhões referentes à Subseven Limited.

IFRS 3.61 Caso essas combinações de negócios tivessem sido efetivadas em 1º de janeiro de 2009, as receitas do Grupo das Operações continuadas seriam de R\$145 milhões e o resultado do exercício das Operações continuadas seria de R\$19,7 milhões. A Administração do Grupo considera que esses valores "pro forma" representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

Para apurar as receitas e o resultado "pro forma" do Grupo se a Subsix Limited e a Subseven Limited tivessem sido adquiridas no início do exercício atual, a Administração:

- calculou a depreciação da fábrica e dos equipamentos adquiridos com base nos valores justos originados da contabilização inicial da combinação de negócios em vez dos valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras de pré-aquisição;
- apurou os custos de empréstimos com base nos níveis de financiamento, classificação de crédito e posição dívida/patrimônio do Grupo após a combinação de negócios; e
- excluiu custos de defesa contra aquisições hostis da adquirente como uma transação pré-aquisição não recorrente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**45. Alienação de controladas**

Em 30 de novembro de 2009, o Grupo alienou a Subzero Limited, responsável por todas as suas operações de fabricação de brinquedos.

**45.1. Contrapartida recebida**

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 7.40 (b) Contrapartida recebida em caixa e equivalentes de caixa	7.854	–
Valor da venda pendente de recebimento (nota explicativa nº 25)	960	–
IAS 7.40 (a) Contrapartida total recebida	<u>8.814</u>	<u>–</u>

**45.2. Análise dos ativos e passivos sobre os quais foi perdido o controle**

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 7.40 (d) <b>Ativos correntes</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	288	–
Contas a receber de clientes	1.034	–
Estoques	2.716	–
<b>Ativos não correntes</b>		
Imobilizado	5.662	–
Ágio	3.080	–
<b>Passivos correntes</b>		
Contas a pagar	(973)	–
<b>Passivos não correntes</b>		
Empréstimos	(4.342)	–
Impostos diferidos passivos	(471)	–
<b>Ativos líquidos alienados</b>	<u>6.994</u>	<u>–</u>

**45.3. Ganho na alienação da controlada**

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 27.41 (f) Contrapartida recebida	8.814	–
Ativos líquidos alienados	(6.994)	–
Participações não controladoras	–	–
Ganho (perda) acumulado sobre ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados do patrimônio líquido com a perda de controle sobre a controlada	–	–
Diferenças cambiais acumuladas referentes aos ativos líquidos da controlada e respectivos instrumentos de “hedge” reclassificados do patrimônio líquido com a perda de controle sobre a controlada	120	–
IAS 27.41 (f) Ganho na alienação	<u>1.940</u>	<u>–</u>

IAS 27.41 (f) O ganho na alienação foi incluído no resultado do exercício proveniente de operações descontinuadas, na [demonstração do resultado abrangente/demonstração do resultado] (vide nota explicativa nº 11).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**45.4. Entrada de caixa líquida na alienação**

	Exercício findo em 31/12/09 R\$ mil	Exercício findo em 31/12/08 R\$ mil
IAS 7.40 (c) Contrapartida recebida em caixa e equivalentes de caixa	7.854	–
Menos: Saldo de caixa e equivalentes de caixa alienado	(288)	–
	<u>7.566</u>	<u>–</u>

**46. Caixa e equivalentes de caixa**

IAS 7.45 Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, o saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder do Grupo, depósitos bancários e fundos de investimentos, líquidos de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil	01/01/08 R\$ mil
Saldos de caixa e bancos	23.446	19.778	9.082
Saldos bancários a descoberto	(538)	(378)	(8.521)
	<u>22.908</u>	<u>19.400</u>	<u>561</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa incluído no grupo de ativos mantidos para venda	175	–	–
	<u>23.083</u>	<u>19.400</u>	<u>561</u>

**47. Transações não envolvendo caixa**

IAS 7.43

Durante o exercício de 2009, o Grupo realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- O Grupo alienou imobilizado no valor justo total de R\$0,4 milhão para adquirir a Subseven Limited conforme mencionado na nota explicativa nº 44.
- O montante a receber decorrente da alienação pelo Grupo de parte da sua participação na E Plus Limited e a participação total na Subzero Limited (R\$1,245 milhões e R\$960.000, respectivamente – vide notas explicativas nº 20 e nº 45) não havia sido recebido em caixa ou equivalentes de caixa no final do período de relatório.
- A emissão de ações no valor de R\$8.000 foi recebida na forma de serviços de consultoria, conforme mencionado na nota explicativa nº 28.1.
- O Grupo adquiriu R\$40.000 em equipamento através de um arrendamento financeiro (zero em 2008).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)

48. Contratos de arrendamento operacional

48.1. O Grupo como arrendatário

48.1.1. Contratos de arrendamento

IAS 17.35 (d) Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos têm prazos de duração entre 5 e 60 anos. Todos os contratos válidos  
IFRS 7.7 por mais de 5 anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada 5 anos. O Grupo não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

48.1.2. Pagamentos reconhecidos como despesas

	Exercício findo em 31/12/09	Exercício findo em 31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
IAS 17.35 (c) Pagamentos mínimos do arrendamento	2.008	2.092
IAS 17.35 (c) Aluguéis contingentes	-	-
IAS 17.35 (c) Pagamentos recebidos de subarrendamento	-	-
	<u>2.008</u>	<u>2.092</u>

IAS 17.35 (a) 48.1.3. Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Até 1 ano	1.734	1.908
De 1 a 5 anos	3.568	4.336
Mais de 5 anos	11.618	12.526
	<u>16.920</u>	<u>18.770</u>

48.1.4. Passivos reconhecidos em relação a arrendamentos operacionais não canceláveis:

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Contratos de arrendamento onerosos (nota explicativa nº 35):		
Corrente	305	408
Não corrente	425	335
Incentivos a arrendamento (nota explicativa nº 36):		
Corrente	90	90
Não corrente	180	270
	<u>1.000</u>	<u>1.103</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**48.2. O Grupo como arrendador**

*48.2.1. Contratos de arrendamento*

IAS 17.56 (c) Os arrendamentos operacionais referem-se às propriedades para investimento do Grupo e têm prazos de arrendamento de cinco a dez anos, com opção de renovação por igual período. Todos os arrendamentos operacionais contêm cláusulas de revisão de mercado caso o arrendatário exerça a opção de renovação. O arrendatário não tem a opção de compra do imóvel após o término do prazo de arrendamento.

IAS 40.75 (f) A receita de arrendamento de imóvel reconhecida pelo Grupo sobre as suas propriedade para investimento, as quais são, na sua totalidade, alugadas mediante arrendamentos operacionais, é de R\$18.000 (R\$14.000 em 2008). As despesas operacionais diretas sobre as propriedades para investimento do período foram de R\$4.000 (R\$3.000 em 2008).

IAS 17.56 (a) *48.2.2. Recebíveis de arrendamento operacional não canceláveis*

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Até 1 ano	18	18
De 1 a 5 anos	54	72
Mais de 5 anos	-	-
	72	90

**49. Compromissos**

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
IAS 16.74 (c) Compromisso para aquisição de imobilizado	4.856	6.010

IAS 40.75 (h) O Grupo também assinou um contrato para a administração e manutenção de suas propriedades para investimento para os próximos cinco anos, que resultará em uma despesa anual de R\$3.500.

IAS 31.55 A parcela proporcional atribuível ao Grupo dos compromissos da sua empresa controlada em conjunto, JV Electronics Limited, é a seguinte:

	31/12/09	31/12/08
	R\$ mil	R\$ mil
Compromisso para aquisição de imobilizado	983	192

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (continuação)**

**50. Passivos contingentes e ativos contingentes**

**50.1. Passivos contingentes**

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil
IAS 37.86 (a) Processos judiciais (a)	-	-
IAS 31.54 (a) Passivos contingentes incorridos pelo Grupo decorrentes de participação em "joint ventures" (b)	110	116
IAS 28.40 (a) Participação do Grupo nos passivos contingentes das coligadas (c)	150	14

IAS 37.86 (b) (a) Referem-se a uma empresa do Grupo na figura de ré em uma ação judicial que alega o não-fornecimento dos produtos de acordo com os termos do contrato. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a ação pode ter um desfecho favorável e, portanto, o Grupo não incorrerá em perdas (nem mesmo em custos processuais). A ação judicial deve ser liquidada nos próximos 18 meses.

(b) Referem-se a alguns passivos contingentes resultantes da participação do Grupo em "joint ventures". O valor divulgado corresponde ao valor agregado desses passivos contingentes pelos quais o Grupo, como investidor, é responsável. O volume de saída de recursos necessários dependerá se as futuras operações das "joint ventures" serão mais ou menos favoráveis do que a previsão atual. O Grupo não é contingencialmente responsável pelas obrigações de outros investidores assumidos por suas "joint ventures".

(c) Refere-se à participação do Grupo nos passivos contingentes das coligadas. O volume de saída de recursos necessário dependerá se as futuras operações das coligadas serão mais ou menos favoráveis do que a previsão atual.

**50.2. Ativos contingentes**

	31/12/09 R\$ mil	31/12/08 R\$ mil
IAS 37.89 Reclamações sobre produtos com defeito (*)	140	-

(\*) Referem-se a uma das empresas do Grupo que possui uma reclamação em curso contra um fornecedor devido ao fornecimento de produtos com defeito. Com base nas negociações feitas até no final do período de relatório, a Administração acredita ser provável que a questão seja contestada e que o valor de R\$0,14 milhão pago seja recuperado.

**51. Eventos subsequentes ao período de relatório**

IAS 10.21 Em 18 de janeiro de 2010, as instalações da Subfive Limited foram seriamente danificadas por um incêndio. Os processos de indenização estão em andamento, mas a atual estimativa do custo da reforma ultrapassa o valor de R\$8,3 milhões, que será reembolsado.

**52. Aprovação das demonstrações financeiras**

IAS 10.17 As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2010.

**ISA 700 (REVISADA) – VERSÃO GLOBAL  
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

(DESTINATÁRIO APROPRIADO)

Examinamos as demonstrações financeiras da International GAAP Holdings Limited e controladas, que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado abrangente [do resultado], das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro. Essa responsabilidade inclui: desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinar como necessário para permitir a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; seleção e aplicação de políticas contábeis adequadas e estimativas contábeis razoáveis em relação às circunstâncias.

**Responsabilidade do Auditor**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da International GAAP Holdings Limited e controladas em 31 de dezembro de 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

Deloitte  
São Paulo, 15 de março de 2010

Nota: A auditoria das demonstrações financeiras pode ser conduzida conforme as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e/ou normas locais de auditoria aplicáveis, fazendo referência a legislação local, normas de auditoria ou regulações. O formato desse relatório é como especificado pela ISA 700 (revisada), Relatório dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Financeiras Completas para Fins Gerais.

Quando as normas locais de auditoria ou os regulamentos forem aplicados, o formato do relatório será afetado por essas regras locais.



A Deloitte oferece serviços nas áreas de Auditoria, Consultoria Tributária, Consultoria em Gestão de Riscos Empresariais, Corporate Finance, Consultoria Empresarial e Outsourcing para clientes dos mais diversos setores. Com uma rede global de cerca de 169.000 profissionais atuando a partir de firmas-membro em mais de 140 países, a Deloitte reúne habilidades excepcionais e um profundo conhecimento local para ajudar seus clientes a alcançar o melhor desempenho, qualquer que seja o seu segmento ou região de atuação.

No Brasil, onde atua desde 1911, a Deloitte é uma das líderes de mercado e seus cerca de 4.000 profissionais são reconhecidos pela integridade, competência e habilidade em transformar seus conhecimentos em soluções para seus clientes. Suas operações cobrem todo o território nacional, com escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma *verein* (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

**Para mais informações, contate-nos pelo e-mail [comunicacao@deloitte.com](mailto:comunicacao@deloitte.com) ou pelo telefone (11) 5186-6686.**